



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN PARAGUAY
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
PROGRAMA DE POSTGRADO EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR
FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE
SINOP-MT: UM ESTUDO DE CASO NA DISCIPLINA DE
CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO DO CURSO DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDRIELLI SILVA DOS SANTOS STANGHILIN

ASUNCIÓN - PARAGUAY
2018



ANDRIELLI SILVA DOS SANTOS STANGHILIN

**A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR
FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE
SINOP-MT: UM ESTUDO DE CASO NA DISCIPLINA DE
CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO DO CURSO DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Postgrado da Universidad Autónoma de Asunción – U.A.A, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof^o. Dr. Luis Ortiz Jimenez

ASUNCIÓN - PARAGUAY
2018

Stanghilin, Andrielli Silva dos Santos. A Coerência entre a Legislação Rural do Estado de Mato Grosso e a Proposta Curricular fornecida pelas Faculdades do Município de Sinop-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis. Andrielli Silva dos Santos Stanghilin – 175, pags.

Tutor Dr. Luis Ortiz Jimenez

Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidad Autónoma de Asunción-U.A.A, 2018.

Palavras Chaves: Agronegócio. Educação. Instituição de Ensino. Tributo. Proposta Curricular.

ANDRIELLI SILVA DOS SANTOS STANGHILIN

**A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR
FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE
SINOP-MT: UM ESTUDO DE CASO NA DISCIPLINA DE
CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO DO CURSO DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha / 01 / 2018 para la obtención del título de Maestría en Ciências de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción – U.A.A

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como mestranda, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Ao meu querido Orientador, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções, incentivos, presteza e acima de tudo paciência e competência.

Agradeço aos meus pais Sidney e Irlei, meu esposo Fernando, meu filho amado Pedro Henrique, meus irmãos Angieli e Wendel Rafael, as minhas irmãs de alma Aline, Angelita, Debora, Delis e Jaqueline, que me deram apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, não me deixando desistir de meu objetivo sob nenhuma circunstância.

Meus *agradecimentos* aos amigos de mestrado, companheiros e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com toda certeza.

A minha amada Maria, que me amparou em todos os momentos de desespero que me apertou durante todo o tempo em que estive em Assunção.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

DEDICATÓRIA

À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi o que me proporcionaram em vários momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus amados esposo e filho, pela parceira incondicional e pela compreensão de minha ausência.

Ao meu professor Dr. Luis Ortiz Jimenez pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta Dissertação.

EPIGRAFE

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

PAULO FREIRE

SUMÁRIO

RESUMO	9
RESUMEN.....	10
LISTA DE SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIACÕES	12
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE QUADROS.....	16
LISTA DE FIGURAS	16
INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	19
CAPÍTULO I.....	28
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	28
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.....	29
1.1.1 Agronegócio Mato-grossense	35
1.2 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	37
1.2.1 Produtor Rural e Empresa Rural	40
1.2.2 Tributação no Agronegócio Brasileiro.....	44
1.2.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.....	47
1.2.2.2 Imposto sobre Circulação de Mercadoria	50
1.2.2.3 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e Programa de Integração Social ao Trabalhador.....	50
1.2.2.4 Imposto de Renda Pessoa Jurídica	52
1.2.2.5 Imposto de Renda Pessoa Física	53
1.2.2.6 Instituto Nacional do Seguro Social.....	54
1.2.2.7 Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural	55
1.2.3 Tributação no Agronegócio Mato-grossense	57
1.2.4 Gestão Tributária no Agronegócio.....	61
1.3 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	64
1.3.1 História da Educação Superior no Brasil	66
1.3.2 Proposta Curricular/ Plano de Ensino	71
1.3.2.1 Planejamento e Plano de Ensino	72
1.3.2.2 Elaboração.....	78

1.3.2.3 Plano de Ensino para o Curso de Ciências Contábeis.....	80
1.4 CATEGORIZAÇÃO DAS TEORIAS	81
CAPÍTULO II	85
2 DECISÕES METODOLÓGICAS	85
2.1 PROBLEMA	85
2.2 OBJETIVOS	86
2.3 METODOLOGIA	86
2.4 ENFOQUE	89
2.5 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	92
2.6 POPULAÇÃO E PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO	94
2.6.1 Participantes	95
2.7 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	96
2.8 INSTRUMENTOS: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO	98
2.9 TRIANGULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS	99
CAPÍTULO III.....	103
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	103
3.1 CATEGORIA DE ANÁLISE DOS TRIBUTOS INCIDENTES NA ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO.....	106
3.2 CATEGORIA DE ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CURRICULARES	108
3.3 CATEGORIA DE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS COLETADOS	112
3.4 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	131
3.4.1 Discussões	133
CONCLUSÃO	135
RECOMENDAÇÕES	137
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICES.....	147
Apêndice A: Decreto nº. 1.261, de 30 de Março de 2000. Cria o FETHAB	147
Apêndice B: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade no Agronegócio da Faculdade de Sinop - FASIPE.....	150

Apêndice C: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade Rural da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Sinop	155
Apêndice D: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade do Agronegócio da Universidade de Cuiabá – UNIC/Sinop	158
ANEXOS	160
Anexo A: Entrevista Aplicada aos Alunos do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis do Município de Sinop/MT	160
Anexo B: Entrevista Aplicada aos Profissionais Contábeis que atuam na Área da Contabilidade do Agronegócio no Município de Sinop/MT	162
Anexo C: Formulários de Validação das Entrevistas (Alunos e Profissionais Contábeis)	164

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a investigar a coerência entre a legislação rural do Estado de Mato Grosso e a proposta curricular fornecida pelas faculdades do município de Sinop dentro do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, no que tange o ensino na área da Contabilidade no Agronegócio. Com o intuito de contextualizar o objeto de estudo desta investigação, inicia-se por traçar uma revisão literária elencando tópicos-chaves para a realização da pesquisa como a contextualização do agronegócio, os tipos de tributos incidentes na atividade do agronegócio e a proposta curricular dentro do ensino superior. A metodologia de pesquisa utilizada foi a de natureza qualitativa, com estudo de caso único, utilizando-se da entrevista enfocada como instrumento principal de coleta de dados e a técnica de análise descritiva e interpretação dos dados da investigação qualitativa. A população participante contemplou-se em dois grupos, sendo o primeiro os alunos matriculados no 7º semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis na modalidade presencial e o segundo os profissionais contábeis que atuam na área da contabilidade do agronegócio no município de Sinop-MT. Como resultado principal deste estudo tem-se que, através da análise dos instrumentos de pesquisa utilizados nesta investigação científica, foi considerado satisfatório, uma vez que, os dados alcançados responderam a todos os objetivos propostos pelo investigador. Por fim, ressalta-se que não foi possível localizar a coerência investigada durante este estudo, nem mesmo algum estudo publicado que mencionasse algo sobre o assunto abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Educação. Instituição de Ensino. Tributo. Proposta Curricular.

RESUMEN

Esta disertación se propone investigar la coherencia entre la legislación rural del Estado de Mato Grosso y la propuesta curricular de las facultades del Municipio de Sinop dentro del curso de Bacharel en Ciencias Contables, en lo que atañe a la enseñanza en el área de Contabilidad en Agronegocio. Con la intención de contextualizar el agronegocio el objeto de la presente investigación inicia por trazar una revisión literaria en base a tópicos claves para la realización de la investigación como la contextualización del agronegocio, los tipos de tributos incidentes en la actividad del agronegocio y la propuesta curricular dentro de la Educación Superior. La metodología de la investigación fue de naturaleza cualitativa con estudio de caso único, utilizándose la entrevista de análisis descriptivo e interpretación de los datos de la investigación cualitativa. La población participante fue de dos grupos, siendo el primero de alumnos matriculados en el 7mo semestre del curso de Bacharel en Ciencias Contables en la modalidad presencial y el segundo los profesionales contables que actúan en el área de contabilidad de agronegocio en el Municipio de Sinop- MT. Como resultado principal de este estudio se tiene que a través del análisis de los instrumentos de investigación utilizados en esta investigación científica, fue considerado satisfactorio, una vez que los datos alcanzados respondieran a todos los objetivos propuestos por el investigador. Por fin, resaltase que no fue posible localizar la coherencia investigada durante este estudio, ni algún estudio publicado que mencionase algo sobre el asunto abordado.

PALABRAS-LLAVE: Agronegocio. Educación. Institución de Enseñanza. Tributo. Propuesta Curricular.

LISTA DE SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIACÕES

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
PIB – Produto Interno Bruto
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuária
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
PAM – Pesquisa da Produção Agrícola Municipal
BA – Bahia
MT – Mato Grosso
SP – São Paulo
SE – Sudeste
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
IR – Imposto de Renda
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
PIS – Programa de Integração Social do Trabalhador
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
RFB – Receita Federal do Brasil
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
GPS – Guia de Previdência Social
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CDO – Cooperação e Defesa da Orizicultura
ITR – Imposto Territorial Rural

ADA – Ato Declaratório Ambiental

DITR – Declaração de Imposto Territorial Rural

TRARL – Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Natur
Renováveis

ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITCD – Imposto de Transmissão causa *Mortis* e Doação

GU – Grau de Utilização

VTN – Valor da Terra Nua

SRF – Secretaria de Receita Federal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IN – Instrução Normativa

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

RAT – Riscos Ambientais do Trabalho

SAT – Seguro de Acidente do Trabalho

SS – Sociedade Simples

FETHAB – Fundo Estadual de Transporte e Habitação

FACS – Fundo de Apoio a Cultura da Soja

FABOV – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Bovinocultura

FAMAD – Fundo de Apoio a Madeira

FGV – Fundação Getulio Vargas

ICMS/MT – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado de
Mato Grosso

UPF/MT – Unidade Padrão Fiscal Mato Grosso

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

NDE – Núcleo Docente Estruturante

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

MEC – Ministério da Educação e Cultura

Seres – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Sineas – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

MP – Medida Provisória

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PT-PR – Partido dos Trabalhadores- Partido da República

CF – Constituição Federal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ProUni – Programa Universidade para Todos

IES – Instituição de Ensino Superior

Enade – Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes

GED – Gratificação e Estimulo à Docência

PNE – Plano Nacional de Educação

USAID – *United States Agency for International Development*

UNEMAT/Sinop – Universidade do Estado de Mato Grosso *Campi Sinop*

UNIC/Sinop – Universidade de Cuiabá *Campi Sinop*

UNIC – Universidade de Cuiabá

FASIPE – Faculdade de Sinop

DOU – Diário Oficial da União

FACISAS – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop

MEC – Ministério da Educação

EAD – Ensino a Distância

Ltda – Limitada

AS – Sociedade Anônima

Pop. – População

Nº – Número

Nº^s – Números

Art. – Artigo

R\$ – Real

UR\$ – Dólar

% – Porcentagem

Há – Hectares

Km² – Quilômetros quadrados

HAB – Habitantes

TON – Toneladas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População brasileira rural e urbana - 1940 a 2010.....	30
Tabela 2: Dimensões do agronegócio mundial (US\$ bilhões) e participação de cada setor (%)......	32
Tabela 3: Alíquotas de ITR.....	48
Tabela 4: Percentuais aplicados sobre a receita para cálculos do lucro presumido.....	52
Tabela 5: Alíquotas do FUNRURAL.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais tributos incidentes ao produtor rural pessoa física.....	42
Quadro 2: Principais tributos incidentes ao produtor rural pessoa jurídica	43
Quadro 3: Imposto sobre a comercialização de produtos agropecuários.....	47
Quadro 4: Incidência do FETHAB	58
Quadro 5: Incidência do FACS	59
Quadro 6: Incidência do FABOV	60
Quadro 7: Quadro de Categorias sobre Legislação no Agronegócio.....	82
Quadro 8: Quadro de Categorias sobre Proposta Curricular.....	83
Quadro 9: Quadro de Categorias sobre Contabilidade do Agronegócio.....	84
Quadro 10: Quadro de Participantes	96
Quadro 11: Técnicas de análise de dados	97
Quadro 12: Quadro das Categorias de Análise dos Dados	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instrumentos de um plano de ensino ideal.....	77
Figura 2: Processo de investigação Qualitativa	88
Figura 3: Etapas da Investigação Científica.....	93
Figura 4: Fontes de Dados	94
Figura 5: Tipos de Validez.....	98
Figura 6: Análise por Triangulação de Métodos.....	101
Figura 7: Etapas Processuais Interpretativas.....	102

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

No mundo dos negócios, as mudanças acontecem desenfreadamente, e por diversas vezes provocam diversas incertezas, devido às variáveis econômicas e a concorrência acirrada trabalhar tecnicamente juntas, podendo levar os resultados a influenciar os negócios de uma maneira geral.

No agronegócio, isso também ocorre, o empresário rural precisa estar cauteloso aos acontecimentos do mercado, as inovações tecnológicas e buscar sempre o aperfeiçoamento de suas técnicas produtivas e financeiras. Assim, a contabilidade necessita assegurar ao empresário rural, condições de sobreviver e garantir a competitividade no agronegócio, direcionando-o na tomada de decisões, possibilitando o aumento dos resultados econômicos.

O empresário rural, também precisa perceber que a atividade rural unida com a contabilidade vem dando certo, e que seu correto planejamento e controle só servirá para proporcionar ótimos resultados econômicos para o setor. A gestão de empresas rurais é focalizada geralmente aos fatores do trabalho agrícola, zootécnico e agroindustrial, concentrando técnicas de produção e conceitos operacionais das atividades específicas desenvolvidas. (Maier, 2012).

Dentro desse contexto, pode-se perceber que a contabilidade do agronegócio é uma área pouco estudada, mas que no estado de Mato Grosso (MT), faz toda a diferença, nos resultados das principais atividades do Estado. Uma vez que o setor do agronegócio é o principal segmento econômico e social em MT.

A contabilidade do agronegócio é uma das ferramentas administrativa menos utilizada pelos produtores rurais. Esse fato ocorre porque os produtores acreditam que a contabilidade do agronegócio é muito complexa e com baixo retorno na prática, tornando assim, sua utilização inviável. (Maier, 2012).

Outro fator, também evidente, é a falta de despreparo dos profissionais que atuam na área contábil no que tange a agropecuária de um modo geral. Esses profissionais fixam uma ideia de que a contabilidade do agronegócio é desinteressante, uma vez que a própria faculdade em sua grade não introduz essa disciplina com o grau de importância e relevância que ela realmente apresenta.

Segundo dados do IBGE, Mato Grosso é o maior produtor de soja dentre os estados brasileiros. Em 2007 produziu 15 milhões de toneladas, gerando uma produção com valor na ordem de R\$ 5,8 bilhões, com uma participação na produção brasileira de 26,4%. (Celina, 2011).

Ainda analisando os números divulgados pelo IBGE, ocorreu um ganho de 2,3 milhões de toneladas na produção de grãos prevista para o biênio 2015/2016, acontecimento que se deve a ganhos de produtividade da soja e do milho da segunda safra. O arroz, o milho e a soja representaram juntos 91,9% da estimativa de produção e responderam por 86,0% da área a ser colhida. Em relação ao ano anterior, ainda segundo o IBGE, houve aumento de 5,4% na área plantada de soja, 0,8% na do milho e, no caso do arroz, ocorreu redução de 3,4% na área plantada. (Sindirural, 2016).

Segundo dados publicados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), embasado em números divulgados pelo IBGE, o agronegócio é o principal suporte da economia do país, com oferta regular de alimentos para a população e exportações recordes que garantem superávits regulares da balança comercial, ou seja, o setor agrícola continua sendo a principal âncora da economia brasileira. (Sindirural, 2016).

O tema foi escolhido considerando vários pontos diferentes, entre eles estão: a importância da disciplina em comento, a cobrança atual do mercado de trabalho no saber com qualidade, o papel da faculdade no aprender desses futuros profissionais, e também, a experiência pessoal que a autora adquiriu, tanto como estudante, quanto como professora da referida disciplina.

Ressaltando ainda, a somatória que este tema apresentará junto ao crescimento e aprimoramento pessoal da autora, tendo em vista o vínculo que a mesma estabeleceu ministrando a disciplina de Contabilidade Rural (também conhecida como Contabilidade do Agronegócio) no curso de Bacharel em Ciências Contábeis, em uma das faculdades do município de Sinop-MT.

Tendo em vista que, a mesma adquiriu grande experiência no decorrer do período que esteve em sala de aula, colocando em prática o interesse despertado em tempos de acadêmica. Surgindo assim, à indagação entre a coerência do que é ministrado em sala de aula com o que realmente se utiliza no mercado de trabalho, no ramo da atividade do agronegócio nas entidades rurais do estado de Mato Grosso.

Levando em consideração todos os pontos importantes apontados acima este estudo pretende demonstrar a importância do ensinar para os futuros profissionais, que necessitam sair da universidade, aptos para atender as exigências, tanto do mercado de trabalho, quanto da legislação governamental imposta às empresas que atuam na área da atividade do agronegócio, especificamente dentro do estado de Mato Grosso.

✓ PROBLEMÁTICA

Atualmente as entidades que trabalham na área da atividade do agronegócio, apresentam muitas dificuldades em encontrar profissionais que apresentam conhecimento claro e específico referente às obrigações legais que, quem trabalha com essa atividade precisa cumprir junto ao Governo.

Isso ocorre porque, na maioria das vezes, os profissionais não são devidamente preparados pelas faculdades para atuarem nessa atividade específica, uma vez que é um ramo da contabilidade muito complexa e peculiar. Tendo em vista, também, que para cada ramo de atividade do agronegócio existe diferentes legislações que regem sobre ela, e diferente do comércio, a grande maioria das

empresas rurais não trabalham somente com um ramo específico, essa ramificação obriga o profissional a estudar e conhecer separadamente cada legislação para cada ramo de atividade específica da empresa.

Uma vez que, desconhecendo a legislação de cada atividade desenvolvida na empresa, isso poderá ocasionar um prejuízo muito grande para o produtor rural. Sendo na ausência de pagamento de impostos, que são obrigatórios a esta atividade, ou até mesmo pagando coisas desnecessárias que não se aplicariam a essa ramo, simplesmente por desconhecer as obrigações e/ou possíveis isenções vigentes ou disponíveis para essa área de atuação no mercado.

E foi examinando todos esses pontos que se faz a seguinte indagação:

Qual a coerência apresentada entre as leis aplicadas a atividade rural estabelecida no estado de Mato Grosso frente ao discurso das propostas curriculares das disciplinas de contabilidade do agronegócio propostas pelas faculdades do município de Sinop-MT, junto ao curso de Bacharel em Ciências Contábeis?

No primeiro aspecto do problema propomos delimitar a busca por informações a partir da seguinte pergunta chave: Quais são as legislações que incidem na atividade do agronegócio, com ênfase no âmbito da legislação do estado de Mato Grosso?

Com base na segunda delimitação de nossa problemática central propomos a busca por saber: Quais são as propostas curriculares ofertadas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial do município de Sinop – MT, na disciplina de contabilidade rural ou contabilidade do agronegócio, dentro da estrutura curricular do curso de Bacharel em Ciências Contábeis?

Para responder à terceira delimitação da problemática central, propomos responder, através da análise dos dados coletados, se: As propostas curriculares ofertadas pelas universidades do município estão dentro da legislação incidentes

sobre o ramo das atividades do agronegócio desenvolvidas no estado de Mato Grosso?

✓ ANTECEDENTES

A delimitação e antecedentes da presente pesquisa se formulam na seguinte estrutura:

Primeiro determina a subárea científica que se enquadra o tema a ser investigado que é a Legislação Rural do estado de Mato Grosso. Dados esses colhidos através de pesquisas bibliográficas.

Segundo quanto à amplitude do problema, pode-se apontar a despreparação dos futuros profissionais contábeis frente à importância da atividade do agronegócio para o estado de Mato Grosso. Evidenciando a base desse profissional que é a educação na área da contabilidade do agronegócio ofertada pelas faculdades do município de Sinop – MT.

E terceiro e último serve para dá sentido aos antecedentes da investigação apontam-se alguns dados publicados que abordam o tema da pesquisa.

Conforme estudos apontados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio no ano de 2007 do estado de Mato Grosso foi de R\$ 21 bilhões. Esse valor transformou o agronegócio responsável por 50,46% do valor do PIB do Estado, que foi de R\$ 41,5 bilhões no total. (Sampaio, 2014).

Dentre os setores considerados, a agropecuária é responsável por 52,8% do PIB do agronegócio; enquanto a distribuição (logística, varejo entre outros) por 29,9%; já a agroindústria por 11,8% e por fim os insumos por 5,6%. Em comparação com outros estados, Mato Grosso é o que tem a maior participação do agronegócio no PIB. (Sampaio, 2014).

De acordo com os dados fornecidos pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE), o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) estimado em maio de 2015 estava em R\$ 459,4 bilhões. Deste valor, R\$ 292,1 bilhões pertencem às lavouras e R\$ 167,3 bilhões, a pecuária.

Ainda em conformidade com a AGE, há uma intenção de queda no VBP comparado ao ano passado, embora a safra de grãos de 2015 apresente um crescimento de 4,4% em relação à de 2014. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o IBGE, a produção de grãos neste ano deve ficar entre 202 e 204 milhões de toneladas. (Fernandes, 2015).

Analisando esses dados é possível ter noção da dimensão que o setor do agronegócio vem atingindo no Estado, tornado assim, cada vez mais importante o papel do contador no auxílio a tomada de decisões dos produtores rurais.

✓ OBJETIVOS

Os objetivos de uma investigação científica indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Em conformidade com Maria Beuren (2009, p. 65) geralmente, são elaborados um objetivo geral e em media três objetivos específicos, enunciados com verbo no infinitivo.

Os objetivos da pesquisa, segundo Marion (2002) necessitam estar claros para o investigador e explicitados de forma precisa para o leitor e/ou orientador da pesquisa, pois deles depende a evolução do trabalho.

A seguir são apresentados os objetivos, geral e específicos, que irão nortear a execução desta pesquisa.

O objetivo geral desta investigação científica é identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do

agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no estado de Mato Grosso.

Visando atender ao objetivo geral desta pesquisa, é necessário seguir os seguintes objetivos específicos:

Identificar os tributos Nacionais, do estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;

Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas faculdades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, estado de Mato Grosso;

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das faculdades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, estado de Mato Grosso.

✓ CATEGORIAS

Uma etapa importante no processo de investigação é a definição de suas variáveis, uma vez que, a investigação científica gira em torno delas. Segundo Campoy Aranda (2016, p. 67) *una variable es un concepto, un constructo que puede variar o tener más de un valor.*

As variáveis consideradas isoladamente denominam-se de “Categorias”, geralmente, quando as suas características são observações de algo, ligadas entre si com uma relação determinada. (Campoy Aranda, 2016).

As variáveis qualitativas são denominadas de categorias, pois elas estabelecem distintas categorias para cada modalidade da investigação fazendo referência as características do sujeito não possibilitando a quantificação dos dados. (Campoy Aranda, 2016).

As categorias baseados em teóricos pesquisados são determinadas pela pergunta da pesquisa. O papel principal das categorias é estabelecer, objetivamente, o sucesso ou insucesso da hipótese da pesquisa.

As categorias da presente investigação são:

- A Legislação no Agronegócio;
- A Proposta Curricular; e,
- A Contabilidade do Agronegócio.

Essas três categorias estão interligadas, uma vez que a coerência entre elas responde a questão problema da investigação científica, demonstrando se existe uma relação entre a legislação rural do estado de Mato grosso e a proposta curricular fornecida pelas faculdades do município de Sinop-MT.

Para estabelecer um diálogo sobre a coerência entre a legislação rural do estado de Mato Grosso e a proposta curricular oferecida pelas faculdades do município de Sinop-MT na disciplina de contabilidade do agronegócio no curso de Bacharel em Ciências Contábeis, a investigação científica aqui apresentada contempla em sua estrutura as seguintes partes:

A Introdução na qual se faz um breve esclarecimento do problema, dos objetivos geral e específico, da justificativa e do mecanismo utilizado para a elaboração da pesquisa.

No Capítulo I (um) o referencial contextual surge para demonstrar uma abordagem na “contextualização do agronegócio em uma perspectiva nacional, estadual e municipal”. Explana sobre os tipos de tributos incidentes na atividade rural e a importância do planejamento tributário, abordando o papel do profissional contábil nessa área de atuação.

O marco metodológico encontra-se no Capítulo II (dois), no qual se apresenta, de maneira criteriosa, a metodologia, o universo da pesquisa, o tipo de

pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos adotados, onde se buscou identificar a coerência entre a legislação rural do estado de Mato Grosso e a proposta curricular oferecida pelas faculdades do município de Sinop-MT na disciplina de contabilidade do agronegócio no curso de Bacharel em Ciências Contábeis.

O enfoque qualitativo possibilita o alcance das respostas aos objetivos de tipo descritivo, da análise documental em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, a entrevista será utilizada como ferramenta de pesquisa para auxiliar na conversação com os professores que lecionam a disciplina de Contabilidade Agronegócio / Rural nas faculdades e os questionários que serão compostos por questões abertas aplicada aos acadêmicos do curso de Bacharel em Ciências Contábeis e aos profissionais contábeis que atuam na área da atividade rural, que é o objeto de estudo.

O desenho desta investigação obedece à estrutura “não-experimental”, com justificativa e marco metodológico da investigação utilizada para a realização da pesquisa.

A análise dos resultados está apresentada na forma discursiva no Capítulo III (três), onde os resultados obtidos oportunizaram o alcance dos objetivos, assim como o confronto com as informações empíricas que favoreceram o conhecimento científico.

Em sequência transcrevem-se as considerações finais (conclusão) desta investigação científica, onde o investigador finaliza a pesquisa de forma a responder sua pergunta de investigação atendendo aos objetivos transados inicialmente, juntamente com as discussões levantadas na execução da mesma.

Para finalizar a apresentação da presente investigação científica elenca-se todos os teóricos utilizados no embasamento bibliográfico da dissertação. Em seguida encontra-se os apêndices e anexos, partes integrantes desta pesquisa.

CAPÍTULO I

1 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura é um elemento essencial no processo de elaboração de monografias, dissertações e teses. A revisão da literatura deve referenciar os estudos do assunto; restringir a revisão da literatura às contribuições mais significativas relacionadas ao tema da pesquisa. (Matias Pereira, 2012).

A revisão da literatura implica em detectar, consultar e obter a bibliografia de outros materiais úteis para os propósitos do estudo, dos quais se precisa extrair e recopilar as informações relevantes e necessárias para delimitar o problema pesquisa. (Hernandes Sampieri, 2013).

A revisão da literatura pode ser iniciada diretamente com a coleta das referências ou fontes primárias, que acontece quando o pesquisador sabe onde pode encontrá-las, está bem familiarizado com o campo de estudo e tem acesso a elas. (Hernandes Sampieri, 2013).

Um dos propósitos da revisão da literatura é analisar e discernir se a teoria existente e a pesquisa anterior sugerem uma resposta para a pergunta de pesquisa; e também se ela oferece um sentido a ser seguido dentro da formulação do estudo. (Hernandes Sampieri, 2013).

Nas ciências humanas, a pesquisa bibliográfica constitui o instrumento por excelência do pesquisador. Como resumo do assunto, que se materializa na tomada de apontamentos ou notas, essa investigação constitui, quase sempre, o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. (Matias Pereira, 2012).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

No início das civilizações, os homens viviam em bandos, conhecidos como nômades (povo que não tem moradia fixa e se desloca constantemente de lugar). Os primeiros povos pré-históricos eram nômades, pois viviam da caça, pesca e coleta de frutos e raízes. Quando o alimento ficava escasso, mudavam de lugar em busca de suprimentos. (Corte de Oliveira, 2014).

Não havia cultivos, criações domésticas, armazenagem e muito menos trocas de mercadorias entre os bandos. A população humana era pequena, em torno de 4 milhões de pessoas há 12.000 anos atrás, comparada com uma população atual (2013) de aproximadamente 7,2 bilhões (Onubr, 2013). Aquelas pessoas tinham espaço à vontade e a natureza lhes disponibilizava gratuita. (Araújo, 2013).

Com o passar dos tempos as pessoas descobriram que as sementes das plantas, corretamente disseminadas no solo, poderiam germinar, crescer e dar frutos e também que os animais poderiam ser domesticados e criados em cativeiro. Era o começo da agropecuária e também o início do homem e lugares predefinidos. (Araújo, 2013).

Durante milhares de anos, as atividades agropecuárias se mantiveram extrativas, ou seja, retirava da natureza o que ela espontaneamente lhes oferecia. Na época, os avanços tecnológicos eram muito lentos, a sociedade se mantinha em pequenas comunidades isoladas devido a fatores socioeconômicos históricos.

As propriedades rurais eram muito diversificadas, com várias culturas e criações diferentes, basicamente as necessárias a sobrevivência da população que vivia nessa comunidade. As propriedades praticamente produziam e industrializavam tudo de que necessitavam, tornando-se assim autosuficientes. A evolução da socioeconomia, principalmente com os avanços tecnológicos, transformou consideravelmente a fisionomia das propriedades rurais. (Araújo, 2013).

No caso do Brasil, Araújo (2013, p.03) a população começou a evadir-se do meio rural e se dirigir para as cidades, causando assim um inchaço no número de pessoas residentes no meio urbano, onde passou de 31,5% no ano de 1940 para 84,36% em 2010. Em 1940, a população rural brasileira era de 28,2 milhões de pessoas, enquanto que no ano de 2010 era de aproximadamente 29,8 milhões (Ibge, 2010). Enquanto a população urbana salta de 13 milhões de pessoas em 1940 para 160,9 milhões em 2010 (Tabela 1).

Tabela 1:

População brasileira rural e urbana - 1940 a 2010.

*milhões de pessoas

Anos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Rural/Total (%)	Urbana/Total (%)
1940	41,2	13,0	28,2	68,45	31,55
2010	190,8	160,9	29,8	15,64	84,36

Fonte: Ibge, Censo 2010 (*adaptado*).

Observando esses números, fica evidente que o Brasil, em 1940, possuía em média uma pessoa no meio rural, produzindo alimentos e outros produtos não comestíveis, para abastecer 1,42 pessoas do meio urbano. Enquanto que em 2010, essa realidade é de 1:6,40 pessoas. Resumindo, o homem rural atual tem que ser muito mais produtivo que o homem rural de 1940. (Araújo, 2013).

A solução para equilibrar essa grande diferença é descoberta na tecnologia. O avanço tecnológico se concentrou nesses últimos 70 anos, aumentando os índices da produtividade agropecuária.

Araújo (2013, p. 05) conclui que o “conceito de setor primário ou de agricultura perdeu seu sentido, porque deixou de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário”. A agricultura primária passa a depender cada vez

mais de serviços, máquinas, insumos terceirizados, armazéns, infraestruturas diversas, exportações, entre outras diversas influências externas ao meio rural.

Foi com base em todo esse processo que a agricultura primária começou a ser conceituada como *Agribusiness* (termologia em inglês), definindo-o como:

O conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos agropecuários '*in natura*' ou industrializados. (Santos Rufino, 1999 p. 12).

No Brasil essa nova visão de agricultura só começou a ser difundido na década de 1980, congregando diversos segmentos do agronegócio como: insumos, produtos agropecuários, indústrias de alimentos e processadores. O termo *Agribusiness* atravessou toda a década de 1980 sem tradução para o português. (Araújo, 2013).

Somente a partir da segunda metade de 1990 que a termologia agronegócios começa a ser aceita e utilizada pelo mercado de uma forma geral, culminado com o surgimento dos cursos de agronegócios, chegando ao nível de graduação universitária. (Araújo, 2013).

A compreensão do agronegócio é uma ferramenta indispensável a todos os tomadores de decisão, sejam eles gestores públicos ou agentes econômicos privados, para que sejam capazes de formular políticas e estratégias que possam proporcionar a essa atividade maior previsão e máxima eficiência. (Araújo, 2013).

O agronegócio é o segmento econômico que representa o maior valor em termos mundiais, e sua verdadeira importância e impacto econômico varia para cada País. O agronegócio envolve um conglomerado de atividades que causa um grande efeito multiplicador nas economias dos países. (Grassi Mendes & Batista Padilha, 2007).

Em âmbito mundial o agronegócio integrou, em 1999, com US\$ 6,6 trilhões, representando 22% do PIB mundial. Enquanto que no ano de 2003, o agronegócio internacional movimentou aproximadamente US\$ 7,3 trilhões e as projeções para os próximos 20 anos apresentam um crescimento anual do setor em torno de 1,5%. (Araújo, 2013).

Estimativa do valor global do agronegócio mundial apresenta um negócio que gera, atualmente, um montante em torno de US\$ 9,8 trilhões/ano, apontando ainda um crescimento adicional projetado de cerca de US\$ 170 bilhões/ano no transcorrer das próximas duas décadas. (Grassi & Batista, 2007).

Também se faz necessário considerar a distribuição dos valores entre os diversos segmentos que compõem a estrutura do agronegócio. Mesmo que todos apresentem um crescimento absoluto, eles crescem de maneira desproporcional, ou seja, enquanto os segmentos de insumos e de produção agropecuária apresentam uma queda relativa, os segmentos de processamento e distribuição apresentam crescimento consideravelmente positivo, com uma perspectiva de ultrapassar 80% da totalidade da dimensão do agronegócio (Tabela 2). (Araújo, 2013).

Tabela 2:

Dimensões do agronegócio mundial (US\$ bilhões) e participação de cada setor (%)

Anos Setores	1950		2000		2028	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Insumos	44	18	500	13	700	9
Produção agropecuária	125	32	1.115	13	1.464	10
Processamento e distribuição	250	50	4.000	72	8.000	81

Fonte: Araújo, 2013.

No Brasil o PIB do agronegócio teve uma estimativa para o ano de 2011, em pouco mais de R\$ 917 bilhões, representando em torno de 22,15% do PIB nacional. Comparadamente ao valor do agronegócio mundial e ao mesmo tempo ao enorme potencial de produção, o Brasil tem uma participação pouco significativa, girando em torno de aproximadamente 1,3% ocupando a 23ª (vigésima terceira) colocação, no ano de 2010. (Araújo, 2013).

O PIB do agronegócio brasileiro em 2014 apresentou um aumento em relação a outros setores da economia, conforme apresentado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), com o apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio aumentou sua participação no PIB Brasil em 3,8%, alcançando 21,3% do total, divididos em insumos agropecuários (11,7%), produção agropecuária (29,6%), agroindústria (27,8%) e distribuição (31,1%). Toda essa grandeza significa um montante de R\$ 1,178 trilhão. E as estimativas da renda do agronegócio brasileiro, é de R\$ 1,207 trilhão, para 2015, sendo R\$ 816,1 bilhões (67,6%) referentes ao ramo agrícola e R\$ 391,67 bilhões (32,4%), a pecuária. (Cepea, 2016).

No período de 2010 o agronegócio brasileiro apresentou uma considerável importância junto à balança comercial, participando com mais de 36% da pauta de exportações, de uma forma que contribui sensivelmente para evitar os déficits comerciais do Brasil. (Araújo, 2013).

É evidente, hoje, a posição ocupada pelo Brasil de líder mundial na produção e na exportação em diversos sistemas produtivos. Como também é clara a capacidade de expansão de maneira sustentável da produção nacional. (Fava Neves, 2013).

Um aspecto importante na contextualização do agronegócio está voltado à maneira pela qual sua gestão vem incorporando diversas práticas relacionadas a organizações industriais, comerciais e prestadoras de serviços tipicamente urbanas. (Cunha Callado, 2011).

Conforme Valle (1985), as empresas rurais podem ser identificadas como pequena, média ou grande; variando de acordo com um conjunto de elementos como, por exemplo, a superfície territorial, as culturas existentes, as criações de gado, o sistema da organização, entre outros diversos fatores.

As três diferentes dimensões de empresas rurais apresentam vantagens e desvantagens. As pequenas e médias possuem melhor controle dos trabalhos na execução das tarefas, maior aproveitamento na mão-de-obra e menor sujeição aos riscos decorrentes dos períodos de oscilação de preços dos produtos agropecuários, possui uma facilidade maior na gestão da atividade. Por outro lado, elas apresentam menor possibilidade de mecanização das operações, pagam preços mais elevados pelos insumos e recebem menores preços pelos produtos vendidos. (Valle, 1985).

Enquanto isso, as grandes empresas rurais têm maior facilidade para aproveitar a superfície do solo de forma mais eficiente, obtêm créditos com maior facilidade e dispõem de uma posição vantajosa tanto na compra de insumos como na venda de produtos, entretanto apresentam maior sujeição aos riscos da oscilação de preços e necessitam de uma gestão empresarial muito mais complexa e eficaz. (Cunha Callado, 2011).

A maioria das atividades rurais são desenvolvidas de forma irregular durante seu exercício, sem uma gestão empresarial efetivamente eficaz. Segundo Santos & Marion (2002), o principal papel do gestor rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros, a permanente motivação e o bem estar de seus empregados.

Em conformidade com Fava Neves (2000), nas empresas rurais, assim como nas indústrias, a gestão administrativa abrange dois pontos importantes: o processo produtivo e as atividades comerciais. Os aspectos sobre as atividades comerciais se desenvolvem entre as empresas e o ambiente externo.

A gestão no agronegócio deve considerar não somente os aspectos financeiros, mas também as demais questões de grande importância para formular,

reformular ou avaliar o processo administrativo, bem como uma forma para desempenhar os fins produtivos e sociais da empresa. (Cunha Callado, 2011).

Crepaldi (1998) aponta que, em relação às atividades gerenciais pautadas ao agronegócio, assegura-se que a empreitada de determinar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante dos produtores rurais. Neste ambiente, o gestor deve estar apto a identificar eventuais ameaças e oportunidades que estejam surgindo em seu horizonte gerencial para subsidiar a elaboração de um plano estratégico.

De acordo com Cunha Callado (2011, p. 27), as perspectivas das práticas gerenciais adotadas para o agronegócio têm avaliado estratégias operacionais e mercadológicas desenvolvidas a partir da expectativa sobre a agregação de valor aos diversos produtos e serviços, a procura do menor custo e maior produtividade para a consolidação do mercado.

Essas mudanças estão relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico que provoca mudanças tanto no processo produtivo quanto nas formas de organização da produção e da implantação de novas estratégias empresariais. É imprescindível que as empresas rurais implantem uma organização contábil definida para facilitar o acompanhamento das alterações patrimoniais ocorridas em cada período. (Cunha Callado, 2011).

1.1.1 Agronegócio Mato-grossense

Como todo o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso (MT) beneficiou-se da política de interiorização do desenvolvimento que ocorreu nos anos 40 e 50 e da política de integração nacional dos anos 70. Em 1977 foi concretizada a divisão do Estado, o novo MT passou a contar com uma população de 900.000 hab, distribuídos em 903.357,908 km², dentro de 38 municípios que se multiplicaram rapidamente, em decorrência do processo de colonização adotado a partir da década de 70. (Imea, 2012).

No ano de 2000 o Estado contava com 139 municípios e a população passou para 2.504.353. As principais culturas que, em 1980 ocupavam 1.055.033, ou seja, 85,62% das áreas de lavoura do Estado passaram a ocupar, em 2002, 5.311.112 com 95,24% do total da área de lavoura. (Imea, 2012).

O processo de desenvolvimento do estado de MT pode ser vinculado ao crescimento do agronegócio no Brasil. Pautado na produção de soja, algodão e da pecuária extensiva, o agronegócio tem sido o grande responsável pelo crescimento da renda, do emprego e da economia como um todo. A base econômica do estado de MT atualmente é o agronegócio. Maior produtor de soja (15 milhões de ton) e algodão em pluma (1,1 milhão de ton), segundo maior produtor de arroz (1,7 milhão de ton), quinto produtor de cana-de-açúcar e sétimo de milho. Enquanto que o rebanho bovino tem crescido rapidamente e o Estado já possui o maior rebanho de corte do País. (Imea, 2012).

Mato Grosso é o Estado de destaque na produção de grãos no Brasil. Se o Estado fosse um País, seria o quarto maior produtor mundial. De acordo, com dados do IMEA, a safra de soja 2013/14 teve uma área de 8,2 milhões de há e 25,4 milhões de ton, isso sem abrir novas áreas, transformando áreas de pastagem em lavouras. (Fávaro, 2013).

O agronegócio, entendido como o novo modelo de produção agropecuária, voltado para o aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos industriais e de inovação tecnológica, é, atualmente, o grande responsável pelo processo de crescimento econômico do estado de Mato Grosso. (Imea, 2012).

O agronegócio Mato-grossense, nas últimas décadas tem se destacado na produção de algodão, soja, milho, cana-de-açúcar e na produção de carne bovina, contribuindo, de forma significativa, para as exportações brasileiras. É importante frisar que a produção Mato-grossense, assim como a nacional não cresceu apenas como resultado da expansão da área cultivada, ocorreu também, um grande aumento na produtividade brasileira, devido a uma rápida e eficiente difusão de tecnologia, incluindo sementes, agroquímicos, fertilizantes e outros insumos para cultivo. (Silveira Melo, 2009).

Mato Grosso encerrou o ano de 2014 como o maior produtor de algodão do País, contabilizando 13,61 milhões de há plantados na safra correspondente a 2013/14, ciclo que gerou uma receita aproximada de R\$ 33,99 milhões. Esses e outros dados fazem parte da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) 2014, realizada e divulgada pelo IBGE. (Diniz, 2014).

Em um ranking, também divulgado pelo IBGE, estão listados os 50 principais municípios produtores do País no ano de 2014, 19 deles são de MT. Para composição, o Instituto considerou o valor da produção e não a área plantada e, por isso, o primeiro lugar é ocupado pelo município São Desidério - BA, maior produtor nacional de algodão, cuja receita em 2014 somou R\$ 2,3 bilhões. Nas posições seguintes, aparecem os municípios de Sorriso, Sapezal e Campo Novo do Parecis (todos de MT). Neste período, o município de Sorriso cultivou em primeira e segunda safras 1,06 milhão de há, a maior área cultivada do País e somou uma receita aproximada de R\$ 2,19 bilhões. (Diniz, 2014).

Dados esses que evidenciam a real importância do agronegócio para toda a região do estado de Mato Grosso.

1.2 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A contabilidade no agronegócio mais conhecida como contabilidade rural é uma das ferramentas administrativa menos utilizada pelos produtores rurais. Esse fato ocorre porque os produtores acreditam que a contabilidade rural é muito complexa e com baixo retorno na prática, tornando assim, sua utilização inviável (Crepaldi, 1998).

Entre outros fatores que contribuem para tal acontecimento aponta-se o desconhecimento, na grande maioria, dos produtores sobre a importância da contabilidade rural, tanto para tomada de decisão quanto para a utilização de ferramentas administrativas capazes de produzir maiores retornos de capital para as empresas rurais. Outro fator, também bem evidente, é a falta de despreparo dos

profissionais da área contábil no que tange a agropecuária de um modo geral (Crepaldi, 1998).

Ainda segundo Crepaldi (1998, p. 75)

A Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação da Empresa Rural. Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc.

A Contabilidade Rural também fornece informações sobre condições de expandir-se, sobre necessidades de reduzir custos ou despesas, necessidades de buscar recursos etc. Está aí outra finalidade da Contabilidade Rural: o planejamento.

O objeto principal da contabilidade rural é o patrimônio das entidades rurais. Com a evolução dos sistemas contábeis se tornou possível desenvolver sistemas que auxiliassem o produtor rural no controle de sua evolução do patrimônio (Crepaldi, 1998).

Crepaldi (1998, p. 76) afirma que, a contabilidade rural possui as seguintes finalidades:

- ✓ Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- ✓ Medir o desempenho econômico-financeiro;
- ✓ Controlar as transações financeiras;
- ✓ Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- ✓ Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- ✓ Permitir a comparação do desempenho da empresa;
- ✓ Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- ✓ Justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa;
- ✓ Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- ✓ Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda;

- ✓ Controlar o patrimônio das entidades rurais;
- ✓ Apurar o resultado das entidades rurais;
- ✓ Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais.

Todas as atividades rurais por menores que elas sejam demandam de um controle eficiente, uma vez que os impactos das decisões administrativas são fundamentais para uma boa gestão. Um fato real que acontece hoje, na maioria das propriedades rurais, é que muitos dos serviços contábeis, que são importantes instrumentos gerenciais, não são utilizados por seus administradores ou proprietários. Muitas vezes, o produtor rural guarda em sua memória as informações, não anota os acontecimentos que são de extrema importância para a correta contabilização, de maneira que com o passar do tempo são esquecidas, e não calculadas na hora da comercialização dos produtos. (Crepaldi, 2012).

A atividade rural poderia ser mais bem gerenciada, se existisse o mesmo desenvolvimento e aplicação, como acontece com os outros setores, em se tratando de informações contábeis, elaboradas e aplicadas no ramo da atividade rural.

A contabilidade aplicada na atividade rural pode demonstrar toda a vida evolutiva da empresa. Por isso é imprescindível que também na agropecuária, a contabilização dos fatos e sua estruturação, seja realizada com o perfeito conhecimento, não apenas técnico, mas também de sua atividade operacional, respeitando as peculiaridades da atividade. (Crepaldi, 2012).

Todas essas informações devem estar de forma clara e objetiva, com o intuito de abastecer o empresário rural com as instruções corretas e que seja capaz de auxiliá-lo no bom desempenho do seu negócio. Pois assim, como os demais setores, a agropecuária objetiva o retorno econômico-financeiro que satisfaça o produtor rural. Assim, a contabilidade está constantemente gerando informações diretamente relacionadas com a lucratividade, liquidez e alguns riscos que podem ocorrer no agronegócio. (Crepaldi, 2012).

1.2.1 Produtor Rural e Empresa Rural

O produtor rural pessoa física é aquele, proprietário ou não, que desenvolve em área urbana ou rural a atividade agropecuária (agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira), pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos. (Senar, S/D, Acessado em: 17/08/2015).

A empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. (Crepaldi, 2012).

A empresa rural pode ser definida ainda como sendo aquela que explora a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícola. Segundo Marion, (2014, p. 02) o campo de atividades das empresas rurais, pode ser dividido em três grupos distintos:

- Produção vegetal – atividade agrícola.
- Produção animal – atividade zootécnica.
- Indústrias rurais – atividade agroindustrial.

Sendo que a atividade agrícola é a arte de cultivar a terra. Arte esta decorrente da ação do homem sobre o processo produtivo à procura de satisfação de suas necessidades básicas, ou seja, um sistema de plantar, tratar e colher, com a finalidade de produzir alimentos para subsistência do homem e do animal. (Marion, 2009, p. 32).

Já a atividade zootécnica é relativa à criação de animais (ex.: criação de abelhas, aves, gados, entre outros). E para finalizar a atividade agroindustrial relaciona-se a arte de transformar os produtos agrícolas ou zootécnicos.

De acordo com Marion (2014, p. 03) a atividade agroindustrial deve atender as seguintes condições:

- Não alterar a composição e as características do produto *in natura*;
- Ser feita pelo próprio produtor rural, com equipamento e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais;
- Utilizar exclusivamente matéria-prima produzida na unidade rural explorada.

Na atividade rural encontram-se duas formas jurídicas de exploração, com constante frequência: a pessoa física (produtor rural) e a pessoa jurídica (empresa rural). Entretanto, no Brasil, prevalece à exploração na forma de pessoa física, por ser menos onerosa que a pessoa jurídica, além de proporcionar mais vantagens de ordem fiscal. (Marion, 2009).

As pessoas físicas apresentadas como pequeno e médio produtor rural¹ não necessitam, para fins de Imposto de renda (IR), fazer escrituração regular em livros contábeis e podem utilizar apenas um livro-caixa e realizar uma escrituração simplificada.

Contudo, as pessoas físicas, apresentadas como grande produtor rural será nivelado às pessoas jurídicas para fins contábeis, necessitando assim, fazer escrituração regular, utilizando como base o método das partidas dobradas². (Marion, 2014, p. 07).

Uma das principais diferenças entre o produtor rural e uma empresa rural concentra na forma de tributação. A exploração na forma de pessoa física (produtor individual, condomínio, parceria) ou na forma de pessoa jurídica (empresa Ltda ou SA), pode representar ganhos tributários para o empresário rural, isto é, redução no valor de impostos pagos. (Blaas, 2012).

¹ O conceito de pequeno, médio e grande produtor rural é fixado conforme a Receita Bruta (Vendas), cujo montante é fixado pelo Imposto de Renda. (Marion, 2014 p. 07).

² Lançamentos a débito e a crédito simultaneamente.

A seguir demonstra-se um comparativo com a relação de algumas das diferentes formas de tributação da atividade rural segundo sua categoria e tributos incidentes:

I. Tributação do Produtor Rural Pessoa Física

TRIBUTO	ALÍQUOTAS	OBSERVAÇÃO
IRPF	15% ou 27,5%	Essas alíquotas referem-se à aplicação limitada a 20% da Receita Bruta do período.
FUNRURAL/INSS	2,3% sobre a Receita Bruta 2,7% sobre a Remuneração	Existe a possibilidade de discussão judicial para o não pagamento das contribuições no âmbito do INSS
ICMS	*	As operações com ICMS dependerão principalmente de a operação ser de natureza interna ou externa e da finalidade resultante da venda, se para indústria, consumidor, entre outros. Conforme Regulamento do ICMS de cada Estado.

Quadro 1:

Principais tributos incidentes ao produtor rural pessoa física

Fonte: *Adaptado* Blaas, (2012, p. 02).

II. Tributação do Produtor Rural Pessoa Jurídica

TRIBUTO	ALÍQUOTAS			OBSERVAÇÃO
	PRESUMIDO	REAL	SIMPLES	
IRPJ	1,2%	15%	Imposto Único (a alíquota do Simples será gerada de acordo com o seu faturamento acumulado mensalmente. Enquadra-se neste	As alíquotas de IRPJ e CSLL informadas no Lucro Real incidem sobre o lucro real como base de aplicação do imposto e não aplicados
CSLL	1,08%	9%		

			regime de tributação a micro empresa e empresa de pequeno porte)	diretamente sobre o faturamento.
PIS	0,65%	1,65%		-
COFINS	3%	7,6%		-
FUNRURAL/INSS	2,85% e 2,7%	2,85% e 2,7%	-	Existe a possibilidade de discussão judicial para o não pagamento das contribuições no âmbito do INSS.
ICMS	-	-	-	As operações com ICMS dependerão principalmente se a operação for de natureza interna ou externa e da finalidade resultante da venda, se para indústria, consumidor, entre outros. Conforme Regulamento do ICMS de cada Estado.

Quadro 2:

Principais tributos incidentes ao produtor rural pessoa jurídica

Fonte: *Adaptado* Blaas, (2012, p. 02).

Como pode ser observado existem particularidades em cada forma de se apurar um tributo/imposto, sendo necessário avaliar o tipo de atividade se explora (agricultura, pecuária, agropastoril, entre outros) juntamente com a modalidade de exploração de cada uma (pessoa física ou jurídica). São informações de suma importância para o pleno desenvolvimento financeiro da atividade rural desenvolvida.

1.2.2 Tributação no Agronegócio Brasileiro

O Sistema Tributário Nacional é formado por um conjunto significativo de leis e normas a cerca dos impostos e contribuições. Estima-se que são mais de 3.000 normas regulamentadoras incidentes sobre as empresas, pessoas físicas trabalhadores urbanos e rurais. O Brasil possui hoje, um sistema tributário complexo e de difícil entendimento, de modo que gera margem para equívocos por parte do legislador, abrindo lacunas para a inconstitucionalidade de determinados impostos e contribuições. (Franken et al., 2012).

O Brasil figura, notoriamente, entre os países que tem as maiores cargas de impostos e taxas sobre as mais variadas formas de produção, processamento e comercialização de produtos agropecuários, no mundo. Nesse contexto, a participação dos tributos no custo final dos produtos brasileiros é tão grande, que muitos produtores acabam optando por sonegar e permanecer na informalidade, para assim, não abandonarem a atividade desempenhada. Aliado a isso, ainda tem a grande burocracia que impede a agilização de reformas fiscais que poderiam diminuir o efeito de tantas taxações. (Araripe Costa, 2001).

Assim, os produtores rurais, muitas vezes por falta de conhecer a legislação fiscal vigente, acabam pagando mais do que deveriam ou até mesmo sendo autuados por estarem infringindo normas de produção e comercialização de seus produtos agropecuários. Um bom exemplo disso é a isenção de ICMS para propriedades rurais sobre a fatura da conta de energia elétrica, fato pouco difundido entre os fazendeiros. (Araripe Costa, 2001).

Atualmente, no Brasil, existem mais de 80 taxas, impostos e contribuições diferentes ligada ao agronegócio. Direta ou indiretamente todos os brasileiros são contribuintes, pois qualquer mercadoria que se adquire em um supermercado, por exemplo, já estão embutidos em seu preço os valores referentes á ICMS, PIS e COFINS, variando as porcentagens de acordo com seu Estado. (Portantiolo Kruger, 2010).

Segundo Araripe Costa (2001), a tributação dos rendimentos das atividades agrícolas e pecuárias se constitui em um campo difícil para estabelecer critério para imposição fiscal, em razão das inúmeras formas de comercialização dos produtos agrícolas.

A Empresa Rural, assim como qualquer outra, possui diversos direitos e obrigações. Dentre suas obrigações, estão incluídos os tributos, como o Programa de Integração Social do Trabalhador (PIS), Imposto sobre Propriedade Rural (ITR), Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Cooperação e Defesa da Orizicultura (CDO), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto de Transmissão causa Mortis e Doação (ITCD) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). (Aloe & Valle, 1978).

A cada tributo, cabe um fato gerador, uma base de cálculo e um órgão ao qual se deve pagar esse tributo, União, Estados, Municípios e Distrito Federal. A Lei prevê que dois tributos não podem possuir o mesmo fato gerador, e devem ser criados sob forma de Lei Complementar. (Aloe & Valle, 1978).

No quadro a seguir, demonstrada-se algumas formas de incidência de alguns impostos sobre a comercialização de produtos agropecuários mais comuns.

Produto Agropecuário	Adquirente	Estado Destinatário	Tributo	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
MILHO	Indústria	Dentro de SP	ICMS	Diferido ³	Diferido*
	Indústria	Outro (região SE) ⁴	ICMS	12%	12%
	Indústria	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Varejista	Dentro de SP	ICMS	Diferido*	Diferido*

³ *diferimento do imposto significa que o mesmo só será recolhido após o processamento do produto, ou seja, pela indústria.

⁴ **o valor de 12 % se refere à venda do produto para os Estados da região Sudeste, para outros Estados o valor é diferente (para a região Centro-Oeste, por exemplo, a tributação do ICMS é de 7%).

	Varejista	Outro (região SE)**	ICMS	12%	12%
	Varejista	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Produtor rural	Dentro de SP	ICMS	Isento	Isento
	Produtor rural	Outro (região SE)**	ICMS	18%	18%
	Produtor rural	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Sementes são isentas de FUNRURAL				
FELJÃO	Varejista adepto sistema normal	Dentro de SP	ICMS	Diferido*	Diferido*
	Varejista adepto sistema simples	Dentro de SP	ICMS	7%	7%
	Varejista	Outro (região SE)**	ICMS	12%	12%
	Varejista	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Consumidor	Dentro de SP	ICMS	7%	7%
	Consumidor	Outro (região SE)**	ICMS	7%	7%
	Consumidor	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Sementes são isentas de FUNRURAL				
GADO EM PÉ	Produtor rural	Dentro de SP	ICMS	Diferido*	Diferido*
	Produtor rural	Outro (região SE)**	ICMS	12%	12%
	Produtor rural	Independente	FUNRURAL	Isento	Isento
	- gado para recria é isento de FUNRURAL - animais puros são isentos de ICMS				
LEITE	Indústria (leite tipos B e C)	Dentro de SP	ICMS	Isento	Isento
	Indústria (leite tipos B)	Outro (região	ICMS	Diferido*	Diferido*

	e C)	SE)**			
	Indústria (leite tipos B e C)	Independente	FUNRURAL	2,2%	2,7%
	Consumidor (leite tipos A e B)	Dentro de SP	ICMS	Isento	Isento
	Consumidor (leite tipos A e B)	Outro (região SE)**	ICMS	Diferido*	Diferido*
	Consumidor (leite tipos A e B)	Independente	FUNRURAL	Isento	Isento

Quadro 3:

Imposto sobre a comercialização de produtos agropecuários

Fonte: Araripe Costa (2001, p.01)

Como demonstrado no quadro acima, a aplicabilidade dos impostos avaliados, varia de acordo com inúmeros fatores, a começar pelo tipo do produto comercializado, o Estado destinatário, o adquirente, entre outros. Outros tributos inerentes à manutenção das atividades desempenhadas também apresentam diferença significativa quanto à natureza do empreendedor.

A seguir, transcrevem-se alguns dos principais tributos incidentes na atividade rural, seja ela pessoa física ou jurídica.

1.2.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) foi instituído pela Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, é um imposto que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora da zona urbana do município e que procura estimular o uso mais sustentável da propriedade agrícola e desestimular a manutenção da propriedade improdutiva, uma vez que o

ITR apresenta alíquotas diferenciadas de acordo com o grau de utilização do imóvel. (Brasil, 2012).

As alíquotas do ITR variam segundo o grau de utilização da terra e a dimensão da área total do imóvel rural, sendo maiores ao passo que a dimensão do imóvel rural aumenta e o seu grau de utilização diminui; como é possível visualizar na Tabela 3.

Tabela 3:
Alíquotas de ITR.

Área total do Imóvel (há)	Grau de Utilização (GU) – em %				
	Maior que 80	Maior que 65 até 80	Maior que 50 até 65	Maior que 30 até 50	Até 30
Até 50	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
Maior que 50 até 200	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
Maior que 200 até 500	0,10	0,60	1,30	2,30	3,30
Maior que 500 até 1000	0,15	0,85	1,90	2,30	4,70
Maior que 1000 até 5000	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
Acima de 5000	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

Fonte: Brasil, (2008, p. 33).

Observe que um imóvel rural, com área total de 50 há e que tenha grau de utilização da área aproveitável superior a 80%, paga apenas 0,03% de ITR sobre o valor da terra nua. Já um imóvel rural, com área total acima de 5.000 há e que tenha um grau de utilização de até 30% da área aproveitável, paga 20% de ITR, sobre o valor da terra nua. O ITR não incide sobre a área total do imóvel rural, mas sobre a área aproveitável, também chamada de área sujeita a tributação. (Caetano Bacha, 2014).

Segundo Santos Anceles (2001), por terra nua entende-se o imóvel rural por natureza, ou seja, o solo não cultivado nem construído. A terra nua compreende o solo com sua superfície e a respectiva mata nativa.

Assim, o Valor da Terra Nua (VTN) é a diferença entre o valor venal do imóvel e o valor dos bens incorporados ao imóvel. A área sujeita a tributação é a área total do imóvel rural retirando-se as áreas de preservação permanente, reservas legais, reserva de patrimônio natural e áreas construídas essenciais ao processo produtivo. (Caetano Bacha, 2014).

O ITR é declarado pelo próprio produtor rural até o dia 30 de setembro de cada ano. Ele é arrecadado pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e fiscalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela própria SRF. No entanto, a receita do ITR é dividida, em partes iguais, para o Estado e o município em que se encontra o imóvel rural. (Caetano Bacha, 2014).

A maior preocupação do contribuinte, ao fazer sua Declaração Anual do ITR (DITR), é adequá-la às disposições atualizadas que constam em Instrução Normativa (IN) da SRF, atentando para a atualização das informações constantes do Ato Declaratório Ambiental (ADA) e do Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal (TRARL). (Rolim de Mendonça, 2004).

Ressalte-se que o contribuinte deve ter conhecimento sobre o seu imóvel, apresentando as informações precisas e corretas, em relação à área de reserva legal e de preservação permanente, a fim de evitar problemas com o Fisco, uma vez que a alíquota do ITR é variável de acordo com o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o dimensionamento do imóvel, estando, portanto, esses dados sujeitos à averiguação pela RFB através de cruzamento de dados fornecidos à Receita Federal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). (Rolim de Mendonça, 2004).

1.2.2.2 Imposto sobre Circulação de Mercadoria

A arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação denominado de ICMS, e é de competência dos Estados e do Distrito Federal. (Caetano Bacha, 2014).

O ICMS é um imposto recolhido pelo governo estadual e repartido entre o Estado (que fica com 75% do valor arrecadado) e aos municípios do Estado (que ficam com os 25% restantes). Desse valor a ser alocado aos municípios, 75% proporcional ao valor do ICMS arrecadado pelo município, no mínimo, deverá ser destinado ao mesmo. E os outros 25% são distribuídos de acordo com a legislação estadual. (Caetano Bacha, 2014).

As alíquotas do ICMS para produtos agropecuários até o final da década de 70 variavam entre 4,52% a 17,8%, dependendo do Estado, mas a partir de 1984, a alíquota de ICMS passou a ser de 17% e única em todo o Território Nacional. Esse aumento da alíquota provocou uma grande desestabilidade no mercado agropecuário. (Perez, 2000).

Entretanto, em 1992, o Convênio ICMS nº 83 autorizou a redução de base de cálculo de produtos que compõem a cesta básica brasileira. Desta forma, vários Estados incluíram os produtos pecuários na relação de produtos com alíquota de 7%, diminuindo consideravelmente o valor de ICMS incidente sobre os produtos pecuários. (Perez, 2000).

1.2.2.3 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e Programa de Integração Social ao Trabalhador

A COFINS foi instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30/12/1991 e, atualmente, é regida pelas Leis nºs. 9.718/1998, 10.833/2003, 10.865/2004 e alterações subsequentes. A COFINS é uma contribuição social cuja arrecadação se

destina integralmente ao financiamento da seguridade social. (Caetano Bacha, 2014).

A COFINS incide sobre o faturamento mensal da empresa, o qual corresponde a sua receita bruta, que é entendida como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas, observadas as exclusões admitidas em lei específica. (Caetano Bacha, 2014).

Já as contribuições para o PIS/PASEP⁵ são destinadas a promoção da integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e à formação do patrimônio do servidor público, nos termos das Leis Complementares n^{os}. 07 e 08, de 03 de setembro de 1970 e 07 de dezembro de 1970, respectivamente. O PIS é cobrado de empresas privadas e o PASEP de autarquias públicas. (Caetano Bacha, 2014).

Os contribuintes do PIS são pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas nos termos da legislação do imposto de renda, assim como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias. (Caetano Bacha, 2014).

A alíquota do PIS e COFINS é de 3,65% (cobrança conjunta), que são cobrados sobre o faturamento da empresa incidente em cascata (incidência cumulativa), entretanto desde 2009 os produtos pecuários estão isentos do pagamento do PIS e COFINS por meio da IN da RFB n^o 977/2009. A isenção é válida para venda de gado bovino, carnes e couros, entre outros produtos. A suspensão alcança a comercialização efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, para pessoas jurídicas produtoras ou que industrializem bens e produtos de carnes bovinas. (Caminho da Roça, 2009).

⁵ PIS= Programa de Integração Social; PASEP= Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

1.2.2.4 Imposto de Renda Pessoa Jurídica

O IRPJ será determinado com base no lucro real, presumido ou arbitral, por períodos de apuração trimestral. Entretanto, poderá realizar a apuração anual através do lucro real, desde que o IR seja recolhido mensalmente por estimativa. A pessoa jurídica poderá deduzir o valor a pagar do recolhimento realizado por estimativa. (Marion, 2004).

São contribuintes e, portanto, estão sujeitos ao pagamento do IRPJ, as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. Elas devem apurar o IRPJ com base no lucro, que pode ser real, presumido ou arbitrado. A alíquota do IRPJ é de 15% sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 / mês. (Brasil, 2016).

As empresas jurídicas que optarem pela sistemática do lucro presumido devem aplicar alíquotas sobre a receita bruta⁶. Essas alíquotas variam segundo o tipo de atividade econômica desempenhada, conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4:

Percentuais aplicados sobre a receita para cálculos do lucro presumido.

ESPÉCIES DE ATIVIDADES:	Percentuais sobre a Receita
Revenda a varejo de combustíveis e gás natural	1,6%
Venda de mercadorias ou produtos; Transporte de cargas; Atividades imobiliárias (compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis); Serviços hospitalares; Atividade Rural; Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante; Outras atividades não especificadas (exceto prestação de serviços)	8%
Serviços de transporte (exceto o de cargas); Serviços gerais com receita bruta até R\$ 120.000/ano – <i>ver nota</i> ⁷	16%

⁶ Receita bruta = vendas – cancelamentos – descontos – impostos não cumulativos.

⁷ Esta regra não se aplica às pessoas jurídicas que prestam serviços hospitalares e de transporte, bem como às sociedades prestadoras de serviços de profissões legalmente regulamentadas (Lei 9.250/1995, artigo 40, parágrafo único). As empresas de serviços de profissões regulamentadas são aquelas sujeitas à fiscalização e controle profissional, como Advogados, Médicos, Dentistas, Músicos, Contabilistas, Auditores, Consultores, Administradores, Economistas, Engenheiros, entre

Serviços profissionais (Sociedades Simples - SS, médicos, dentistas, advogados, contadores, auditores, engenheiros, consultores, economistas, etc.); Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens móveis/imóveis ou direitos; Serviços de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra (ADN Cosit 6/97). Serviços em geral, para os quais não haja previsão de percentual específico	32%
Comercialização de veículos usados	<i>Ver nota</i> ⁸
No caso de exploração de atividades diversificadas, será aplicado sobre a receita bruta de cada atividade o respectivo percentual	1,6 a 32%

Fonte: Tributário, (S/D, p. 01, Acessado em: 29/09/2015).

Para efeito de pagamento, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido no período de apuração, o imposto pago ou retido na fonte sobre as receitas que integram a base de cálculo, bem como o imposto de renda pago indevidamente em períodos anteriores. (Tributário, S/D, Acessado em: 29/09/2015).

1.2.2.5 Imposto de Renda Pessoa Física

As pessoas físicas estão sujeitas ao pagamento de IR sobre a renda que obtêm a título de salário, juros, lucros e aluguéis. Em conformidade com Caetano Bacha (2014, p. 63) o IRPF cobrado sobre o salário segue a seguinte sistemática:

continuação nota 7: outros. A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual de 16% para apuração da base de cálculo do imposto trimestral, cuja receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurado pelo percentual de 32% em relação a cada trimestre transcorrido. A diferença deverá ser paga até o último dia útil do mês subsequente ao do trimestre em que ocorreu o excesso, sem acréscimos legais.

⁸ A pessoa jurídica que tenha como objeto social, declarado em seus atos constitutivos, a compra e venda de veículos automotores, que pratique as vendas em consignação, terá como base de cálculo o valor da diferença entre o valor de venda e o da compra (IN SRF 152/1998).

Toma-se o salário bruto mensal do trabalhador e desconta-se o quanto ele pagou de contribuição ao INSS, um valor fixo por cada um de seus dependentes declarados e a pensão alimentícia, caso ela seja procedente. O valor líquido obtido é chamado de *base de cálculo*.

Sobre essa base de cálculo aplicam-se alíquotas de IRPF que são de 0%, 7,5%, 15%, 22,5% ou 27,5%, segundo os limites estabelecidos através de IN da Receita Federal.

O IRPF é realizado através da escrituração do livro caixa. Todos os valores escriturados no livro caixa deverão ser baseados em documentos que possam comprovar a veracidade dos lançamentos. Na atividade rural serão escriturados os rendimentos relativos à exploração das atividades de cria, recria e engorda de animais de qualquer espécie (impostos na pecuária). (Marion, 2004).

O produtor pessoa física poderá optar pela tributação simplificada que é a aplicação da alíquota de 20% sobre a Receita Bruta do ano-calendário, entretanto, optando por esta modalidade de tributação ele perderá o direito de compensar os prejuízos. (Marion, 2004).

1.2.2.6 Instituto Nacional do Seguro Social

Em 1990, o Decreto nº. 99.350, de 27/06/1990, criou o INSS, mediante a fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), consolidando a previdência como uma forma de seguro social, sendo também um direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros. (Caetano Bacha, 2014).

Todo empregado com carteira assinada deve ser contribuinte do INSS. A pessoa física ou jurídica proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira com auxílio de empregados, tem obrigação de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração paga ao empregado. A

contribuição deverá ser retida do empregado com alíquota que varia de 7,65% a 11%. (Seagro, 2010).

A contribuição patronal ao INSS pelo produtor rural e pela agroindústria é a contribuição ao FUNRURAL. No entanto, sobre a folha de pagamento incidem as contribuições ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o salário educação de 2,7%. Apesar desta contribuição ser recolhida na GPS (Guia de Previdência Social) ela não é contribuição do produtor rural ao INSS, mas sim ao INCRA e ao salário educação. (Caetano Bacha, 2014).

O produtor rural (assim como os empresários, autônomos, e demais) para ter direito aos benefícios da Previdência Social deve pagar 20% de INSS sobre contribuições que variam de R\$ 724,00 a R\$ 4.390,24. (Caetano Bacha, 2014).

1.2.2.7 Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

A Contribuição ao FUNRURAL representa a contribuição patronal do produtor rural e da agroindústria à Previdência Social. É uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. (Caetano Bacha, 2014).

A abrangência e benefícios do FUNRURAL sofreram várias mudanças ao longo do tempo. O FUNRURAL foi criado pela Lei nº. 4.214 em 1963, e era um sistema de previdência específico para os trabalhadores da área rural. As regras atuais foram definidas pela Emenda Constitucional nº. 20/1998 e pela Lei nº. 10256 de 09/10/2001, sendo os recursos do FUNRURAL destinados para a Previdência Social. (Caetano Bacha, 2014).

A alíquota do FUNRURAL é de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), criada pela Lei 8.315/91, que apesar de não fazer parte do

FUNRURAL, pois tem natureza jurídica diferente, ainda que seja sobre o valor da comercialização da produção, é recolhida na mesma GPS. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção, tais como frigoríficos e cooperativas. (Rezende Moss, 2014).

As alíquotas do FUNRURAL são incidentes sobre o total do faturamento como consta na Tabela 5. O FUNRURAL incide por fora, ou seja, é um tributo real ou efetivo.

Tabela 5:
Alíquotas do FUNRURAL

	Previdência e RAT⁹	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Total
Produtor rural/ Pessoa Jurídica	2,60%	0,25%	2,85%
Produtor rural/ Pessoa Física	2,10%	0,20%	2,30%
Agroindústrias	2,60%	0,25%	2,85%

Fonte: Caetano Bacha, (2014, p. 60).

O FUNRURAL é descontado do produtor rural quando ocorre a comercialização de produto rural entre produtor rural pessoa física e outro produtor rural pessoa jurídica ou empresa adquirente, a responsabilidade do recolhimento previdenciário é do produtor rural pessoa jurídica ou empresa adquirente. Lembrando que esse valor deve estar discriminado na nota fiscal (seja de venda ou compra). (Caetano Bacha, 2014).

⁹ A contribuição aos riscos ambientais do trabalho (RAT, antigo SAT = seguro de acidente ao trabalho) por parte do fazendeiro e das agroindustriais corresponde a 0,1% do valor do faturamento

1.2.3 Tributação no Agronegócio Mato-grossense

O Agronegócio é um setor de grande importância na economia brasileira e de Mato Grosso, onde a atividade representa mais de 30% do produto interno bruto. O setor funciona como um motor de desenvolvimento, incentivando e fomentando atividades correlatas e de apoio, seja na indústria, no comércio ou nos serviços. (Zafalon, 2013).

No entanto, a carga tributária do estado de MT no agronegócio é uma das maiores do País. Entre eles estão às contribuições listadas a seguir:

- FETHAB: O Fundo Estadual de Transporte e Habitação é a contribuição destinada a financiar o planejamento, a execução, o acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e habitação em todo o território Mato-grossense; *conferir incidência no Quadro 4,*

- FACS: O Fundo de Apoio a Cultura da Soja é a contribuição destinada a financiar ações voltadas ao apoio e desenvolvimento da cultura de soja e organização do respectivo sistema de produção, por meio de entidades representativas do referido segmento; *conferir incidência no Quadro 5,*

- FABOV: O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Bovinocultura é a contribuição destinada a financiar as ações voltadas a apoio e desenvolvimento da bovinocultura¹⁰ de corte e organização do respectivo sistema de produção, por meio de entidades representativas do referido segmento; *conferir incidência no Quadro 6,*

- FAMAD: O Fundo de Apoio a Madeira é a contribuição destinada a financiar ações voltadas ao apoio e desenvolvimento do setor de base florestal e organização do respectivo sistema de produção, por meio de entidades representativas deste segmento. (Mendonça Paro, 2015).

O quadro 4, descrito abaixo mostra sobre quais operações o FETHAB incide.

¹⁰ Bovinocultura é a parte da zootecnia especial que trata das técnicas para a criação de bovinos.

PRODUTO	UPF/MT¹¹	OBSERVAÇÕES
Internas com Diferimento		
Soja	19,21%	Por tonelada transportada
Gado em pé	23,52%	Por cabeça transportada para abate
Interestaduais		
Soja	19,21%	Por tonelada transportada
Internas Tributadas		
Algodão	20,47%	Por tonelada. A contribuição ao FETHAB não alcança as saídas de caroço de algodão
Madeira	18,61%	Por metro cúbico. Não será recolhida a contribuição ao FETHAB nas remessas para industrialização no território Mato-grossense inclusive de lenha para consumo no processo industrial
Interestadual		
Algodão	20,47%	Por tonelada. A contribuição ao FETHAB não alcança as saídas de caroço de algodão
Madeira	18,61%	Por metro cúbico. Não será recolhida a contribuição FETHAB nas remessas para industrialização no território Mato-grossense, inclusive de lenha para consumo no processo industrial
Gado em pé	23,52%	Por cabeça transportada para abate, cria, recria e engorda
Exportação		
Gado em pé	23,52%	Por cabeça transportada para abate, cria, recria e engorda
Algodão	20,47%	Por tonelada. A contribuição ao FETHAB não alcança as saídas de caroço de algodão
Madeira	18,61%	Por metro cúbico. Não será recolhida a contribuição ao FETHAB nas remessas para industrialização no território mato-grossense, inclusive de lenha para consumo no processo industrial
Exportação "direta"		
Soja	19,21%	Quando se tratar de operações de exportação realizada por contribuinte mato-grossense
Importação, exportação, transporte ou saída		
Gás natural	0,5%	Por metro cúbico transportado

Quadro 4:

Incidência do FETHAB

Fonte: Sefaz (S/D, Acessado em: 28/10/2015).

¹¹ UPF/MT = Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso

Lembrando que a contribuição do FETHAB não será aplicada às transferências efetuadas entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, localizados no território do estado de MT, bem como às remessas efetuadas por produtor rural, dentro do território do Estado, com destino a leilão, exposição ou feiras e respectivos retornos (*Art. 10º §1º Inciso I - Decreto 1261/2000 (Apêndice A)*).

Já no quadro 5, transcrito abaixo demonstra sobre quais operações o Fundo de Apoio a Cultura da Soja terá incidência.

PRODUTO	UPF/MT	OBSERVAÇÕES
Internas com diferimento		
Soja	2,52%	Por tonelada transportada
Interestaduais		
Soja	2,52%	Por tonelada transportada
Exportação		
Soja	2,52%	Quando se tratar de operações de exportação realizada por contribuinte mato-grossense

Quadro 5:

Incidência do FACS

Fonte: Sefaz (S/D, Acessado em: 28/10/2015).

A contribuição ao FACS não é aplicada às transferências efetuadas entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, localizados no território do estado de MT, bem como às remessas efetuadas por produtor rural, dentro do território do Estado, com destino a leilão, exposição ou feiras e respectivos retornos. (*Art. 10º §1º Inciso II - Decreto 1261/2000*).

No quadro 6, pode ser observado sobre quais operações o FABOV incide.

PRODUTO	UPF/MT	OBSERVAÇÕES
Internas com diferimento		
Gado em pé	2,52%	Por cabeça transportada para abate
Interestadual		
Gado em pé	2,52%	Por cabeça transportada para abate
Exportação		
Gado em pé	2,52%	Por cabeça transportada para abate, cria, recria e engorda

Quadro 6:

Incidência do FABOV

Fonte: Sefaz (S/D, Acessado em: 28/10/2015).

A contribuição deste Fundo não poderá ser aplicada às transferências efetuadas entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, localizados no território do Estado, bem como às remessas efetuadas por produtor rural, dentro do território do Estado, com destino a leilão, exposição ou feiras e respectivos retornos. (*Art. 10º §1º Inciso III - Decreto 1261/2000*).

Para finalizar as incidências dos fundos do setor rural tem o FAMAD. Sendo que, é recolhido 1,855% (*Art. 10º §1º Inciso IV - Decreto 1261/2000*) do valor da UPF/MT, vigente no período, por metro cúbico de madeira transportada. (Sefaz, S/D, Acessado em: 28/10/2015).

Outro tributo que contribui significativamente para a elevação da carga tributária do agronegócio é o ICMS/MT. O agronegócio gerou R\$ 3 bilhões de ICMS para o estado de MT no ano de 2011. Deste valor, R\$ 806 milhões foram pagos diretamente pelo setor; R\$ 2 bilhões, na aquisição de insumos, maquinários e material de consumo e outros R\$ 183 milhões com o pagamento de salários. (Zafalon, 2013).

O valor consideravelmente elevado de ICMS/MT, até poderia ser justificado pela posição de destaque ocupada pelos produtores Mato-grossenses no *ranking* do País. Entretanto, um estudo que analisa a incidência tributária sobre o agronegócio feito pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostra que MT tem uma

das cargas tributárias mais pesadas entre os principais produtores do agronegócio. (Zafalon, 2013).

Essa é a primeira vez que uma instituição como a FGV realiza uma pesquisa com esta abrangência, baseada na legislação do ICMS de cada Estado analisado. Os dados estão relacionados às operações de 2011 dos envolvidos nas cadeias de produção de soja, arroz, milho, algodão, carnes (bovinos, suínos e aves) e cana-de-açúcar. (Zafalon, 2013).

A referida pesquisa mostra, por exemplo, que, colocada a produção do Estado da BA nas mesmas condições de tributação do Estado MT, o imposto, deste último, é 58% superior ao do Estado Baiano no que se refere a tributos diretos. O pagamento de ICMS/MT supera em 34% o Estado de Goiás e em 8% o estado de Mato Grosso do Sul. Em relação ao Estado do Paraná, o aumento é de 3%, aponta o estudo da FGV. (Zafalon, 2013).

1.2.4 Gestão Tributária no Agronegócio

A gestão tributária possibilita demonstrar qual das formas de apuração de tributos uma empresa deve estar configurada. Existem empresas que escolhem determinada forma de apuração, o que mais prevalece nessa escolha é o nível de complexibilidade, uma não é tão trabalhosa como a outra, no entanto, um estudo minucioso de qual forma é a mais adequada para a empresa naquele ano, muitas vezes faz uma grande diferença no final do ano-calendário. (Rossales, 2010).

Existe um diferencial muito grande dos empresários rurais para os demais empresários, os empresários rurais além de se preocupar de que forma sua empresa será tributada, encontra ainda alguma dificuldade em identificar os tributos importantes que incidem junto aos seus negócios.

No Brasil, os empresários rurais contam com uma vantagem que é a possibilidade de diminuir os seus encargos tributários, podendo fazê-lo legal ou

ilegalmente. A maneira legal chama-se elisão fiscal ou planejamento tributário e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal.

A gestão tributária nada mais é que um conjunto de sistemas legais que tem em vista diminuir o pagamento de tributos. Os empresários rurais têm o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe atenda, procurando a diminuição dos seus custos e impostos. (Rossales, 2010).

Planejar tributos é um direito tão essencial quanto planejar o fluxo de caixa, fazer investimentos, entre outros. A grande maioria dos empresários rurais estão preocupados com os impostos que vão pagar ao final de cada mês, ano, se esquecendo dos posteriores.

O mercado do agronegócio é um dos mais importantes do Brasil, sua economia esta entre as 10 maiores do mundo, e estima-se que a carga tributária incidente na agricultura representa 25% sobre o valor bruto da produção do setor, porcentagem esta, consideravelmente alta. Analisando esse fator primordial é que se faz necessário que todas as empresas procure, cada vez mais, maneiras de pagar a menor quantidade que conseguir de impostos, pois isso ocasionará uma grande influência no custo de seus produtos, e se tratando da agricultura então, interfere em toda a economia do País. (Maier, 2012).

Uma das maneiras que as empresas encontraram de tentar, de forma lícita, fazer economia de impostos é através da realização de um planejamento tributário eficaz. Segundo Camargo Fabreti(2005, p. 32) “o planejamento tributário exige antes de qualquer coisa um bom senso do planejador”.

A redução dos custos é uma necessidade de todas as empresas brasileiras que estão em constante competitividade; algo que se impõe de forma ainda mais premente ao que se refere aos custos tributários, levando em conta seu fortíssimo incremento nos últimos anos e sua característica de não gerar benefícios diretos as organizações. (Mariz Oliveira, 2005, p. 167).

O planejamento tributário envolve tudo que é previamente levantado, antes de ocorrer o fato administrativo, pesquisando as alternativas legalmente válidas para o cálculo que será mais econômico para a empresa. O objeto do planejamento tributário é em última análise a economia tributária. Comparando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (Latorraca, 2000).

Contudo o planejamento tributário é denominado uma forma preventiva de pagamento de impostos, sendo desenvolvido administrativamente na atividade empresarial objetivando sempre a economia da empresa. Em qualquer maneira de tributação optante pela empresa, um bom planejamento tributário é sempre muito importante, desde saldo em caixa para investimentos futuros, como para cobertura de futuros gastos. (Maier, 2012).

Neste caso, todo o conhecimento do profissional responsável pela área, seja ele o contador ou administrador da empresa, é de extrema importância, e deve ser aplicado sobre a legislação do tributo a ser reduzido. Para alcançar êxito nesta atividade o contador precisa:

Conhecer todas as situações em que é possível o crédito tributário, principalmente com relação aos chamados impostos não cumulativos – ICMS e IPI;

Conhecer todas as situações em que é possível o diferimento (postergação) dos recolhimentos dos impostos, permitindo melhor gerenciamento do fluxo de caixa;

Conhecer todas as despesas e provisões permitidas pelo Fisco como dedutíveis da receita;

Ser oportuno e aproveitar as lacunas deixadas pela legislação, para tanto ficando atento as mudanças nas normas e aos impactos nos resultados da empresa. (Mariz Oliveira, 2005, p. 142).

Portanto faz-se necessário possuir as condições ideais para que seja possível realizar um adequado planejamento tributário.

1.3 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. (Brasil, 2014).

De acordo com o Art. 13 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, “O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.”

Com base no referido Decreto as instituições são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (Brasil, 2006).

A criação de universidades federais ocorre por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. A criação de universidades privadas ocorre por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente, conforme Art. 9º do Decreto nº 5.773/2006, “a educação superior é livre à

iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. (Brasil, 2006).

A maioria das instituições de ensino superior no Brasil pertence à rede privada. Enquanto 87,5% delas são particulares, apenas 12,5% são públicas. Entre as instituições privadas, predominam os centros universitários (94%) e as faculdades (93%). De todas as 195 universidades brasileiras, 54,9% são públicas. (Brasil, 2017b).

No ensino superior o cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. (Brasil, 2014).

O grau de Bacharel ou o título específico referente à profissão habilitam o portador a exercer uma profissão de nível superior. O título de Licenciado habilita o portador para o magistério no ensino fundamental e médio. É possível obter o diploma de Bacharel e o de Licenciado cumprindo os currículos específicos de cada uma dessas modalidades. (Brasil, 2017a).

Além das disciplinas de conteúdo da área de formação, a licenciatura requer também disciplinas pedagógicas e 300 horas de prática de ensino. Os cursos de graduação podem oferecer uma ou mais habilitações. O curso Tecnólogo é uma graduação de nível superior, que engloba um conteúdo mais específico para a área escolhida e privilegia mais a prática de mercado do que os cursos convencionais. (Brasil, 2017a).

Existem três tipos de formação no ensino superior:

I. A forma presencial, em que o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações;

II. A forma por ensino a distância (EAD), onde o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet. A presença do aluno não é necessária dentro da sala de aula.

III. Sendo a última, os cursos de forma semipresenciais, com aulas em sala e também à distância.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), órgão do Ministério da Educação (MEC), é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida para garantir a qualidade dos cursos superiores do País. (Brasil, 2014).

1.3.1 História da Educação Superior no Brasil

A Constituição Federal (CF) de 1891 instituiu a União como responsável pela educação superior, descentralizado do Estado e permitindo a criação de instituições de ensino particular com diploma reconhecido, desde que as mesmas respeitem as normas curriculares das instituições de ensino superior federal. No ano de 1915, o Decreto nº. 11.530 de 18 de março de 1915 realizou outra reforma no ensino superior, aumentando o controle federal e mantendo o vestibular como forma de ingressar no mesmo. (Souza Zoccoli, 2009).

No Estado do Paraná, em 1912, foi instalada a primeira universidade brasileira. Entretanto, em meio a esse movimento na educação, o pensamento da educação nacional foi adiado para a década de 1930, em função principalmente da crise financeira internacional e do aumento considerável da população urbana. Em 1920, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito uniram-se e formaram a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Decreto nº. 14.343, de 7 de setembro de 1920, à época denominada Universidade do Rio de Janeiro. (Souza Zoccoli, 2009).

Para Trindade (2000), realizando uma retrospectiva da instituição universitária, é possível identificar quatro períodos:

I. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.” (p. 122)

II. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.

III. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência.

IV. No século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade.

Observa-se que os respectivos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, influenciaram, em maior ou menor grau, a trajetória da instituição universidade. Isso ocorrerá também na história do ensino superior brasileiro.

O sistema de ensino superior continuou crescendo lentamente até 1960, época em que realizou a formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. Entre 1946 e 1960, foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana (Sampaio, 2000 p. 70-71).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), votada em 1961, atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por

legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado. (Souza Zoccoli, 2009).

Na década de 1970, os resultados de um grande desenvolvimento econômico produziram o chamado “milagre econômico”. A classe média brasileira foi, então, diretamente beneficiada: enriquecida dentre outros hábitos de consumo, aumentou a demanda pelo ensino superior com o aumento providencial dos recursos federais e o orçamento destinado à educação. (Souza Zoccoli, 2009).

A década de 1980 foi de crise econômica e de transição política que culminou, com uma nova CF em 1988. É inegável que a aprovação desta CF cominou claramente em mudanças na educação no Brasil devolvendo esperança de reordenar a situação educacional no País. Contudo, era necessário vencer o poder centralizador do Estado, pois essa situação continuava enfraquecendo as articulações para a melhoria na educação. (Sampaio, 2000).

A aprovação da nova LDB, em dezembro de 1996, incorporou inovações como, a explicitação dos variados tipos de IES admitidos. Por universidade se definiu a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A nova Lei fixou a obrigatoriedade do recredenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. (Trindade, 2000).

Os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), que teve como ponto de partida o Projeto de Lei nº. 4.173/1998, apresentado pelo governo Federal, foram:

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública;
- A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e

local em conselhos escolhares ou equivalentes. (Souza Zoccoli, 2009 p. 94)

A mudança fundamental é que as políticas educacionais formuladas no contexto das políticas públicas surgem a partir das demandas dos processos produtivos, resumindo a educação é tratada como mercadoria.

Já durante o governo de 2001, o ensino superior sofreu cortes de verbas públicas, ausência de concursos públicos para professores e funcionários, e conseqüentemente, o nível de ensino foi se degradando. Nesse período, sob a orientação do Banco Mundial, apresentou-se o projeto neoliberal de reforma universitário, constando: autonomia universitária, privatização da universidade pública e descomprometimento do Estado com o financiamento. Nesse contexto, cria-se:

- O Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes (Enade);
- O Programa de Gratificação e Estimulo à Docência (GED). (Souza Zoccoli, 2009).

Entretanto essa proposta de autonomia universitária não se efetivou. Até o final de 2008, nenhum projeto de lei de autonomia universitária foi encaminhado ao Congresso Nacional, e sobre o financiamento nenhuma empresa queria liberar recurso financeiro sem uma garantia de retorno.

Em 2004, o governo federal criou o ProUni (Projeto Universidade para Todos), instituído através da Lei nº. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, tendo como finalidade.

à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Art. 1º). (Brasil, 2005)

Nesse período criou-se, através de leis, pareceres, medidas provisórias e relatórios, diversas propostas que vão contramão a autonomia universitária, ferindo o art. 207 da CF. Essas propostas são definidas por Souza Zoccoli (2009, p. 95) como:

1. Legalização das fundações privadas nas universidades, através da sua regulamentação – Decreto nº. 5.205/2004;
2. Estímulo à ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas;
3. As parcerias público-privadas que permitem a destinação de verbas públicas para a iniciativa privada e desta para o setor público;
4. O Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, o qual repassa a responsabilidade de produção de conhecimento para o setor privado;
5. O ProUni, MP nº 213, que regulamenta a “compra” das vagas ociosas nas universidades particulares;
6. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC 217), da deputada Selma Schons (PT-PR), que prevê a cobrança de impostos a ex-alunos de universidades públicas;
7. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o qual pouco difere do antigo “Provão”, mantendo a utilização de critérios burocráticos e meritocráticos e o ranqueamento dos cursos.

Analisando as propostas desse período, é possível observar que toda essa reforma universitária aconteceu sem a interação integral com a sociedade, deixando assim de fora a realidade dos diversos anseios da educação. Desta forma, a educação continua sendo tratada como “mercadoria”. (Souza Zoccoli, 2009).

As políticas educacionais que se referem ao ensino superior precisam de reflexões e de análises proporcionais pelas diversas áreas do conhecimento. Lembrando que a educação é o início de possibilidades de transformação e desenvolvimento para a sociedade global.

1.3.2 Proposta Curricular/ Plano de Ensino

O currículo abrange as políticas educativas, teorias, processo de ensino-aprendizagem, relacionamento com a comunidade e compromisso social. A Proposta curricular ou também conhecida como Plano de ensino, é uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou procedimental de uma disciplina.

Este documento deve constituir-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidos pela comunidade educacional, adaptados às realidades locais e necessidades específicas. Deve ser feita de forma clara e concisa. Através dela, se tem conhecimento imediato da matéria a ser lecionada.

Na atualidade o planejamento assumiu tamanha importância, a ponto de se constituir como objeto de teorização, com desenvolvimento a partir da ação do professor que engloba: “decidir a cerca dos objetivos a ser alcançado pelos alunos, conteúdo programático adequado para o alcance dos objetivos, estratégias e recursos que vai adotar para facilitar a aprendizagem, critérios de avaliação, entre outros.” (Gil, 2012, p. 34).

O plano de ensino deve conter os dados de identificação da disciplina, propostas, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina. (Spudeit, 2014).

Entretanto, Barros (2007) e Gil (2012), deixam claro que não existe um modelo fixo a ser seguido pelo professor. Somente sintetizam que deve apresentar uma sequência coerente e os elementos necessários para o processo de ensino e de aprendizagem. Lembrando que será o plano de ensino que norteará o trabalho docente e facilitará o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Para isso, o plano de ensino deve ser norteado pelo perfil do aluno que o curso vai formar e também de acordo com as concepções do projeto pedagógico de um curso.

1.3.2.1 Planejamento e Plano de Ensino

O planejamento é um momento em que o conjunto de sujeitos, que atuam em determinado curso ou semestre de aprendizagem se reúnem para debater os elementos do plano e com isso, evitar a fragmentação e oferecer coerência ao proposto nas aulas, sendo que o ponto de partida dessa reflexão em conjunto é o Projeto Pedagógico do curso. (Portal Educação, 2013).

O plano de ensino é resultado da reflexão em conjunto, é quando o professor sistematiza suas idéias no documento que orientará sua ação educativa na sala de aula ou outro espaço educativo. Este instrumento é também conhecido como plano de curso, plano de ensino, plano de unidade e plano de aula, ou seja, sua dimensão compreende a periodicidade que o mesmo será abordado. (Portal Educação, 2013).

Tanto o plano, como o momento de planejamento, referem-se à reflexão e tomada de decisão do professor e/ou coordenador pedagógico em relação à disciplina em um determinado curso e período. Esta reflexão inicial consiste no planejamento e tem por finalidade auxiliar o professor a definir sua proposta curricular, objetivos, conteúdo, metodologia e avaliação de um modo geral. (Portal Educação, 2013).

O planejamento e, conseqüentemente, o plano de ensino/curso passou por diversas concepções considerando o próprio movimento vivido pela educação brasileira ao longo da sua história. A presente reflexão vai pontuar estes conceitos a partir de 1930, considerando os esforços e a mobilização dos educadores, em especial, o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932. Desse modo, o planejamento, assim como a organização escolar naquela época, tinha seus fundamentos nas Teorias Clássicas de Administração que objetivava implantar nas escolas os mesmos princípios utilizados na organização fabril. (Portal Educação, 2013).

A ênfase desses princípios é a aplicação, na produção industrial, de técnicas e/ou procedimentos próprios dos métodos científicos, tais como a observação,

experiência, registro, análise e resolução dos problemas da administração, com o objetivo de atingir maior eficiência e menores custos. Assim, a educação deveria também adotar a concepção científico-racional, burocrática e tecnicista e, portanto o planejamento e o plano de ensino tinham por finalidade a eficiência e a eficácia de resultados e o controle da prática docente. (Portal Educação, 2013).

Esta definição se resumia na listagem dos conteúdos que deveriam ser cumpridos pelo professor na sua disciplina, durante o período escolar, o que nos leva a refletir sobre os efeitos na aprendizagem dos alunos, considerando que não havia a preocupação em articular o conhecimento com suas necessidades e mesmo com a realidade vivida. Na concepção da abordagem tecnicista a organização é representada por uma pirâmide, ou seja, uma pessoa lidera e as demais são lideradas. (Portal Educação, 2013).

O trabalho pedagógico também era bastante diretivo, pois o plano muitas vezes consumava no uso de um livro, cujo sumário era seguido pelo professor. Mas pensando, também no contexto socioeconômico e político da época. O acesso à educação era muito difícil e altamente seletivo. Estudar era oneroso e, com isso, a educação superior era privilégio das camadas mais ricas, que, por coincidência ocupavam os cargos burocráticos do Estado também governado por um representante dessa mesma classe. (Portal Educação, 2013).

O conjunto de conteúdos a serem ministrados em determinada disciplina estava em consonância com os valores e comportamentos que se esperava socialmente desses alunos. O programa, ou seja, lista de matérias para cada curso indicava também o tempo de cada um, expresso geralmente em horas e semanas. O aspecto central desse processo era o conteúdo, enquanto o professor era mero executor dessa tarefa, transmitindo o saber. (Portal Educação, 2013).

Essa concepção de planejamento e plano de aula perdurou por muito tempo, com poucas alterações, ao longo da década de 1930 a 1960, quando a tendência tecnicista se acentuou na educação, principalmente após o golpe militar de 1964. O governo militar não seguiu a política, até então, do nacional-desenvolvimentismo, como era a proposta de governos anteriores, considerados

de cunho democrático, respaldou-se em recursos financeiros advindo do capital estrangeiro para intensificar o modelo econômico do País voltado para o setor industrial. (Portal Educação, 2013).

A política educacional propunha uma vinculação direta entre o sistema de educação e o sistema produtivo. Para tanto o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu acordo com a agência internacional United States Agency for International Development (USAID), esta iniciativa ficou conhecida como “Acordo MEC/USAID”. (Portal Educação, 2013).

A USAID desenvolveu uma proposta educacional para todo o sistema de ensino, do primário ao ensino superior, do planejamento aos livros didáticos, da estrutura administrativa à formação dos profissionais. A escola vista nesta concepção política propunha uma organização linear, pautada no respeito por meio da obediência e de comandos autoritários, inclusive respaldados pelas legislações. (Portal Educação, 2013).

Neste período, a educação superior brasileira passou a ser regida pela Lei nº. 5540/68, de 28 de novembro de 1968, que, estabeleceu a departamentalização; a matrícula por disciplina, impedindo a reunião de estudantes por turmas fixas; cursos parcelados por meio do regime de créditos; o vestibular unificado e classificatório, entre outros, medidas que não agradaram os estudantes que lutavam pela democratização do ensino superior. O governo fortaleceu a iniciativa privada que expandiu a oferta de vagas, mas que onerava os alunos das camadas médias e pobres da população, enquanto a elite continuava com maior possibilidade de acesso ao ensino superior público e gratuito. (Portal Educação, 2013).

Neste contexto de alto controle por parte do Estado, o planejamento de curso e o plano de aula eram elaborados a partir das orientações traçadas por recomendações de organismos internacionais que objetivavam fortalecer o vínculo entre educação e trabalho, de acordo com os princípios da Teoria do Capital Humano, se preocupando mais com a quantidade de oferta de vagas do que com a qualidade da educação oferecida aos jovens. (Portal Educação, 2013).

Dessa forma, os planos não se preocupavam em articular suas etapas de modo a se configurar como uma totalidade com sentido e significado. Acreditava-se que o professor deveria dominar competentemente as técnicas de ensino e usá-las racionalmente para atender maior número de alunos. Ou seja, a questão da compreensão crítica do conteúdo, significado e aplicabilidade bem como a construção do conhecimento por meio dos processos de análise e síntese não eram consideradas, tornando o plano um mero instrumento burocrático, esvaziando sua função como elemento de avaliação da prática pedagógica e do processo de aprendizagem do aluno. (Portal Educação, 2013).

Com o processo de abertura política no final da década de 1970 e início de 1980, chegam ao Brasil os ventos das tendências pedagógicas críticas que concebem a educação como processo histórico e social, portanto em constante movimento de construção e reconstrução. No bojo dessas mudanças, a educação volta a ser tema de debates no meio acadêmico, principalmente pelas experiências vividas pelos educadores que regressavam do exílio. A partir de então, foi crescendo a mobilização e o interesse da sociedade discutir a educação brasileira em busca da sua democratização, gratuidade e qualidade. (Portal Educação, 2013).

Diante desses desafios, os educadores passaram também a organizar eventos, como simpósios, conferências e fóruns para discussão, e apresentação de propostas tendo em vista a elaboração da atual Constituição e lei que regulamenta a educação brasileira, bem como a criação de comissões para acompanhar o processo, contando desta vez com o apoio da sociedade civil através do planejamento do ensino. (Portal Educação, 2013).

O planejamento é um processo que exige organização, sistematização, previsão, decisão e outros aspectos na pretensão de garantir a eficiência e eficácia de uma ação, quer seja em um nível micro ou macro. O processo de planejamento está inserido em vários setores da vida social: planejamento urbano, planejamento econômico, planejamento habitacional, planejamento familiar, entre outros. Do ponto de vista educacional, o planejamento é um ato político-pedagógico, uma

vez que possibilita revelar as intenções e a intencionalidade, expõe o que se deseja realizar e o que se pretende atingir. (Barros Leal, 2014).

Um plano de ensino é como seu próprio nome já diz: *um plano*. O qual deverá ser adaptado as necessidades que possam surgir no decorrer do período.

Segundo Hessen (1999) o plano de ensino apresenta os seguintes benefícios:

- Facilita o acompanhamento, a supervisão e o controle do planejamento pedagógico dos cursos por parte de seus coordenadores;
- Possibilita a rápida alteração/atualização do plano de ensino, que pode ser colocado imediatamente à disposição dos alunos após a aprovação do coordenador;
- Facilita e incentiva a interdisciplinaridade no planejamento pedagógico, permitindo aos professores acesso aos planos de ensino de seus colegas e a elaboração destes em conjunto;
- Facilita a vida do professor, que poderá, ano após ano, atualizar e aprimorar as aulas já publicadas.

De acordo com Gardin (2011), toda instituição deve ter um plano de ensino que se apresente conforme indica a Figura 1 descrita a seguir.

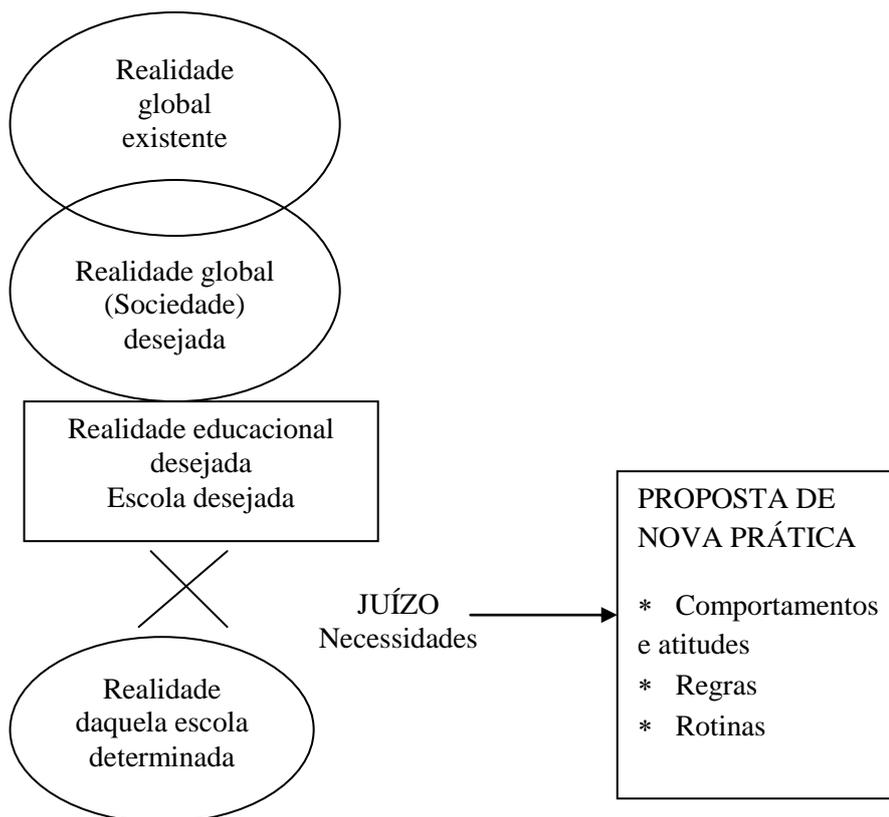


Figura 1:
Instrumentos de um plano de ensino ideal.
Fonte: Gardin (2011, p. 24).

O que é importante, do ponto de vista do ensino, é deixar claro que o professor necessita planejar, refletir sobre sua ação, pensar sobre o que faz, antes, durante e depois. O ensino superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão, do profissional, do sujeito enquanto pessoa, enfim de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida. É essencial enfatizar que o planejamento de ensino implica, especialmente, em uma ação refletida: o professor elaborando uma reflexão permanente de sua prática educativa. (Barros Leal, 2014).

O planejamento do plano de ensino tem a finalidade principal resgatar o sentido social do trabalho escolar, quer ser instrumento metodológico da realização de ideais que superem o mero domínio cognitivo da informação. Se pensar a educação escolar como processo que faz parte da construção de uma

sociedade e das pessoas que a compõem, se destaca a grande importância do planejamento. (Gardin, 2011).

1.3.2.2 Elaboração

Para a elaboração do plano de ensino, os professores precisam considerar o conhecimento do mundo, o perfil dos alunos e o projeto pedagógico da instituição, para então tratar dos elementos que constituem o seu plano de ensino.

Segundo Barros (2007), um plano de ensino bem elaborado possui o poder de facilitar a vida do professor durante o ano/semestre, organizando suas atividades de modo a atingir as metas estabelecidas para aquela disciplina.

E, embora pareça simples colocar no papel tudo o que se pretende na disciplina ministrada, fazer um plano de ensino, na maioria das vezes gera muitas dúvidas sobre o quê colocar e onde colocar as informações, principalmente para as pessoas que na graduação não tiveram contato com disciplinas pedagógicas. (Barros, 2007).

Dessa forma, o plano de ensino inicia usualmente com um cabeçalho para identificar a instituição, curso, disciplina, código da disciplina, carga horária, dia e horário da aula, nome e contato do professor (Spudeit, 2014). Logo em seguida, devem constar os seguintes itens: proposta curricular da disciplina, objetivos da disciplina, conteúdo programático, metodologia, avaliação e as referências.

A proposta curricular da disciplina deve ser composta por um parágrafo que declare quais os tópicos que farão parte do conteúdo da disciplina limitando sua abrangência dentro da carga horária ministrada. Deve ser escrita de forma sucinta e objetiva e deve estar de acordo com o projeto político pedagógico do curso. O professor não pode alterar a proposta curricular de uma disciplina sem antes ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso. (Spudeit, 2014).

De acordo com Gil (2012, p. 37) os objetivos da disciplina “representam o elemento central do plano e de onde derivam os demais elementos”. Os objetivos da disciplina devem ser redigidos em forma de tópicos, devem ser escolhidos entre dois a cinco objetivos para se atingir a proposta. Podem ser divididos em objetivo geral e específico. Iniciam com verbos escritos na voz ativa e são parágrafos curtos apenas indicando a ação. Os objetivos englobam o que os alunos deverão conhecer, compreender, analisar e avaliar ao longo da disciplina.

O conteúdo programático deve ser a descrição dos conteúdos elencados na proposta curricular. É importante esclarecer que o conteúdo programático difere do eixo temático, pois o conteúdo programático cobre a totalidade da disciplina e o eixo temático se aplica a uma parte ou capítulo do conteúdo. Precisa estar estruturado em seções descendo os assuntos gerais e específicos que serão abordados ao longo da disciplina contemplados dentro da proposta curricular. (Spudeit, 2014).

A metodologia ou estratégias de aprendizagem como alguns autores denominam, esclarecem “os procedimentos que os professores utilizarão para facilitar o processo de aprendizagem” (Gil, 2012, p. 38).

É importante destacar quais os recursos, meios, materiais e procedimentos serão adotados ao longo da disciplina para desenvolvimento das aulas e escolha das estratégias de ensino e de aprendizagem, forma de aula, dinâmicas, entre outros. Na metodologia, devem estar explícito quais as estratégias metodológicas e didáticas serão usadas pelo professor para atingir os objetivos propostos na disciplina. (Spudeit, 2014).

Santos Vasconcellos (1995), Piletti (1999) e Gil (2012) apresentam várias estratégias e metodologias para o plano de ensino, tais como: aula expositivo-dialogada, mapas conceituais, portfólio, estudo de texto, dramatização, tempestade cerebral, soluções de problemas, pesquisa de campo, estudo de caso, seminário, oficinas, estudos com pesquisa, estudos dirigidos, visitas orientadas, palestras, seminários, discussão de livros, entre outros.

Lembrando que é de suma importância que o professor deixe claro no plano de ensino como ocorrerá a avaliação, indicando claramente os critérios usados, pesos, formas de avaliação, entre outras informações pertinentes para que o professor tenha esse instrumento para tomada de decisão e o aluno saiba como será avaliado. A avaliação compreende todos os instrumentos e mecanismos onde o professor verificará se os objetivos estão sendo atingidos ao longo da disciplina. (Spudeit, 2014).

Dessa forma, deve ser uma avaliação processual e registrada constantemente acerca da aprendizagem do aluno com base nas metodologias propostas, que podem ser verificadas por meio da aplicação de exercícios, provas, atividades individuais e/ou grupais, pesquisas de campo e observação periódicas registrada em diários de classe. (Spudeit, 2014).

Cabe ao professor indicar fontes de pesquisa e leitura sobre os conteúdos programáticos que serão abordados em sala de aula ao longo da disciplina, sejam trabalhos publicados em anais de eventos, e-books, livros impressos, artigos de revistas, entre outros que subsidiarão teoricamente o conteúdo programático a ser abordado na disciplina. É importante que o professor selecione de três a cinco bibliografias que são básicas para trabalhar ao longo da disciplina e também escolha outras bibliografias complementares para aprofundar os temas propostos.

1.3.2.3 Plano de Ensino para o Curso de Ciências Contábeis

O Curso de Bacharel em Ciências Contábeis está focado no desenvolvimento contábil/gerencial de seus acadêmicos. Tem como principal objetivo formar profissionais em Contabilidade, altamente qualificados, éticos e com responsabilidade social, com condições de satisfazer as necessidades do mercado e capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, com competência técnico-científica inerente à profissão.

A duração do referido curso é de 4 (quatro) anos e tem como os principais eixos de formação: Contábil/Gerencial, Aplicadas, Legal, Humanas, Tecnológico e Complementar. Para completar a formação, o acadêmico desenvolve o Estágio Curricular, o Trabalho de Conclusão do Curso, além de Atividades Complementares e Disciplinas Práticas. Depois de formado, o acadêmico pode ter seu registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e poderá atuar em diversas áreas, como Bacharel em Ciências Contábeis, bem como no ensino.

Como já mencionado anteriormente, não existe um plano de ensino fixo ou pré-estabelecido. Não seria diferente com o plano de ensino das disciplinas que compõem o Curso de Bacharel em Ciências Contábeis. O curso conta com diversas disciplinas específicas da área e cada uma delas conta com seu próprio plano de ensino aprovado pelo NDE de sua instituição.

Entretanto, mesmo não tendo um plano de ensino fixo, é importante ressaltar que o plano de ensino dessas disciplinas deve estar respaldado nas determinações legais estabelecidas pelo MEC dentro de cada curso superior.

1.4 CATEGORIZAÇÃO DAS TEORIAS

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles, são classificados por semelhança seguindo os critérios da investigação científica. Cada categoria deve fundamentar-se em um critério específico.

Jacob e Shaw (1998, p. 155) dizem que “categorização é um processo cognitivo de dividir as experiências do mundo em grupos de entidades, ou categorias, para construir uma ordem física e social do mundo”.

Com base em abordagens teóricas da presente investigação apresenta-se no quadros abaixo, onde definem de forma conceitual as principais teorias defendidas pelos teóricos estudados.

A primeira tabulação das categorias apresenta as teorias pesquisadas sobre a Legislação no Agronegócio, para proporcionar um melhor entendimento.

TEORIAS	LEGISLAÇÃO NO AGRONEGÓCIO
Portantiolo Kruger, 2010	Atualmente, no Brasil, existem mais de 80 taxas, impostos e contribuições diferentes ligada ao agronegócio. Direta ou indiretamente todos os brasileiros são contribuintes, pois qualquer mercadoria que se adquire em um supermercado, por exemplo, já estão embutidos em seu preço os valores referentes á ICMS, PIS e COFINS, variando as porcentagens de acordo com seu Estado.
Aloe & Valle, 1978	A Empresa Rural, assim como qualquer outra, possui diversos direitos e obrigações. Dentre suas obrigações, estão incluídos os tributos, como o PIS, ITR, ICMS, CSLL, COFINS, CDO, ITBI, ITCD e o FUNRURAL.
Blaas, 2012	Dentre as obrigações tributárias incidentes no produtor rural Pessoa Física estão IRPF, FUNRURAL/INSS e o ICMS. E as obrigações tributárias incidentes no produtor rural Pessoa Jurídica estão IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, FUNRURAL/INSS e o ICMS.

Quadro 7:

Quadro de Categorias sobre Legislação no Agronegócio

Fonte: Elaboração Própria

Na sequência estabelece um diálogo sobre as teorias que abordam a Proposta Curricular.

TEORIAS	PROPOSTA CURRICULAR
Hessen, (1999)	O currículo abrange as políticas educativas, teorias, processo de ensino-aprendizagem, relacionamento com a comunidade e compromisso social. Este documento deve constituir-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidos pela comunidade educacional, adaptados às realidades locais e necessidades específicas.
Gil, (2012)	“Decidir a cerca dos objetivos a ser alcançado pelos alunos, conteúdo programático adequado para o alcance dos objetivos, estratégias e recursos que vai adotar para facilitar a aprendizagem, critérios de avaliação, entre outros.”
Spudeit,	O plano de ensino deve conter os dados de identificação da

(2014)	disciplina, propostas, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina.
Barros 2007 e Gil 2012	Será o plano de ensino que norteará o trabalho docente e facilitará o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Para isso, o plano de ensino deve ser norteado pelo perfil do aluno que o curso vai formar e também de acordo com as concepções do projeto pedagógico de um curso.
Barros (2007)	Um plano de ensino bem elaborado possui o poder de facilitar a vida do professor durante o ano/semestre, organizando suas atividades de modo a atingir as metas estabelecidas para aquela disciplina.

Quadro 8:

Quadro de Categorias sobre Proposta Curricular

Fonte: Elaboração Própria

A última categorização aponta as teorias de Crepaldi sobre a Contabilidade do Agronegócio / Rural.

TEORIAS	CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO / RURAL
Crepaldi, (1998)	A contabilidade no agronegócio mais conhecida como contabilidade rural é uma das ferramentas administrativa menos utilizada pelos produtores rurais. Esse fato ocorre porque os produtores acreditam que a contabilidade rural é muito complexa e com baixo retorno na prática, tornando assim, sua utilização inviável.
Crepaldi, (1998)	A Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação da Empresa Rural. Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc.
Crepaldi, (1998)	O objeto principal da contabilidade rural é o patrimônio das entidades rurais. Com a evolução dos sistemas contábeis se tornou possível desenvolver sistemas que auxiliassem o produtor rural no controle de sua evolução do patrimônio.
Crepaldi, (2012)	A contabilidade aplicada na atividade rural pode demonstrar toda a vida evolutiva da empresa. Por isso é imprescindível que também na agropecuária, a contabilização dos fatos e sua estruturação, seja

	realizada com o perfeito conhecimento, não apenas técnico, mas também de sua atividade operacional, respeitando as peculiaridades da atividade.
Crepaldi, (2012)	A contabilidade está constantemente gerando informações diretamente relacionadas com a lucratividade, liquidez e alguns riscos que podem ocorrer no agronegócio.

Quadro 9:

Quadro de Categorias sobre Contabilidade do Agronegócio / Rural

Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO II

2 DECISÕES METODOLÓGICAS

As decisões metodológicas que dão suporte a esta investigação serão apresentadas em onze partes, sendo elas: problema, objetivos, metodologia, enfoque, desenho da investigação, população e participantes da investigação, técnica de coleta de dados, instrumentos e triangulação dos instrumentos.

2.1 PROBLEMA

Atualmente as Universidades que oferecem para o mercado o curso de Bacharel em Ciências Contábeis foca basicamente no setor comercial. Não existe uma pesquisa dos principais interesses locais, das reais necessidades de cada localidade, o que se faz na prática é aplicar a mesma proposta curricular para todas as regiões sem focar na área que economicamente a mesma predomina, deixando assim o profissional despreparado para atender os diversos outros segmentos de mercado, causando assim uma deficiência de pessoal devidamente capacitado para auxiliar os produtores rurais em sua área financeira/contábil.

Tendo em vista essa afirmativa e várias outras informações decorridas na presente pesquisa que se define o problema a ser investigado.

Qual a coerência apresentada entre as leis aplicadas a atividade rural estabelecida no estado de Mato Grosso frente ao discurso das propostas curriculares das disciplinas de contabilidade do agronegócio propostas pelas faculdades do município de Sinop-MT, junto ao curso de Bacharel em Ciências Contábeis?

2.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta investigação científica é identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no estado de Mato Grosso.

Visando atender ao objetivo geral desta pesquisa, é necessário seguir os seguintes objetivos específicos:

Identificar os tributos Nacionais, do estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;

Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas faculdades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, estado de Mato Grosso;

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das faculdades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, estado de Mato Grosso.

2.3 METODOLOGIA

Segundo Maria Beuren (2009), Matias Pereira (2012) e Gil (1999), a metodologia é o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular coloca em ação para alcançar seus objetivos. A colaboração entre demonstração lógica e experimentação, a interação entre ciência pura e tecnologia, é uma característica do espírito científico contemporâneo.

Metodologia é o estudo dos métodos. A sua finalidade é ajudar o investigador a compreender, em termos mais amplos, o processo de investigação científica.

De acordo com Hernandes Sampieri (2013), a pesquisa científica é entendida como um conjunto de processos sistemáticos e empíricos utilizado para o estudo de um fenômeno; é dinâmica, mutável e evolutiva. A pesquisa científica é, em essência, como qualquer tipo de pesquisa, só que mais rigorosamente organizada e realizada de maneira mais cuidadosa.

Do ponto de vista de Torres González et al. (2014, p. 05) “a investigação é um processo que através da aplicação do método científico, procura obter informações relevantes e confiáveis para compreender, verificar, corrigir ou aplicar o conhecimento”.

A investigação surge da necessidade de resolver algum problema, de atender alguma necessidade ou até mesmo pela própria curiosidade do investigador. A investigação tem como base o método científico, sendo este um método de estudo sistemático da natureza. A investigação constitui, portanto, um método fundamental tanto para os leitores quanto para o investigador. (Torres González et al., 2014).

Com relação à abordagem, pode-se dizer que a presente investigação científica se classifica como qualitativa, pois o estudo apresentará fenômenos específicos, realizando interpretações mais profundas, sem dados estatísticos e regras. A pesquisa qualitativa possibilita abranger a contextualidade do problema apresentado na pesquisa investigativa em múltiplas dimensões. (Ribeiro da Silva, 2003).

Jarry Richardon (1999, p. 80) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

O referido autor ressalta, também, que podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. (Jarry Richardon, 1999, p. 80).

É um método que serve para compreender um problema de caráter humano ou social, utilizando-se de contextos do cotidiano. Nessa metodologia é mais relevante a compreensão do que a explicação. (Torres González et al., 2014).

A figura 2, abaixo, descreve como ocorre um processo de investigação qualitativa.

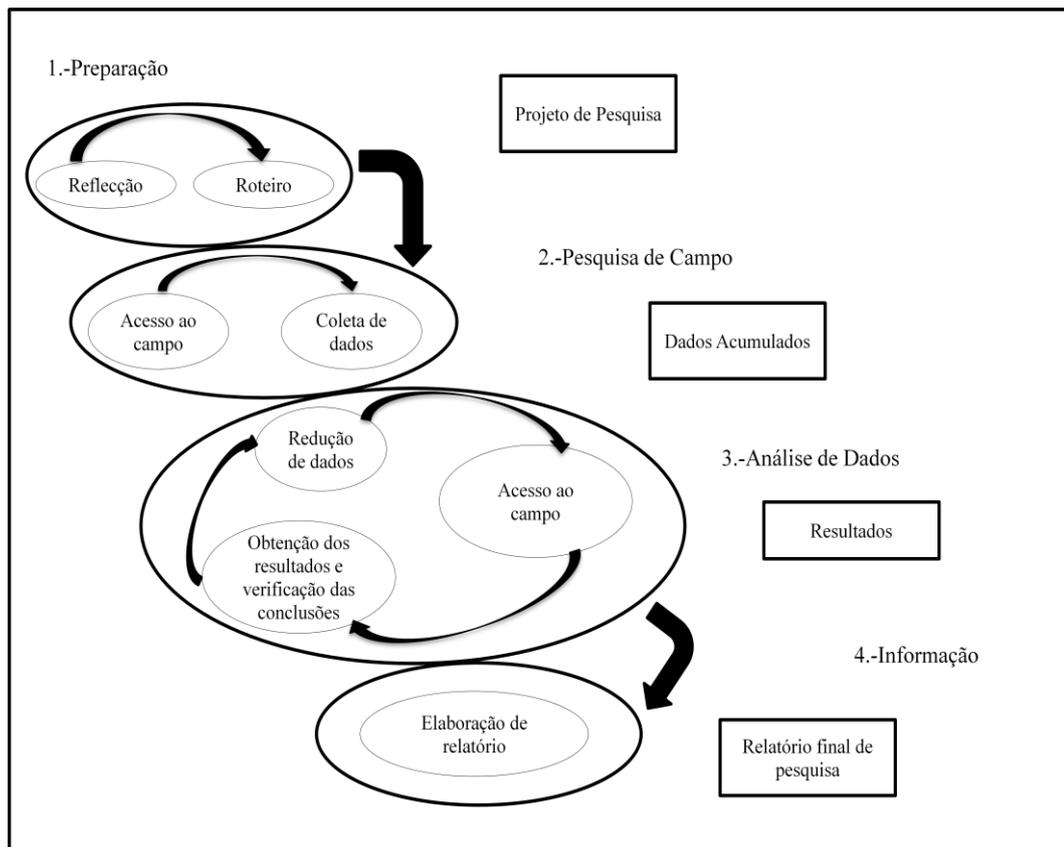


Figura 2:
 Processo de Investigação Qualitativa
 Fonte: Torres González et al., 2014 p. 55.

2.4 ENFOQUE

Quanto à execução dos objetivos apontados nesta investigação científica, abrange a pesquisa descritiva, pois, utiliza-se de descrições objetivas para padronizar a realização e análise das coletas de dados que servem de base para a execução do estudo. Segundo Gil (1999), um dos principais objetivos da pesquisa descritiva é apontar as características apresentadas por uma determinada população, fenômeno ou de uma experiência. A pesquisa descritiva utiliza técnicas padronizadas de coletas de dados.

Já referente à pesquisa explicativa pretende-se determinar as causas dos eventos, acontecimentos ou fenômenos estudados como seu próprio nome diz, seu principal interesse é explicar porque um fenômeno ocorre e em que condições ele se manifesta, ou porque duas ou mais variáveis estão relacionadas. (Hernandes Sampieri, 2013).

A investigação científica em estudo embasa-se em um enfoque descritivo interpretativo. Uma vez que, o processo descritivo interpretativo visa identificar, registrar e realizar a análise das características e/ou fatores que se relacionam com o fenômeno investigado.

O enfoque descritivo interpretativo busca colher informações sobre atitudes, pontos de vista e preferências que os indivíduos têm sobre determinado assunto, tornando assim a presente investigação científica um estudo de caso.

Este estudo de caso se caracteriza pelo estudo realizado em um único caso, esse tipo de estudo auxilia o pesquisador a aprofundar seus conhecimentos em relação a um caso específico. O estudo de caso possibilita ainda, ao pesquisador reunir inúmeras informações sobre um determinado assunto, facilitando, assim, posteriores tomadas de decisão (Maria Beuren, 2009). As técnicas específicas para a pesquisa de campo são aquelas que integram a documentação direta: a observação e a entrevista.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. (Gil, 1999, p. 73).

Em conformidade com Stake (1999) um investigador de estudo de caso possui diferentes funções, sendo elas: o investigador como professor, defensor, avaliador, biógrafo, interprete, construtivismo e relativista.

O referido autor defende que um professor competente prevê o aprendizado imprevisto, e inclusive o facilita. Sintetiza também, que todos os estudos de avaliação são considerados estudos de caso, onde o programa, o personagem e o organismo avaliados constituem um caso.

El investigador de casos reconoce y confirma significados nuevos. Quien investiga reconoce un problema, un conflicto. Y lo estudia, confiando en poder relacionarlo mejor con cosas conocidas. Al encontrar relaciones nuevas, El investigador descubre la forma de hacerlas comprensibles a los demás. (Stake, 1999 p. 87).

O conhecimento é construído a partir da experiência de cada indivíduo. De todas as funções, o de interprete e recolhedor de dados são as mais fundamentais.

Com base nesses autores pode-se afirmar que esta pesquisa é um estudo de caso, uma vez que, apresenta como objetivo de investigação uma construção de realidade mais clara e sólida referente ao que está sendo ministrado dentro do curso de Bacharel em Ciências Contábeis para os futuros profissionais que atuarão na área da contabilidade do agronegócio, frente ao que é cobrado pela legislação tributária Nacional e do estado de Mato Grosso, no que se refere às entidades que têm como atividade primária o setor do agronegócio.

O estudo de caso desta pesquisa também apresenta a função de classificar as informações coletadas através da aplicação de entrevistas, possibilitando uma

maior solidez na interpretação das mesmas. Uma vez que, o recolhimento e a interpretação de dados são de fundamental importância para a eficácia da investigação do referido estudo de caso.

Essas informações foram coletadas através de duas entrevistas com perguntas pré-definidas de forma descritiva e clara, concreta e com limitação de extensão para facilitar e motivar o informante. As entrevistas contarão também, com questões abertas ou livres, pois assim permitem ao informante responder livremente, usando sua própria linguagem. A primeira entrevista será aplicada junto aos estudantes do 7º semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis de três instituições de ensino superior na modalidade presencial do município de Sinop – MT. Enquanto que a segunda será aplicada aos profissionais contábeis que atuam na área do agronegócio.

Onde estas entrevistas investigativas constituem um instrumento eficaz na escolha de dados fidedignos para a elaboração de uma pesquisa, desde que seja bem elaborada, bem realizada e interpretada. Para tanto, faz-se necessário definir os objetivos e os tipos de entrevistas e como deve ser planejada e executada. “O planejamento da entrevista deve ser minucioso, adequando-se seu conteúdo aos dados que se pretende levantar”. (Andrade, 2010 p. 131).

Para atender o objetivo principal dessa entrevista, que segundo Torres González et al. (2014, p. 35) “é a obtenção de informação do entrevistado relativo ao problema ou assunto a ser estudado”; será aplicada a entrevista não estruturada, por ser a mais flexível e aberta, mantendo a mesma dentro dos objetivos da pesquisa.

Ainda, será uma entrevista enfocada, uma vez que a mesma trabalha com a experiência pessoal concreta do entrevistado. Esta entrevista é dirigida para um indivíduo determinado e escolhido previamente por ter participado diretamente do objeto em estudo.

Em uma entrevista bem elaborada através das perguntas e respostas, é possível conseguir uma comunicação e ao mesmo tempo construir significados a respeito do tema em estudo. (Janesick, 1998).

2.5 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O desenho de investigação é a estrutura geral, o plano de trabalho da investigação que se pretende desenvolver, definindo as características básicas do estudo. O estudo apresenta uma origem primária, ou seja, suas investigações são originais, tendo em vista que não se encontrou nenhuma publicação reconhecida na área específica do estudo.

A investigação conta com uma interferência observacional e não experimental, onde o pesquisador simplesmente vai observar e analisar as referências bibliográficas e os indivíduos entrevistados, sem intervir ou modificar qualquer aspecto que esteja sendo estudado, não utilizando de nenhum tipo de experimento.

A presente investigação científica terá como fonte de coleta de dados o método retrospectivo, que ocorre quando a fonte é secundária, ou seja, as informações são fornecidas por outros recolhedores. O objetivo principal de um estudo retrospectivo é provar alguma hipótese relacionada à característica da investigação. (Godos Urcia, 2011).

Também apresenta um estudo transversal, no qual se mede as categorias ou variáveis, procedendo a sua imediata descrição ou análise, medindo suas características em um momento dado, sem realizar uma avaliação. Os estudos transversais se realizam com grande rapidez, contribuindo assim com dados atuais e pontuais. (Godos Urcia, 2011).

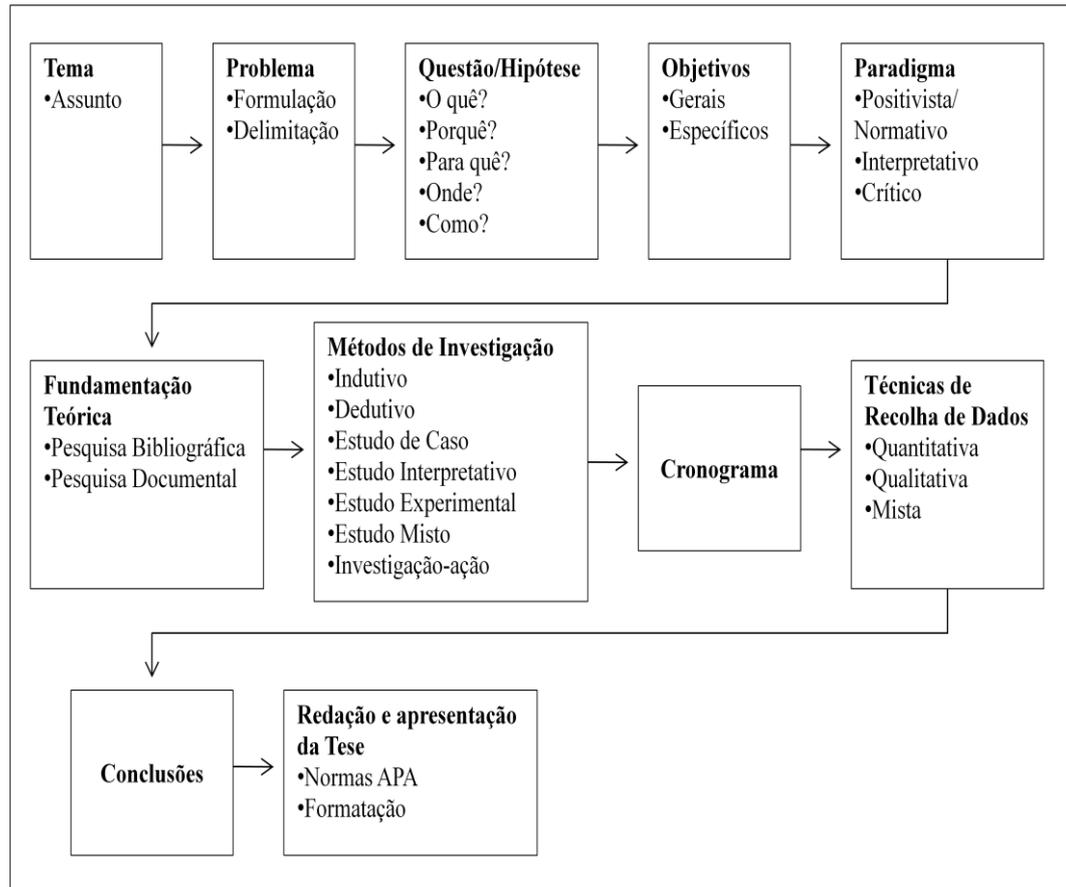


Figura 3:
Etapas da Investigação Científica
Fonte: *Adaptado* de Hegenberg, 1976.

As etapas de estudo desta investigação científica baseou-se no modelo apresentado anteriormente e teve seu início, simultaneamente no dia 11 (onze) de agosto de 2016 (dois mil e dezesseis) a 11 (onze) de agosto de 2017 (dois mil e dezessete).

Para finalizar este tópico, afirma-se que o desenho da investigação científica em desenvolvimento se embasa no enfoque qualitativo com perfil descritivo.

2.6 POPULAÇÃO E PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO

A realização desta pesquisa científica desenvolve-se em um espaço de tempo de 1 (um) ano, período esse que abrange desde a construção do projeto de pesquisa até a finalização da análise dos dados, apresentada através das considerações e recomendações consideradas pertinentes com os dados obtidos.

Para identificar a população e participantes da investigação e responder ao problema delimitado nela, o investigador seguiu um esquema pré-estruturado, conforme demonstrado na Figura abaixo:

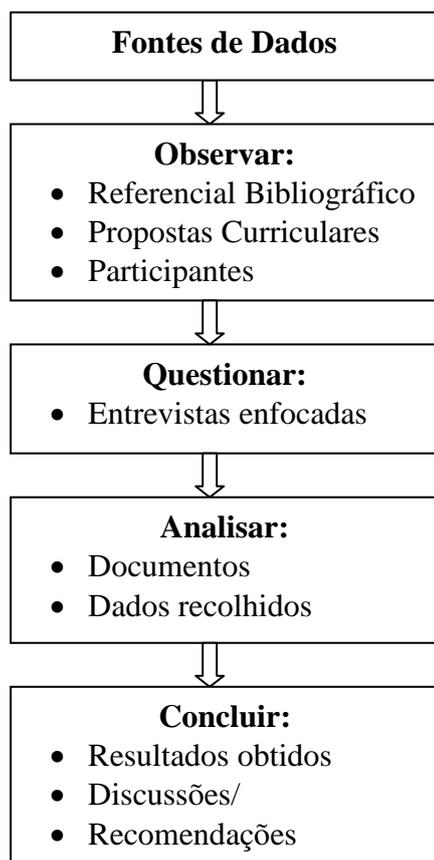


Figura 4:

Fontes de Dados

Fonte: Elaboração Própria

Lembrando que o objetivo de análise desta pesquisa é a abrangência da proposta curricular do curso de Bacharel em Ciências Contábeis na disciplina de Contabilidade do Agronegócio, juntos aos futuros profissionais contábeis e frente à legislação tributária aplicada as empresas rurais/ produtor rural do município de Sinop estado de Mato Grosso.

2.6.1 Participantes

Os participantes da investigação são os indivíduos que vão responder as perguntas da entrevista aplicada pelo investigador. Esses participantes são determinados através da população e amostra.

Torres González et al. (2014, pg. 22) afirma que população: “é qualquer conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles”. População são todos os casos que preenchem determinadas especificações.

Amostra diz respeito a um subconjunto da população, fração ou uma parte do grupo. O número de entrevistados, na maioria das vezes, corresponde a uma quantidade determinada de elementos do conjunto, uma amostra suficiente para atingir o objetivo da investigação. A amostra é utilizada porque economiza tempo e recursos delimitando a população para assim poder delimitar parâmetros. (Hernandes Sampieri, 2013).

Desta forma, foi delimitada a população e a amostra da investigação através da amostra não probabilística de maneira intencional ou dirigida a um subgrupo da população logo, a eleição dos elementos não depende da probabilidade, simplesmente das características da investigação.

Esta investigação baseia-se em uma amostra não probabilística, uma vez que esta pesquisa tem um enfoque qualitativo, onde a mesma tem grande valor, pois consegue obter os casos que interessem ao investigador, uma vez que os dados recolhidos são capazes de oferecer uma grande quantidade de dados para análise.

A amostra não probabilística é um subgrupo de uma população em que a escolha dos elementos não depende da probabilidade, e sim das características da pesquisa. (Hernandes Sampieri, 2013).

PARTICIPANTES	POPULAÇÃO	AMONSTRAGEM
1º GRUPO	Instituições de ensino superior na modalidade presencial que oferecem o curso de Bacharel em Ciências Contábeis em sua estrutura educacional localizadas no município de Sinop – MT.	3 (três) instituições de ensino superior, sendo 1 (uma) pública e 2 (duas) particulares.
2º GRUPO	Alunos do 7º (sétimo) semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, que estão no penúltimo semestre do curso e, assim, todos já estudaram sobre Contabilidade do Agronegócio, foco desta investigação, estando assim aptos a participarem da entrevista.	25 (vinte e cinco) alunos em cada universidade, ou seja, as 3 (três) instituições de ensino superior pesquisadas totalizam uma população de 75 (setenta e cinco) alunos.
3º GRUPO	Profissionais contábeis que atuam diretamente na área do agronegócio no município de Sinop – MT.	15 (quinze) profissionais contábeis.

Quadro 10:

Quadro de Participantes

Fonte: Elaboração Própria

2.7 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Na busca por conhecimentos, o investigador precisa assumir e desenvolver hábitos que o encaminhem para aprender pela pesquisa. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento da capacidade de observar, selecionar, organizar e usar o senso crítico sobre os dados de uma pesquisa.

Dentre as técnicas de análise de dados qualitativa, este estudo destaca a coleta de dados, que ocorreu após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e metodologia adotada.

INSTRUMENTO	OBJETIVO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Revisão Bibliográfica	Identificar os tributos Nacionais, do estado de Mato Grosso e do município de Sinop, incidentes na atividade do agronegócio.	<ul style="list-style-type: none"> • Leis, • Livros, • Revistas Científicas, • Internet, • Entre outras fontes Científicas.
Revisão Documental	Apontar se a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas faculdades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, estado de Mato Grosso;	Propostas Curriculares de 3 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial.
Entrevista Enfocada 1	Relacionar a coerência entre a legislação do agronegócio e as propostas curriculares ofertadas das faculdades.	Alunos matriculados no 7º semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis dessas instituições de ensino superior.
Entrevista Enfocada 2	Relacionar a coerência entre a legislação do agronegócio e as propostas curriculares ofertadas das faculdades.	Profissionais contábeis que atuam na área da contabilidade do agronegócio no município de Sinop – MT.

Quadro 11:

Técnicas de análise de dados

Fonte: Elaboração Própria

2.8 INSTRUMENTOS: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO

Em termos gerais, a validade de um instrumento está relacionada à precisão do instrumento em medir o que se propõe medir. Em outras palavras, um instrumento é válido quando sua construção e aplicabilidade permitem a fiel mensuração daquilo que se pretende mensurar. (Bellucci Junior & Misue Matsuda, 2012).

Para Baechle e Earle (2008, p. 277-278) “a validação é o grau em que uma prova, ou item de uma prova mede o que se propõe a medir, é a característica mais importante de uma prova”.

De acordo com Torres González et al. (2014, p. 38) existem três tipos de validez:

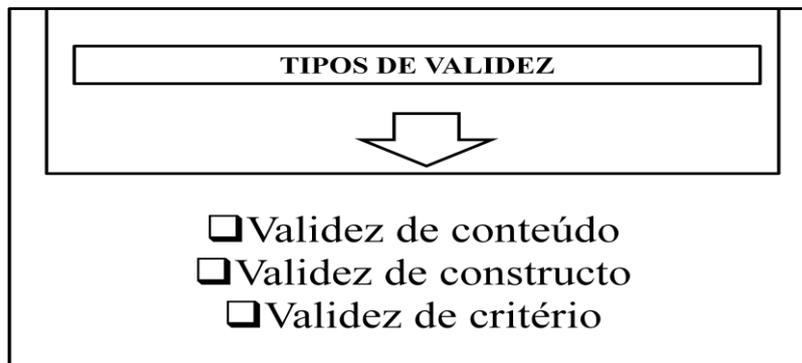


Figura 5:

Tipos de Validez

Fonte: Torres González et al., 2014 p. 38

Nesta investigação científica foi aplicada a validade por conteúdo, uma vez que o mesmo, remete-se ao grau em que o instrumento de pesquisa apresenta uma amostra adequada dos conteúdos que se pretende pesquisar. E também por ser a validade mais indicada, quando um estudo utiliza questionários ou entrevistas educacionais.

A validade por conteúdo está baseada nas opiniões de experto-especialistas. O processo de validação de conteúdo segundo Torres González et al. (2014) ocorre em duas fases:

I. Fase: avaliação e aspectos formais: nessa fase o pesquisador responde algumas perguntas para validar uma entrevista, como por exemplo:

✓ A entrevista tem o número de itens suficiente com relação aos objetivos da pesquisa?

✓ Os participantes têm instruções claras para responder as perguntas?

II. Fase: avaliar a importância de cada item, levando sempre em consideração os objetivos da pesquisa, e os apontamentos dos expertos.

A escala de validação da entrevista enfocada aplicada junto ao público-alvo desta investigação científica se concretizou através da aplicação de um formulário de validação de entrevista da pesquisa junto aos especialistas no conteúdo (Anexos C e D).

Durante a aplicação desse formulário de validação, nenhum dos especialistas consultados apontou alguma necessidade de alteração nas ferramentas de pesquisa utilizadas pelo investigador. Ou seja, ao final do processo de validação dos questionários de pesquisa pode afirmar que esses instrumentos atendem prontamente os objetivos da pesquisa científica perante a concretização da avaliação de expertos.

2.9 TRIANGULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Um dos procedimentos analíticos para interpretação de dados qualitativos se pauta na Triangulação.

O método de triangulação dos instrumentos de coleta de dados pode ser conseguido a partir da combinação de perspectivas e de métodos de pesquisa adequados, que sejam apropriados levando em conta o máximo possível de aspectos distintos de um mesmo problema. (Flick, 2009).

Uma das prioridades da realização da triangulação em uma investigação é para possibilitar o aumento da validade dos resultados e diminuir os problemas causados pela insuficiência de dados, que ocorre quando uma teoria geral baseia-se em uma amostra não representativa de um universo determinado da população. (Torres González et al., 2014).

A triangulação dos dados esta pautada na utilização de diferentes estratégias de coleta de dados, tendo como objetivo principal verificar as tendências apontadas dentro de um determinado grupo de observações. (Torres González et al., 2014).

Dentro os diferentes tipos de triangulação, essa investigação científica concentra-se na Triangulação de Métodos. A triangulação de métodos surge como uma estratégia de diálogo entre áreas distintas de conhecimento, capaz de viabilizar o entrelaçamento entre teoria e prática e de agregar múltiplos pontos de vista.

Essa triangulação esta pautada na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para realizar a análise de fato, sendo o primeiro aspecto referente às informações concretas levantadas com a pesquisa, ou seja, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto abrange o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade. (Vieira Marcondes & Andrade Brisola, 2013).

A figura a seguir, possibilita a melhor compreensão desse processo de triangulação.



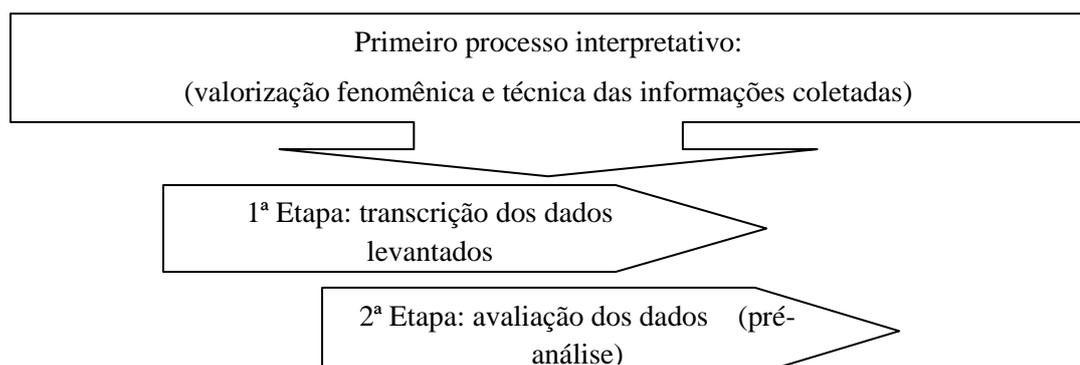
Figura 6:

Análise por Triangulação de Métodos.

Fonte: Vieira Marcondes & Andrade Brisola, 2013, p. 205.

Esta articulação entre dados empíricos, autores que tratam da temática estudada e análise de conjuntura, configura-se como uma possibilidade, dentre várias outras, para os que se propõem minimizar o “distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa” (Gomes, 2004, p. 69).

A opção pela Análise por Triangulação de Métodos significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões.



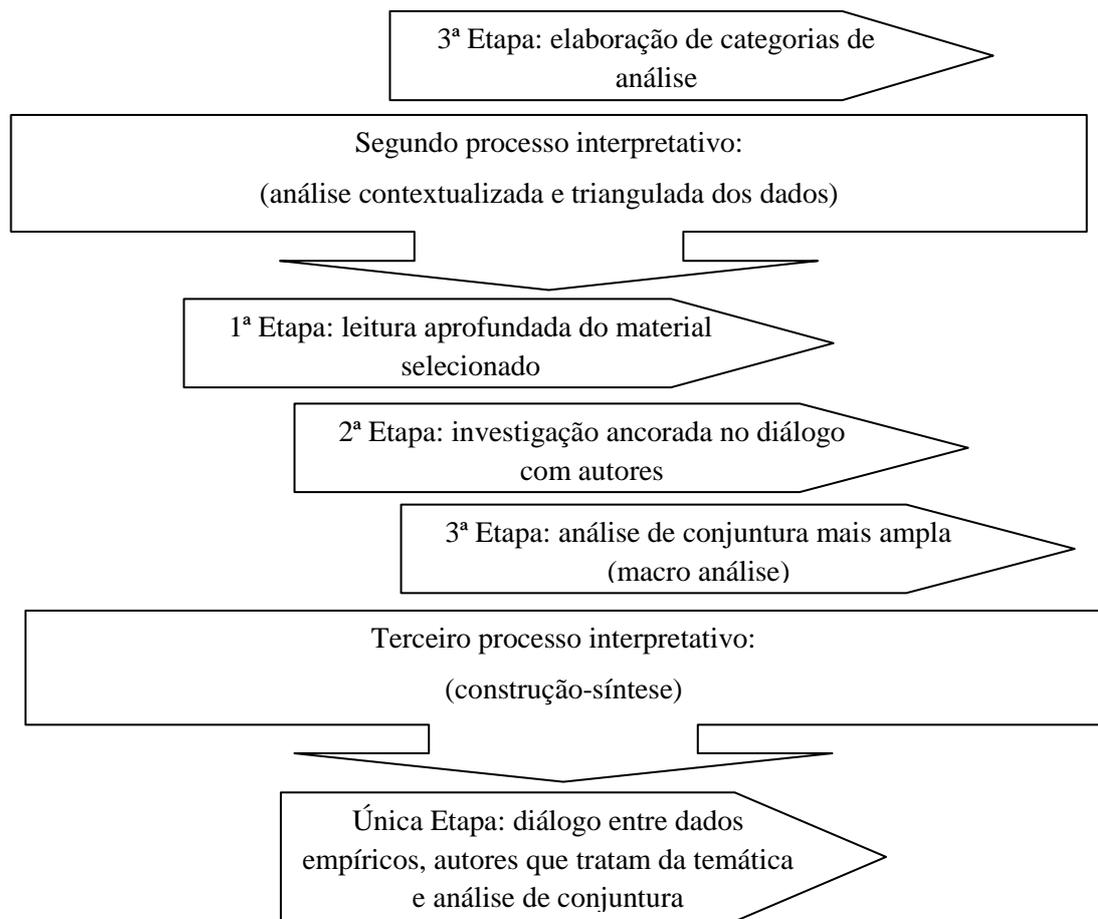


Figura 7:

Etapas Processuais Interpretativas.

Fonte: Vieira Marcondes & Andrade Brisola, 2013, p. 207.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta etapa da pesquisa consiste em interpretar as informações relacionadas com o problema da investigação, os objetivos apontados, as hipóteses formuladas, juntamente com as teorias descritas no marco teórico. Determinando assim, a maneira como os dados serão analisados e quais ferramentas são mais adequadas para atingir o objetivo geral. (Torrez González et al., 2014).

O processo de investigação é o grande desafio da sociedade contemporânea. As incursões acima permitem uma reflexão e também uma ação mediante no que de fato é relevante no processo investigativo. Não se quer aqui negar todos os caminhos metodológicos que demandam ciência, mas sim trazer para este contexto as “vozes” desta investigação.

Vozes capazes de elucidar ou não os objetivos e, assim responder a grande questão problema para esta investigação. Como especificado anteriormente, no marco metodológico, as vozes desta pesquisa científica são: 75 (setenta e cinco) alunos do 7º semestre do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis e 15 (quinze) profissionais contábeis que atuam na área da atividade do agronegócio, ambos localizados no município de Sinop – MT.

Para a análise de dados, a partir destas vozes, a organização partirá por categoria de análise. Ou seja, para cada categoria de pesquisa previamente delimitada serão organizadas perguntas, respostas e/ou análises.

Como técnica de análise de dados utilizou-se a Análise Descritiva e Interpretação dos dados da investigação qualitativa. Onde os dados são dispostos de maneira textual, sendo que a escrita é reproduzida a partir das vozes dos sujeitos de investigação e da análise dos documentos recolhidos.

Torrez González et al. (2014, p. 67) diz que:

A análise descritiva centra-se nas questões “como”, “onde” e “quem” coletou a informação, o que leva a necessidade de rever a informação, identificar os vínculos, padrões e temas comuns, ordenar os fatos e apresentá-los como são realmente, sem acrescentar nenhum comentário sobre a importância dele.

A análise descritiva é a primeira etapa da análise dos resultados, sendo a interpretação a segunda etapa que baseia em determinar o significado dos resultados e até que ponto são importantes dentro do processo investigativo.

A análise descritiva e a interpretação dos resultados permitem que o investigador avalie os resultados de forma positiva, negativa ou ambos e determine as razões predominantes, sendo esta a terceira etapa desta análise.

A análise de dados dessa investigação científica é composta por 3 (três) categorias, sendo que a última categoria se subdivide em 5 (cinco) subcategorias, conforme representado no quadro a seguir.

CATEGORIA	OBJETIVO	SUBCATEGORIA
Categoria de Análise dos Tributos Incidentes na Atividade do Agronegócio	Identificar os tributos Nacionais, do estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio.	-----
Categoria de Análise das Estruturas Curriculares	Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas	-----

	faculdades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, estado de Mato Grosso.	
Categoria de Análise Qualitativa dos Dados Coletados	Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das faculdades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, estado de Mato Grosso.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Subcategoria de Análise A: Disciplina de Contabilidade no Agronegócio; ✓ Subcategoria de Análise B: Tributos aplicados nas Atividades do Agronegócio; ✓ Subcategoria de Análise C: Especialização para exercer as funções contábeis na Atividade do Agronegócio; ✓ Subcategoria de Análise D: Software na Atividade do Agronegócio; ✓ Subcategoria de Análise E: Papel da Faculdade na preparação do Profissional.

Quadro 12:

Quadro das Categorias de Análise dos Dados

Fonte: Elaboração Própria

Sendo que, a análise de dados dessa investigação científica será finalizada através de uma análise geral, onde serão agrupadas em um único contexto, as três categorias apresentadas.

Para finalizar este Capítulo, decorre-se através de um relatório circunstanciado, os resultados alcançados através da aplicação dos instrumentos da pesquisa.

3.1 CATEGORIA DE ANÁLISE DOS TRIBUTOS INCIDENTES NA ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

A proposta central desta categoria de análise é possibilitar a identificação dos tributos Nacionais, Estaduais e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio. A metodologia de análise bibliográfica é uma metodologia de pesquisa considerada peça chave de uma investigação, pois compreende uma busca teórica, com um significado especial no campo das pesquisas científicas que é considerada a base para os resultados práticos desta investigação.

A primeira análise das informações recolhidas nesta investigação científica possibilitou a identificação dos tributos incidentes no setor do agronegócio para as entidades que desenvolvam suas atividades no município de Sinop estado de Mato Grosso. Lembrando que são esses tributos que cominam para o andamento desta pesquisa.

Os tributos são diversos e estão identificados no decorrer do referencial teórico da presente investigação científica. Através da realização desta pesquisa possibilitou-se identificar diversos tipos de tributos, aplicados de diferentes formas e/ou ramos do agronegócio. Todos esses tributos estão identificados separadamente de maneira clara e concisa no marco teórico da investigação.

Pode se destacar três tributos que incidem de forma quase unânime na área da atividade do agronegócio, sendo eles:

I. Imposto Territorial Rural (ITR): é um imposto que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora da zona urbana do município e que procura estimular o uso mais sustentável da propriedade agrícola e desestimular a manutenção da propriedade improdutiva, uma vez que o ITR apresenta alíquotas diferenciadas de acordo com o grau de utilização do imóvel. (Brasil, 2012).

II. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL): este fundo representa a contribuição patronal do produtor rural e da agroindústria à

Previdência Social. É uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos RAT. É a contribuição social destinada ao custeio do seguro de acidente do trabalhador rural. (Caetano Bacha, 2014).

III. Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB): é um fundo que tem a finalidade de financiar o planejamento, a execução, o acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e habitação em todo o território mato-grossense. O cálculo deste fundo é complexo e requer entendimento da legislação estadual, pois o mesmo incide de maneira diferenciada para cada transação comercial que se realiza com produtos do agronegócio. (Zafalon, 2013).

Faz-se necessário ressaltar que identificar e lançar os tributos em qualquer tipo de atividade exercida no Brasil não é uma missão fácil, no entanto, para as atividades do agronegócio é uma coisa um pouco mais complicada, pois uma mesma empresa pode desenvolver mais de uma atividade agrícola, e cada atividade tem sua própria incidência de tributos, gerando assim uma maior dificuldade na identificação dos mesmos, tanto para o produtor rural quanto para o responsável contábil desta entidade.

Analisando todas essas informações, entende-se que é necessário que qualquer profissional que tenha o interesse ou até mesmo a necessidade de trabalhar nesse ramo do mercado, esteja sempre preparado legalmente para atender os produtores rurais dentro das exigências tributárias de todo o estado de Mato Grosso, para efetivar esse preparo exigido pelo mercado, é necessário que este profissional esteja em constante especialização principalmente na área dos tributos no agronegócio.

É com ênfase nessa análise que torna-se possibilitou ao investigador aplicar o contexto desta investigação científica, através da aplicação das entrevistas elaboradas e da análise dos planos curriculares no que tange o ensino sobre os tributos incidentes na atividade do agronegócio.

Com base nessa afirmativa, pode se notar a importância de uma base universitária sólida e eficaz, quando se refere ao setor da contabilidade do agronegócio, ou seja, as faculdades juntamente com os futuros profissionais contábeis precisam considerar essa realidade de sua região, para assim fornecer e adquirir, respectivamente, o que o mercado agrícola irá exigir dos mesmos.

3.2 CATEGORIA DE ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CURRICULARES

A análise das estruturas curriculares utiliza-se de uma metodologia de pesquisa baseada em descrever, interpretar e analisar o conteúdo de todas as estruturas curriculares da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, fornecidas pelas 3 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop estado de Mato Grosso. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas qualitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão dos significados em um nível que vai além de uma leitura comum, enriquecendo a investigação em ênfase.

Para responder a esta categoria da investigação realizou-se a análise das propostas curriculares ou também denominadas planos de ensino (Apêndices B, C e D), de três instituições de ensino superior de modalidade presencial renomadas localizadas no município de Sinop estado de Mato Grosso, que ofertam em sua estrutura educativa o curso de Bacharel em Ciências Contábeis. Conforme descritas abaixo:

I. Faculdade de Sinop – FASIPE: iniciou suas atividades no ano de 2002, é uma das maiores instituições privadas de ensino superior do estado de Mato Grosso. Oferecendo em sua estrutura cursos de graduação e pós-graduação autorizados e reconhecidos pelo MEC nas mais diversas áreas, capacitando profissionais e atendendo as demandas impostas pelo mercado de trabalho.

II. Universidade do Estado de Mato Grosso *Campi Sinop* – UNEMAT/Sinop: é uma universidade pública estadual Mato-grossense, fundada em 1978, possui sua sede administrativa no município de Cáceres – MT.

Atualmente a UNEMAT conta com um total de 11 (onze) *Campi* Universitário, que tem como eixo central de suas atividades as áreas de educação e meio ambiente. O Núcleo de Ensino Superior de Sinop foi criado pelo governo do Estado, através do Decreto nº. 2.720, de 09 de julho de 1990, gerenciado pela Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres, ofertando hoje cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e cursos de extensão.

III. Universidade de Cuiabá *Campi* Sinop – UNIC/Sinop: foi fundada no dia 19 de abril de 1988, no município de Cuiabá – MT, sendo, na época, a primeira faculdade de iniciativa privada no estado de Mato Grosso. Oferece cursos de graduação, pós-graduação e cursos de mestrado, nos 5 (cinco) *Campi* implantados em todo o Estado. A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop (FACISAS), mantida pelo Grupo UNIC, foi credenciada pela Portaria MEC nº 1.780, de 19/06/2002, publicada no DOU em 20/06/2002.

A análise dessa categoria ocorre em duas etapas, sendo que:

- A primeira etapa consiste em apontar a possibilidade da evidencialização dos principais tributos incidentes na atividade do agronegócio nas três propostas curriculares fornecidas pelas instituições educativas em análise.

No plano de ensino das três instituições educativas não é possível identificar, de forma clara quais os tipos de tributos abordados em sala de aula, no entanto, nas duas primeiras consta em seus conteúdos programáticos a abordagem em **Legislação tributária, fiscal e ambiental para empresas rurais**, enquanto que na última, a única menção que se faz a algum tipo de tributo ou forma de tributação é na área do **Imposto de Renda na atividade Rural**.

Nesta última é possível evidenciar a carência de informações sobre a questão tributária das entidades que atuam na atividade do agronegócio. Contribuindo assim, com a escassez de profissionais contábeis devidamente

qualificados para desenvolverem uma contabilidade prática, clara e objetiva junto a uma entidade atuante no agronegócio dentro do estado de MT.

Pode também, relacionar essa abordagem superficial sobre um tema tão importante que está em estudo, ao fato da carga horária disponibilizada ao professor ser tão apertada, uma vez que o mesmo tem que apresentar todas as informações pertinentes à disciplina de contabilidade no agronegócio que constam do plano de ensino elaborado, procurando não deixar nenhum tema ali proposto de fora. Fato esse que acaba interferindo e muito, na qualidade e intensidade de se ensinar com eficácia por parte do professor, e também dificulta o aprender com eficiência por parte do aluno, uma vez que o mesmo tem a obrigação de absorver todas essas informações importante de uma única vez e em um curto espaço de tempo.

- A segunda etapa foi realizada uma análise comparativa para evidenciar se as propostas curriculares dessas instituições educativas estão em coerência com os tributos identificados na I (primeira) categoria de análise desta investigação científica.

Quando se analisa de forma isolada os planos de ensino da disciplina de contabilidade do agronegócio/rural das instituições educativas em estudo, não é possível realizar uma afirmativa segura sobre a coerência entre os tributos ensinados aos alunos no decorrer da disciplina e os tributos incidentes de forma legal nas entidades rurais, nas 3 (três) instituições de ensino analisadas, uma vez que esses planos de ensino são apresentados de forma muito sucinta e pouco esclarecedor.

Pode se notar que a abordagem ao tema investigado é algo muito superficial, não apresentando uma identificação de maneira específica, clara ou direta, nessas propostas curriculares, que fosse possível auxiliar o entendimento por parte do investigador, se é ou não ministrado em sala de aula as formas de tributação, tanto na prática como na teoria, e com que intensidade isso poderia ocorrer.

Entretanto, quando se analisa tanto as respostas dos alunos, quanto as dos profissionais contábeis nas entrevistas aplicadas (Anexos A e B), evidenciam-se em sua grande maioria, uma afirmativa dos alunos em ter visto, em algum momento durante a execução da disciplina de contabilidade no agronegócio ou rural, sobre os tributos incidentes nas atividades desenvolvidas nessa área, mesmo que de forma superficial. Conforme é possível identificar em algumas respostas oriundas das questões pertencentes a estas entrevistas.

Exemplo 1: Respostas da Questão 2 do questionário 1 (um) *“O conteúdo ministrado na disciplina explicou quais são os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?”*, conforme segue:

I. Entrevista de nº 3: *“Sim, superficialmente, um breve resumo sobre os tributos o porquê de cada um e a descrição das siglas.”*;

II. Entrevista de nº 6: *“Sim. Somente o básico. Sem detalhes sobre alíquotas, base de cálculo, ou o porque se paga esses tributos.”*;

III. Entrevista de nº 67: *“sim, mais ou menos intenso”*;

IV. Entrevista de nº 75: *“Sim, pouco considerado a importância”*.

Exemplo 2: Respostas da Questão 2 do questionário 2 (dois) *“Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?”*, conforme segue:

I. Entrevista de nº 2: *“depreciação dos bens rurais, alguns tipos de tributos”*;

II. Entrevista de nº 4: *“a importância da atividade para o estado de MT, e os tributos que incidem sobre essa atividade”*;

III. Entrevista de nº 13: *“Apesar de ser 1 Semestre para aprendizado, foi visto de forma geral a contabilidade rural, com maiores aprofundações em contabilidade de animais.”*;

IV. Entrevista de nº 15: *“Sistemas agropecuários, tipos de culturas, depreciação, alguns lançamentos contábeis, imposto de renda, ITR, produtor rural x empresa rural, ano agrícola.”*

Essas respostas sustentam a afirmativa de que, mesmo que não conste no plano de ensino das instituições educativas em estudo, os professores abordam, de alguma maneira, e em algum momento de sua carga horária, o tema sobre tributação rural em sala de aula, levando até esses futuros profissionais contábeis, no mínimo um despertar de conhecimento ou até mesmo um futuro estudo aprofundado na área de tributação no agronegócio.

Por mais suscitas que seja as respostas, tanto dos alunos (Anexo A), quanto dos profissionais contábeis (Anexo B), percebe-se que para a maioria dos entrevistados, a explanação do professor sobre o tema analisado nesta investigação, teve um papel fundamental na vida profissional e educacional dos mesmos, ou seja, o professor serviu como uma ponte de acesso, para aquisição de informações importantes sobre a realidade do mercado no setor do Agronegócio dentro do estado de MT, possibilitando a abertura de um leque novo e promissor para os entrevistados.

3.3 CATEGORIA DE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS COLETADOS

A análise dos dados coletados baseie-se na análise qualitativa que se caracteriza por buscar uma compreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador, transformando esses dados em uma sistematização baseada na qualidade. Para obter informações consistentes e válidas é necessário, que o investigador tenha domínio sobre os recursos disponíveis através dos dados recolhidos de natureza qualitativa, através das entrevistas aplicadas aos sujeitos investigados.

Dados estes que envolvem elementos que desafiam a astúcia do pesquisador, pois escondem em suas entrelinhas posicionamentos, opiniões, perfis, que exigem uma leitura atenta e ferramentas que possibilitem chegar com maior rapidez às informações realmente pertinentes, auxiliando assim o aprofundamento da investigação.

Para estabelecer a possível existência de coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das faculdades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, estado de Mato Grosso, analisaram-se as legislações rurais vigentes no estado de Mato Grosso, através da revisão bibliográfica, sendo as informações legais apresentadas nos dados do referencial teórico, e posteriormente ao recolhimento dessas informações, analisou-se as propostas curriculares ofertadas pelas três instituições de ensino superior na modalidade presencial em estudo nesta investigação científica.

Uma vez que, além da importância que essa revisão bibliográfica e análise curricular representem para essa investigação, o foco principal é o olhar de um ângulo diferente do que o papel demonstra aos olhos de quem lê, e para isso realizou-se uma pesquisa de campo, ou seja, foram aplicados questionários abertos com os que verdadeiramente recebem de forma direta o impacto de uma possível existência ou não de uma coerência eficaz entre a legislação rural e a proposta curricular das faculdades no âmbito da atividade do agronegócio.

Para atender essas prerrogativas o questionário 1 (um) (Anexo A) direcionou-se para os acadêmicos do 7º (sétimo) semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis de três instituições de ensino superior na modalidade presencial localizadas no município de Sinop – MT, aplicando uma entrevista com perguntas pré-definidas contendo 6 (seis) questões abertas, de forma digital e confidencial.

Somando a está referida ferramenta de coleta de dados, aplicou-se também o questionário 2 (dois) (Anexo B) aplicou-se junto aos profissionais contábeis que atuam na área da atividade do agronegócio no município de Sinop – MT,

utilizando para tanto, uma entrevista com perguntas pré-definidas contendo 7 (sete) perguntas abertas, sendo o mesmo aplicado de forma digital e confidencial.

Para interpretar os dados recolhidos em ambas as entrevistas, agrupou-se todas as perguntas em 5 (cinco) subcategorias de análise, considerando o nível e a compatibilidade das informações solicitadas em cada questionário.

- **Subcategoria de Análise A: Disciplina de Contabilidade no Agronegócio**

Nesta subcategoria agrupou-se a questão 1 do questionário 1 “*O acadêmico já cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular? Se sim, em que semestre?*” e as questões 1 e 2 do questionário 2 “*Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?*” e “*Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuiram para sua vida profissional?*”.

Quando analisado a questão 1 nota-se que dos 75 (setenta e cinco) alunos entrevistados todos se encontraram aptos a participar da pesquisa investigativa, tendo em vista que 100% (cem por cento) dos alunos afirmaram em suas respostas ter cursado a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Rural, entre o 4º (quarto) e 6º (sexto) semestre durante o curso. Afirmativa essa que se pode validar através da observação de algumas respostas.

- Entrevista nº 14: “*Sim, no 4º semestre*”;
- Entrevista nº 40: “*Sim, já cursei no 5º semestre*”.
- Entrevista nº 42: “*Sim, disciplina de Rural I (Obrigatória) no 5º semestre e Rural II (Eletiva) no 6º semestre.*”.
- Entrevista nº 68: “*Sim, quinto ou sexto, não lembro bem*”.

- Entrevista nº 72: “*SIM. CONTABILIDADE RURAL I no 5º semestre e CONATBILIDADE RURAL II no 6º semestre.*”.

Considerando a afirmativa da análise da questão anterior, o mesmo pode ser observado nas respostas da questão 1 no questionário 2, dos 15 (quinze) profissionais contábeis entrevistados que exercem sua função na área da contabilidade no agronegócio, 100% (cem por cento) asseguraram recordar-se de ter cursado a disciplina de contabilidade no agronegócio ou contabilidade rural em sua grade curricular. Observam-se algumas respostas para confirmar a afirmativa.

- Entrevista nº 2: “*Sim*”.
- Entrevista nº 7: “*Sim, cursei.*”.
- Entrevista nº 9: “*Sim, Contabilidade no Agronegócio*”
- Entrevista nº 10: “*Sim, a de Contabilidade Rural*”
- Entrevista nº 13: “*Sim, Foi ministrada a disciplina de Contabilidade Rural no quinto semestre*”.

Ainda analisando as entrevistas do questionário 2 direcionadas a disciplina investigada, possibilitou verificar que aproximadamente 90% (noventa por cento) dos entrevistados recordam-se do conteúdo ministrado na disciplina de contabilidade no agronegócio ou rural, como pode ser observado nas respostas elencadas abaixo.

- Entrevista nº 1: “*Análise de demonstrações; custos e despesas; apuração de impostos; todos voltados para parte rural; conceitos e definições sobre a área; métodos de apuração, contabilização dos fatos contábeis*”.

- Entrevista nº 4: *“a importância da atividade para o Estado de MT, e os tributos que incidem sobre essa atividade”*.
- Entrevista nº 7: *“1-Atividade Rural, 2-Conceito e aplicação do Agronegócio, 3-Contabilidade rural e seu campo de Aplicação Ano Agrícola X Exercício Social, 4-Gestão - Cadeia de produção, 5-Planejamento, Execução e Controle nas Empresas Rurais, 6-Contabilidade da Pecuária, 7-Fluxo Contábil na Atividade Agrícola, 8-Custo da Produção na Atividade Rural, 9-Planificação Contábil na Atividade Agrícola, 10-Escrituração para a contabilidade-O Balanço Patrimonial: bens direitos e obrigações, 11-Legislação Tributária, Fiscal e Ambiental para Empresas Rurais, 12-Operacionalização do Plano de Contas.”*
- Entrevista nº 11: *“Estoque de Gado, Tributos e Impostos incidentes na atividade rural, Demonstrações Contábeis, Custos, Escrituração Contábil, Apuração de Impostos, Formas de Tributação”*.
- Entrevista nº 14: *“Análise das demonstrações contábeis; plano de conta da atividade rural, nomenclaturas utilizadas para esse setor, alguns tributos das três esferas governamentais.”*

Em uma análise geral desta subcategoria, conclui-se que tanto os futuros quanto os atuais profissionais, em algum momento afirmaram ter, mesmo que mínimo, um contato com a disciplina de contabilidade no agronegócio ou rural, agregando assim o conhecimento necessário para que todos os participantes estivessem aptos a continuar a participar da entrevista desta pesquisa investigativa, possibilitando assim, uma maior credibilidade e confiabilidade das informações recolhidas.

Essas respostas, mesmo que sucintas, evidenciam que as três instituições educativas analisadas, fornecem na estrutura do curso de Bacharel em Ciências Contábeis a disciplina de contabilidade rural ou também conhecida como contabilidade no agronegócio.

- **Subcategoria de Análise B: Tributos aplicados nas Atividades do Agronegócio**

Esta subcategoria é composta pelas questões 2, 3 e 4 do questionário 1 “O conteúdo ministrado na disciplina explanou quais são os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?”, “Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?” e “Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?”, e da questão 3 do questionário 2 “Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?”.

Quando se questionou a respeito dos tributos, do total de entrevistados no questionário 1, aproximadamente 86% (oitenta e seis por cento) responderam que entre os conteúdos ministrados na disciplina em estudo contemplaram-se os tributos aplicados no agronegócio, e os outros 14% (quatorze por cento), afirmaram não ter visto ou não se recordavam de ter estudado. E quando a questão foi à intensidade de que se abordou esse conteúdo em sala, a maioria respondeu que foi abordado sim, porém superficialmente, conforme pode ser constatado nas respostas das entrevistas relacionadas abaixo.

- Entrevista nº 2: “Sim, superficialmente, um breve resumo sobre os tributos o porquê de cada um e a descrição das siglas.”
- Entrevista nº 5: “Sim. Somente o básico. Sem detalhes sobre alíquotas, base de cálculo, ou o porque se paga esses tributos.”
- Entrevista nº 28: “A MATÉRIA FOI FUNDAMENTAL PARA APRENDIZADO DE COMO SÃO ELABORADOS E COBRADOS OS TRIBUTOS.”

- Entrevista nº 47: *“MAIS OU MENOS, FORAM POUCAS AULAS E MUITAS INFORMAÇÕES”*
- Entrevista nº 71: *“Sim, porém não como deveria porém serviu de base para buscar além do que ensinado em sala de aula”.*

Na questão 3 do questionário 1 (um), dos entrevistados um total de 95% (noventa e cinco por cento), afirmaram conhecer pelo menos dois tipos de tributos incidentes na atividade rural, sendo eles o ITR e o Funrural. Sendo que das respostas dos entrevistados as que mais detalharam os principais tributos incidentes nas atividades do agronegócio foram:

- Entrevista nº 7: *“Tributos Federais: IRPF, ITR, Tributos Estaduais: ICMS, FUNRURAL, Fethab, ICMS DIFA, FABOV, FACS Tributos Trabalhistas: INSS, FDTS, IRPF, Contribuição Sindical Rural.”*
- Entrevista nº 8: *“Os tributos são muitos e variam de acordo com as atividades desenvolvidas pois os produtores rurais usufruem de alguns benefícios, mas em geral são: ICMS, Facs, fethab, fesa, Funrural, gts,”.*
- Entrevista nº 15: *“Tributos |Federais: IRPF, ITR, Tributos Estaduais: ICMS, FUNRURAL, Fethab, ICMS DIFA, FABOV, FACS Tributos Trabalhistas: INSS, FGTS, IRRF, Contribuição Sindical Rural.”*
- Entrevista nº 38: *“itr, imposto de renda pessoa física e jurídica, funrural, ICMS”*
- Entrevista nº 75: *“ITR, Fethab, Funrural, Imposto de Renda, ICMS, FGTS”.*

O mesmo pode ser observado nas respostas dos profissionais contábeis entrevistados no questionário 2, onde aproximadamente 80% (oitenta por cento) afirmaram em suas respostas que os dois principais tributos incidentes na

atividade rural são o ITR e o Funrural. Validando essa afirmação transcreve abaixo algumas respostas das entrevistas.

- Entrevista nº 1: “*ITR, FUNRURAL, ICMS*”.
- Entrevista nº 5: “*IRPJ, ICMS, FUNRURAL, ITR*”.
- Entrevista nº 8: “*INSS Rural (Funrural), IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física), ITR (Imposto sobre o Território Rural, etc...)*”.
- Entrevista nº 9: “*FUNRURAL E ITR*”.
- Entrevista nº 14: “*ITR, Funrural, Imposto de Renda*”.

Em uma análise concentrada e aprofundada das informações, pode verificar que de uma forma geral, todos os entrevistados conhecem no mínimo 2 (dois) tipos de tributos incidentes na atividade do agronegócio, o que não se pode considerar significativo quando se comparado à realidade de tributos incidentes nessa atividade dentro do estado de MT. Com base nas respostas, fica evidente que quando se fala de tributos todos, de uma forma geral, os entrevistados têm uma visão restrita dos incidentes na área rural, o que ocasiona uma possível carência no mercado de trabalho, principalmente junto ao produtor rural.

Ainda em relação aos conhecimentos sobre os tributos rurais, solicitou dos alunos que aplicassem uma auto-avaliação referente aos seus conhecimentos reais sobre o assunto questionado. Dos 75 (setenta e cinco) alunos participantes, 21 (vinte e um) classificaram em 8 (oito) seus conhecimentos sobre os tributos no agronegócio, conforme entrevistas de número 2, 9, 14, 27, 28, e assim por diante.

Enquanto que os entrevistados que classificaram o nível de conhecimento entre 9 e 10 alcançaram um total de 10 (dez) alunos, ou seja, aproximadamente 14% (quatorze por cento) dos alunos entrevistados. Um número relativamente baixo comparado com número de participantes desta pesquisa de investigação.

Enquanto que 29 (vinte e nove) acadêmicos consideraram seu nível de conhecimento entre 0 (zero) e 5 (cinco), ou seja, cerca de 38% (trinta e oito por cento) dos entrevistados, consideram que não tem o mínimo de conhecimento possível na área dos tributos incidentes nas atividade do agronegócio. Os entrevistados que consideraram seus conhecimentos intermediários, ou seja, entre 6 e 7, totalizaram 20% (vinte por cento) dos alunos participantes da entrevista.

Abaixo, relacionam-se algumas das entrevistas que revalidam esses níveis considerados de conhecimentos apontados acima, sobre os tributos incidentes no agronegócio, dos entrevistados.

- Entrevista nº 2: “8”
- Entrevista nº 18: “8”
- Entrevista nº 30: “5”
- Entrevista nº 38: “9”
- Entrevista nº 43: “7”
- Entrevista nº 50: “6”
- Entrevista nº 58: “4”
- Entrevista nº 64: “2”
- Entrevista nº 70: “ZERO”.

Quando se analisa o nível de conhecimento dos acadêmicos sobre esse contexto, torna algo muito preocupante, uma vez que, os mesmos viram essa disciplina em média um ano antes de participarem da presente entrevista, e quando se verifica que aproximadamente 50% (cinquenta por cento) consideraram seu conhecimento sobre tributos abaixo do mínimo necessário para atender a realidade do mercado rural, percebe-se uma necessidade muito grande em se investir mais e de maneira mais prática na aplicação da disciplina em estudo.

Em um panorama geral, é possível verificar que os alunos entrevistados no questionário 1 (um), e que também serão os futuros profissionais contábeis do estado de MT, não estão aptos a atender o mercado de trabalho, no que tange o setor do agronegócio, logo após finalizarem o curso universitário considerando o nível de conhecimento apontado por eles próprios nas respostas das entrevistas aplicadas, isso sem considerar que a maioria deles não tem um real conhecimento sobre os tributos incidentes de forma única e específica em cada rama de atividade desse setor.

Já quando a análise é realizada nas respostas das entrevistas aplicadas aos profissionais contábeis atuantes na área do agronegócio, através da questão 3 (três) do questionário 2 (dois), pode-se concluir que, os entrevistados têm o conhecimento necessário e/ou suficientes sobre os tributos, entretanto os mesmos não demonstram conhecimento aprofundado de cada tributo incidente nesse tipo de atividade, tão pouco, interesse em investigar a fundo esses tributos, o que poderia, além de facilitar o trabalho contábil, também auxiliar em possíveis incentivos fiscais para o produtor ou entidade rural.

• **Subcategoria de Análise C: Especialização para exercer as funções contábeis na Atividade do Agronegócio**

Nesta subcategoria foi possível analisar a questão 5 do questionário 1 “*Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área? Se não, Por quê?*” e a questão 4 do questionário 2 “*Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?*”.

Através da análise no questionário 1 (um) das respostas colhidas conclui-se que aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos alunos entrevistados

responderam não estar apto a exercer sua profissão no setor do agronegócio sem pelo menos realizar uma especialização ou capacitação na área. As próprias respostas das entrevistas explicam o porquê dessa realidade.

- Entrevista nº 9: *“Não, pois a disciplina de Contabilidade Rural foi ministrada em um único semestre e superficialmente, apresentando somente alguns conceitos gerais deixando de lado as particularidades da área. Foram realizadas poucas atividades sobre o assunto ministrado e muitos resumos e resenhas de capítulos dos livros utilizados. As questões ligadas à área Rural foram poucas discutidas no ambiente acadêmico, isso faz com que haja necessidade de procurar uma especialização ou estudar por conta.”*

- Entrevista nº 21: *“não, apesar de ter aprendido na faculdade, é muito pouco para ter dominância a completa em um escritório de contabilidade agronegócio”*.

- Entrevista nº 35: *“não, precisaria de um curso específico de rural, porque não tenho nenhum conhecimento aprofundado”*.

- Entrevista nº 41: *“Não, pois não obtive a informação necessária na formação para atuar nesta área, a graduação deixa a desejar informações na área de contabilidade rural.”*

E dos 40% (quarenta por cento) dos alunos que afirmaram estar aptos a executar suas funções contábeis na atividade do agronegócio, a grande maioria acredita que, mesmo assim, existe a necessidade de procurar uma qualificação. O que possibilita a evidencialização de que todos os entrevistados visam à necessidade de se capacitar para atender de forma pontual a realidade do setor contábil no agronegócio.

- Entrevista nº 1: *“Sim”*.

- Entrevista nº 22: *“Sim, porém é necessário buscar além do que é ensinado em sala de aula pois como dito serve apenas de base uma noção sobre setor rural”*.

- Entrevista nº 36: *“O profissional contábil já sai da universidade habilitado para exercer sua profissão, porém em alguns casos uma especialização é boa para melhorar seus conhecimentos bem como seu currículo”*.

- Entrevista nº 50: *“Sim. Mas provavelmente não seria um cargo muito superior.”*.

Quanto aos profissionais contábeis entrevistados dividiu-se quase igualmente as afirmações, aproximadamente 50% (cinquenta por cento) afirmaram que foi necessário realizar algum tipo de especialização fora da faculdade, enquanto que os outros 50% (cinquenta por cento) afirmaram que não buscaram nenhum tipo de especialização, entretanto, foram aprendendo no dia a dia, através de leitura e das experiências de espertos. Essas afirmativas podem ser confirmadas através das entrevistas, conforme respostas abaixo.

- Entrevista nº 2: *“NA VERDADE A FACULDADE NÃO AJUDOU MUITO, ATE PORQUE EU VI ESSA DISCIPLINA NO MEIO DA FACULDADE ATE TERMINAR E COMEÇAR A TRABALHAR NA AREA JÁ NÃO ME RECORDAVA DE QUASE NADA, E NÃO FIZ NENHUM TREINAMENTO FUI APRENDENDO NO DECORRER DOS DIAS COM AS EXPERIENCIAS.”*.

- Entrevista nº 3: *“sim, fiz pós graduação em contabilidade rural”*.

- Entrevista nº 6: *“No meu caso juntei o tempo de serviço ao qual já trabalho nesse ramo a muitos anos, com os conhecimentos que adquiri na faculdade, pois só o que aprendemos na faculdade não é o bastante”*.

- Entrevista nº 8: *“PARTICIPEI DE ALGUNS SIMPÓSIOS DO ESTADO E ALGUMAS LEITURAS NAS PAGINAS RURAIS DA INTERNET”*.

Em um contexto geral, em sua grande maioria os entrevistados reconhecem a necessidade de realizar algum tipo de especialização para exercer efetivamente suas funções contábeis dentro das atividades no agronegócio. Os profissionais que atuam nessa área reconhecem a necessidade de fazer uma especialização, mas uma grande parte adquiriu seus conhecimentos através da vivência de mercado e com as experiências de espertos.

É sempre importante lembrar que a educação profissional é extremamente importante para o mercado de trabalho, ou seja, um profissional constantemente qualificado é por consequência, um profissional capaz de atender as necessidades de seus clientes, sem ferir o que preconiza a legislação.

Com a execução desses instrumentos de recolhimento de informações tornou-se possível visualizar nitidamente a deficiência que, tanto o profissional contábil que já trabalha na área do agronegócio, quanto os alunos que pretendem ser profissionais promissores, não conseguem visualizar a importância de se investir em qualificações específicas para a área em estudo, o que claramente prejudica o discernimento do que é obrigatório e do que é facultativo nesse caso aos produtores e/ou entidades rurais, no que tange os tributos incidentes nessas atividades dentro do estado de MT.

- **Subcategoria de Análise D: Software na Atividade do Agronegócio**

Esta subcategoria aponta a análise das questões 5, 6 e 7 do questionário 2 *“Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?”*, *“Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?”* e *“Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?”*.

A Receita Federal do Brasil disponibiliza um software de livro caixa para ser utilizado na atividade rural, programa desenvolvido em *Java* e que pode ser utilizado em qualquer sistema operacional, no entanto, cerca de 87% (oitenta e sete por cento) dos entrevistados afirmam não conhecer esse *software* ou até conhecem, mas não o utiliza. Como afirmam as respostas das entrevistas descritas abaixo.

- Entrevista nº 6: “*Não trabalho*”.
- Entrevista nº 9: “*Não conheço*”.
- Entrevista nº 12: “*Conheço, mas nunca trabalhei com ele, pois o escritório onde trabalho possui um sistema de software que através de melhorias acaba atendendo as necessidades e obrigatoriedades da atividade rural*”.
- Entrevista nº 14: “*Conheço sim, é muito bom, entretanto não utilizo, ate mesmo pela dificuldade de agrupar os gastos do pessoal que trabalho.*”.

Os outros 13% (treze por cento) afirmaram que além de conhecer o software também trabalha com o mesmo, afirmando ainda da facilidade do referido programa na execução das tarefas contábeis diárias nas atividades no agronegócio, conforme se pode observar nas duas únicas respostas positivas relacionadas abaixo.

- Entrevista nº 8: “*Sim conheço e trabalho*”.
- Entrevista nº 11: “*Sim, Trabalho, facilita bastante*”.

Em torno de 70% (setenta por cento) dos profissionais contábeis entrevistados afirmaram não utilizar nenhum tipo de software específico para realizar as obrigações contábeis nas atividades no agronegócio.

- Entrevista nº 5: “Não.”.
- Entrevista nº 9: “*NÃO, OS PRODUTORES QUE TRABALHAM SÃO MUITO CONSERVADORES*”.
- Entrevista nº 14: “*Especificamente não, mas usamos o mesmo software que as empresas comuns e adequamos à atividade rural.*”.

Enquanto que, 30% (trinta por cento) confirmaram utilizar algum tipo de software no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio.

- Entrevista nº 10: “*Utilizamos o software/sistema para fazer a parte fiscal/contábil dos produtores rurais, facilitando todo o processo*”
- Entrevista nº 11: “*SIM, SOFTWARE QUE CONTROLA O ESTOQUE E CUSTO DA ATIVIDADE*”.
- Entrevista nº 12: “*Sim, para lançar as entradas e saídas dos insumos utilizados nas culturas*”.
- Entrevista nº 13: “*sim, um software simples para controles diarias das atividades financeiras dos produtores rurais.*”.

Para os que confirmaram utilizar algum sistema no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio, 40% (quarenta por cento) afirmaram que a utilização de software especializado nessa atividade auxilia bastante no cálculo dos tributos ou na tomada de decisões. O que se verifica nas entrevistas que segue:

- Entrevista nº 10: *“auxilia sim, já que se tem todas as informações em um só lugar para se calcular o imposto devido”*
- Entrevista nº 11: *“Ele auxilia que se tenha um resultado da atividade rural real ou mais próximo da realidade possível para que se possa ser realizada a apuração dos tributos”*.

Já para os outros 60% (sessenta por cento) dos entrevistados, o uso do sistema não auxilia diretamente no cálculo dos tributos, mas o fato de se ter todas as informações concentradas em um único banco de dados, já economiza bastante tempo e minimiza erros. Conforme as respostas:

- Entrevista nº 6: *“Não auxilia muito no cálculo dos impostos”*.
- Entrevista nº 8: *“NÃO AUXILIA DIRETAMENTE NO CÁLCULO, MAS AJUDA BASTANTE NA HORA DA TOMADA DE DECISÃO”*
- Entrevista nº 14: *“Não muito, esse software é mais para controle de entradas e saídas, fluxo mensal, mas facilita por ter as informações no mesmo banco de dados.”*

A análise dessas questões demonstra que muitos são os profissionais contábeis que não contam com a tecnologia específica na atividade do agronegócio para desenvolver suas funções. E os poucos que utilizam algum software para lançamentos contábeis, afirmam que esse mecanismo facilita consideravelmente o exercício de suas atividades diárias.

É importante ressaltar que o uso do software de livro caixa disponibilizado pela Receita Federal do Brasil, facilitaria o controle das receitas e das despesas de custeio, dos investimentos e demais valores que integram a atividade do agronegócio da entidade rural. Facilitando assim, destacar o resultado da

exploração da atividade rural para a apuração do livro caixa mediante escrituração, manual ou eletrônica. Lembrando que a escrituração do livro Caixa deve ser sempre baseada em documentos hábeis e idôneos a comprovarem tanto a receita quanto as despesas de custeio, investimentos e demais valores que integram a atividade do agronegócio.

O uso de ferramentas eletrônicas por parte de profissionais de qualquer área contábil serve para simplificar as informações econômico-financeiras, facilitar a interpretações de valores, minimizarem os riscos de erros que por consequência gerariam muitas desnecessárias as entidades ou até mesmo pagamento de tributos de forma equivocada e, servem também para acelerar o processo de apuração dos resultados.

• **Subcategoria de Análise E: Papel da Faculdade na preparação do Profissional**

A última subcategoria analisa a questão 6 do questionário 1 *“Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?”*.

As respostas predominantes de quase 100% (cem por cento) dos acadêmicos definem como prioridade para o auxílio na preparação deles para o mercado de trabalho quanto profissionais contábeis, a implantação de aulas mais dinâmicas e práticas, como se pode verificar nas principais respostas desta questão.

• Entrevista nº 11: *“A faculdade deveria fornecer conteúdo teórico e prático ao ministrar suas aulas, e no caso de fornecer somente o teórico, deveria associar essa teoria as ações práticas, para que o acadêmico não saia da*

universidade sem nenhuma orientação do que ele enfrentará no mercado de trabalho”.

- Entrevista nº 14: *“Aprofundar os ensinamentos das matérias sobre a área do Agronegócio, ensinar passo a passo, a parte prática, e não só a teórica. Se aprofundar na tributação, para onde será destinado o valor dos tributos”*

- Entrevista nº 22: *“PODERIA DAR MAIS IMPORTÂNCIA AO CURSO, E TER MAIS TEMPO PARA TRABALHAR TRIBUTOS, JÁ QUE A FUNÇÃO PRINCIPAL DO CONTADOR É REALIZAR OS CÁLCULOS DOS TRIBUTOS PARA SEUS CLIENTES, SEJAM ELES DO SETOR RURAL OU NÃO.”*

- Entrevista nº 32: *“Deveria tornar a matéria voltada a prática, e não a teoria que é usada, sendo que a mesma não se aplica quase nada na área de trabalhos nas empresas de agronegócio, explicar mais assuntos sobre impostos, legislação.”*

- Entrevista nº 42: *“Faze-lo aprender na prática. Ir aos escritórios que fazem contabilidade rural, utilizar a tecnologia ao nosso favor.”.*

- Entrevista nº 43: *“Projetos envolvendo contato direto com esse setor nas aulas práticas e de estágios.”*

- Entrevista nº 49: *“Quando eu fiz a matéria, foi mais focada em lançamentos contábeis no diário e razão, e em plano de contas, parte teórica de cultura permanente e temporários. gostaria que fosse algo mais prático e com essa pergunta sobre os impostos, creio que este assunto é bem vago na disciplina.”.*

Esta questão demonstra claramente o anseio dos futuros profissionais contábeis entrevistados de que a faculdade possa fornecer ferramentas que possibilite a aquisição de uma maior experiência na prática da execução das suas obrigações contábeis, principalmente na área da atividade do agronegócio, uma realidade que abrange quase que em sua totalidade os entrevistados.

Quando se indaga o que as faculdades deveriam abordar para auxiliar na preparação do acadêmico para o mercado de trabalho, referente às atividades do

setor rural, a grande maioria sugere mais investimento em aulas práticas, através de projetos envolvendo contato direto com esse setor, e também uma carga horária maior na grade da disciplina, proporcionando assim mais elasticidade ao professor durante o desenvolver de aulas práticas adequadas à teoria aplicada em sala de aula.

Para responder a proposta da Categoria de Análise Qualitativa dos Dados Coletados desta investigação científica, se faz necessário, agrupar todas as informações recolhidas nesta pesquisa, ou seja, agrupar as informações sobre as legislações aplicadas às atividades do agronegócio no estado de Mato Grosso (Categoria de Análise dos Tributos incidentes na Atividade do Agronegócio), a análise das propostas curriculares fornecidas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial do município de Sinop – MT que promovem o curso de Bacharel em Ciências Contábeis em suas estruturas acadêmicas (Categoria de Análise das Estruturas Curriculares), juntamente com o resultado das entrevistas aplicadas aos acadêmicos do 7º (sétimo) semestre do curso em estudo e com os profissionais contábeis que atuam na área da atividade do agronegócio (Categoria de Análise Qualitativa dos Dados Coletados).

Com base em todas as informações colhidas e analisadas até aqui, é possível afirmar que não encontrou-se uma coerência eficaz entre a legislação rural e a proposta curricular das instituições de ensino superior na modalidade presencial pesquisadas no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop – MT. Essa afirmativa se valida através do referencial bibliográfico que aponta a gama de tributos incidentes nas diversas áreas das atividades desenvolvidas no setor do agronegócio, juntamente com uma proposta curricular ineficiente quanto à oferta desse conhecimento aos futuros profissionais contábeis, somando-se a análise dos dois questionários aplicados a um público diretamente ligado a esta realidade.

Quando se analisam as respostas de ambas os questionários, fica claramente evidenciada essa realidade, uma vez que, existe um desencontro de informações, ao mesmo tempo em que os entrevistados afirmaram conhecer os tributos

incidentes nas atividades do agronegócio, eles também afirmam que não são capazes de desenvolver suas obrigações dessas atividades somente baseadas em seu conhecimento acadêmico. O que possibilita reafirmar essa falta de contato com a realidade tributária enquanto aluno, ocasionando essa carência do mercado do agronegócio em profissionais devidamente capacitados para atendê-los de maneira eficaz e eficiente.

3.4 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para finalizar a análise da coleta de dados, apresenta-se a seguir um relatório circunstanciado dos resultados obtidos, com a análise e interpretação das informações recolhidas na execução da presente investigação científica.

O primeiro instrumento foi à análise bibliográfica do referencial teórico no que tange os tributos incidentes nas atividades do agronegócio desenvolvidas no município de Sinop estado de Mato Grosso, onde a mesma demonstrou que existe uma vasta ramificação de tributos incidentes nessa categoria, e que os mesmos variam de acordo com a área específica de atuação de cada entidade agrícola.

A segunda técnica de coleta de dados analisou as três propostas curriculares fornecidas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial que lecionam a disciplina de contabilidade no agronegócio no curso de Bacharel em Ciências Contábeis, no município de Sinop – MT. Com base nessa análise, pode-se concluir que todas as instituições de ensino pesquisadas têm uma proposta curricular deficiente, quando o assunto é direcionado aos tributos incidentes no agronegócio, uma vez que, todas elas não possuem, pelo menos no papel, uma abordagem eficiente do tema em sua proposta curricular, não o suficiente para suprir todas as necessidades tributárias do mercado.

A terceira técnica de coleta de dados aplicada foi à pesquisa qualitativa através da entrevista enfoca, sendo que a mesma foi aplicada em dois públicos diferentes, conforme segue:

I. Alunos do 7º semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis em três instituições de ensino superior na modalidade presencial localizadas no município de Sinop – MT; e,

II. Profissionais contábeis que atuam na área da contabilidade no agronegócio no município de Sinop – MT.

Primeiro, foi realizado uma leitura flutuante e, em seguida, a exploração do material das entrevistas. Com isso, identificaram-se as categorias existentes no discurso dos indivíduos entrevistados, atentando-se sempre para o referencial teórico.

Sendo assim, estabeleceu para este método da pesquisa as seguintes subcategorias de análise:

- Subcategoria de Análise A: Disciplina de Contabilidade no Agronegócio;
- Subcategoria de Análise B: Tributos aplicados nas Atividades do Agronegócio;
- Subcategoria de Análise C: Especialização para exercer as funções contábeis na Atividade do Agronegócio;
- Subcategoria de Análise D: Software na Atividade do Agronegócio;
- Subcategoria de Análise E: Papel da Faculdade na preparação do Profissional.

Estabelecidas as subcategorias, o próximo passo foi realizar a análise dos dados coletados por categoria, sendo assim:

Quando analisada as entrevistas do primeiro público, conclui-se que para os alunos que estão finalizando seus estudos, existe uma deficiência muito grande na questão da aplicabilidade dos tributos incidentes nas atividades do agronegócio. Quase todos os 75 (setenta e cinco) entrevistados nesta categoria afirmaram categoricamente que a maior falha da instituição de ensino onde cursam o bacharelado em Contabilidade é a falta de incentivo da prática dos cálculos dos tributos incidentes nas diversas áreas da atividade do agronegócio. Essa realidade resulta como reflexo na necessidade que esses alunos vêm em se especializar antes de poder atuar efetivamente nessa área do mercado de trabalho.

No caso das respostas das entrevistas aplicadas com 15 (quinze) profissionais contábeis que atuam de forma direta em alguma atividade do agronegócio, as instituições de ensino que os mesmos frequentaram, também não desempenharam um papel decisivo em suas carreiras profissionais, quando se referem ao assunto em estudo. Em sua grande maioria, os entrevistados afirmaram que, o que a universidade ensinou ajudou um pouco, mas o que realmente se sobressaiu foi à convivência com pessoas experientes na área, facilitando assim, o aprendizado específico desses profissionais contábeis no desempenho de suas funções.

3.4.1 Discussões

Como pontos positivos desta investigação científica podem citar:

- O aprimoramento pessoal do investigador;
- A interação investigador/aluno/profissional;
- Interesse das instituições de ensino superior na modalidade presencial pesquisas, nos possíveis resultados obtidos com a pesquisa.

Já como pontos negativos apresentam-se:

- ✓ Respostas curtas e/ou vagas;
- ✓ Falta de conhecimento específico aprofundado dos entrevistados;
- ✓ Nenhuma pesquisa científica publicada na área de pesquisa identificada pelo investigador.

Com base tanto nos pontos positivos como negativos, pode afirmar que o resultado obtido, através da análise dos instrumentos de pesquisa utilizados no decorrer desta investigação científica, foi considerado satisfatório, uma vez que, os dados alcançados responderam a todos os objetivos propostos pelo investigador.

Uma das maiores dificuldades encontrada pelo investigador foi à falta de estudos científicos publicados em relação ao tema proposto nesta investigação, não foi possível localizar um único estudo que mencionasse algo sobre a coerência entre os tributos incidentes na atividade do agronegócio e as propostas curriculares ofertadas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial, tanto no município de Sinop, como em todo o estado de Mato Grosso.

CONCLUSÃO

Neste capítulo será apresentado às considerações finais da presente investigação científica, onde será concluído se todos os objetivos previamente traçados para a execução da pesquisa foram totalmente atingidos.

Diante do cenário atual de dificuldades que apresenta a educação frente as questões de quebrar paradigmas e traçar propostas curriculares que atendam a realidade profissional de sua região, ações essas que hoje são restritas a um órgão governamental centralizado em uma única realidade (denominado de MEC), o que se leva a esquecer que a sociedade, de uma forma geral, entra em uma universidade para cursar uma formação superior para se qualificar e assim poder atender as exigências do mercado de trabalho de sua região.

Com base nestas afirmativas é que se identifica a necessidade de buscar, através de um olhar crítico, atualizar o papel das instituições de ensino, juntos aos atuais e futuros profissionais contábeis, frente à finalidade central dos mesmos que é atender os anseios das entidades rurais e ou produtores rurais, através da realização dos cálculos tributários incidentes nas atividades do agronegócio que são determinados por lei e específicos para cada finalidade, causando assim uma minimização no impacto financeiro dos mesmos.

Com esse objetivo e motivados a compreender e contribuir para um ensino voltado para uma educação clara e objetiva e para o ensino de práticas tributárias rurais busca-se com essa pesquisa, estabelecer uma reflexão sobre a coerência entre a legislação rural do Estado de Mato Grosso e as propostas curriculares fornecidas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial do município de Sinop – MT, por essa razão é fundamental que se compreenda a complexidade da temática bem como se entenda que a pesquisa visa uma discussão fundamentada nos teóricos, nos profissionais contábeis rurais e os alunos que cursam bacharelado em Contabilidade e, por tal motivo nos possibilita afirmar seu grau de validação e sua infindável possibilidade de continuidade.

Com base nas pesquisas em teóricos e documentos pode-se juntamente com os resultados dos questionários destinados aos alunos do 7º semestre do curso de Bacharel em Ciências Contábeis dessas três instituições de ensino e aos profissionais contábeis que atuam na área da contabilidade do agronegócio no município, chegar a uma conclusão, relacionando todos esses dados com a problemática do trabalho, possibilitou não só compreender, mas também alcançar os objetivos da pesquisa.

A pesquisa evidência as dificuldades e carências demonstradas tanto pelos alunos entrevistados, como pelos profissionais contábeis, quando se refere à importância da faculdade em investir mais na experiência, ou seja, de se ensinar a prática de como se calcular os tributos e onde, quando e quais são incidentes em cada ramo das atividades do agronegócio.

O primeiro fator que identifica essa realidade é a verificação da quantidade de tributos que incidem de alguma forma sobre uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio. Dentre esses tributos, estão o PIS, ITR, ICMS, CSLL, COFINS, CDO, ITBI, ITCD e o FUNRURAL, onde se centraliza uma grande parte da dificuldade dos profissionais que atuam nessa área, que é a identificação de quais desses tributos incidem em determinada atividade rural, lembrando que além de identificar os tributos, eles devem ser calculados separadamente por atividade, ou seja, se uma entidade rural trabalha com mais de uma atividade no setor do agronegócio o cálculo dos tributos deve ser feito de maneira individual. É preciso que esse profissional tenha um conhecimento aprofundado desses tributos para que assim, não gere custos desnecessários para os produtores rurais.

O segundo fator importante identificado nesta investigação é a questão da carência das propostas curriculares da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas instituições de ensino superior na modalidade presencial que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop – MT, quando se refere à abordagem dos tributos incidentes nas atividades do agronegócio dentro de sala de aula. Falta nessas propostas

clareza, incentivo e conteúdo específico da área, o que ocasiona em um número pequeno de profissionais qualificados para atender um mercado tão vasto dentro do Estado de MT.

O terceiro e último ponto levantado é a relação entre os dois fatores apresentados acima, ou seja, a possível existência de uma coerência plausível entre a legislação do agronegócio e a proposta curricular das instituições de ensino superior na modalidade presencial no âmbito das atividades do agronegócio desenvolvidas no município de Sinop – MT. Com base nos teóricos pesquisados e nas análises dos métodos aplicados afirma-se que essa coerência é inexistente, causando assim, um preparo profissional deficiente, incompleto, ou até mesmo ineficaz, quando relacionado exclusivamente com essa área profissional e a demanda do mercado por esses profissionais.

Esses fatores são os que possibilitam uma análise qualitativa do tema proposto na execução da investigação científica. Concluímos assim que todos os objetivos foram alcançados com sucesso e que o problema levantado teve uma resposta significativa e coerente. Possibilitando assim, um fechamento positivo desta investigação científica e finalização do mestrado.

RECOMENDAÇÕES

Esta etapa consiste em apresentar algumas recomendações para auxiliar em possíveis ações baseadas na análise e interpretação dos resultados do estudo.

Para o MEC, a recomendação é de que o mesmo realize um estudo sobre a possibilidade de se estabelecer uma flexibilidade maior nas propostas curriculares da disciplina de Contabilidade no Agronegócio, principalmente dentro do Estado de MT, uma vez que o mesmo possui predominantemente em sua economia a exploração das atividades do setor do agronegócio.

Para as instituições de ensino superior, que principalmente, desenvolva suas atividades educativas na região do Estado de Mato Grosso apresentam-se duas recomendações, sendo:

I. Desenvolvimento de um plano de implantação de uma proposta curricular mais dinâmica e prática, focando nos tributos incidentes nas atividades do setor agronegócio, incentivando os alunos a buscando o conhecimento através de participação em seminários, palestras, canais rurais, entre outros instrumentos educativos que possam auxiliá-los a trabalhar de maneira eficaz com os tributos que incidem nas atividades desse setor; e,

II. Criar uma política de investimento em cursos extracurriculares, especializações, professores qualificados, aumento da carga horário, entre outras políticas educativas, que venham de encontro com a realidade da região que essas instituições atuam.

Aos alunos a recomendação é principalmente direcionada aqueles que tenham interesse em trabalhar ou até mesmo aumentar seu conhecimento sobre os tributos do agronegócio, que os mesmos comecem a realizar pesquisas sobre o assunto, participem de eventos que direcionam para essa atividade, de forma ativa e participativa. Que não fiquem esperando somente que a faculdade te forneça o conhecimento, e sim, que cada um por si só, busque essas informações que serão muito úteis no mercado de trabalho que irão atuar enquanto profissionais contábeis.

E finalizando, aos profissionais contábeis que atuam na área do agronegócio, as recomendações são de que os mesmos invistam seu tempo em pesquisas atualizadas sobre a incidência dos tributos especificamente para os tipos de atividades rurais desenvolvidas pelas entidades que realizam a contabilidade junto a esses profissionais, confiando em sua competência de minimizar possíveis irregularidades ou até mesmo isenções tributárias fornecidas pelo Estado de MT.

REFERÊNCIAS

- Aloe, A. & Valle, F. (1978) *Contabilidade Agrícola*. (6ª ed.). São Paulo. Atlas.
- American Psychological Association (APA). (2001) *Publication Manual of the American Psychological Association* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Andrade, M. M. (2010) *Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. (10ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Araripe Costa, P. J. (2001) *O dilema pessoa física x pessoa jurídica*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/gerenciamento/o-dilema-pessoa-fisica-x-pessoa-juridica-8671n.aspx>. Acessado em: 29/07/2016.
- Araújo, M. J. (2013) *Fundamentos de agronegócios* (4ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Baechle, T. R. & Earle, R. W. (2008) *Essentials of strength training and conditioning*. National Strength and Conditioning Association. 3rd ed. Champaign, IL: Human Kinetics.
- Barros, J. (2007) *Plano de aula*. Portal Brasil Escola. Documento eletrônico. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/orientacoes/plano-de-aula.htm>. Acessado em: 02/11/2016.
- Barros Leal, R. (2014) *Planejamento de ensino: peculiaridades significativas*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.rioeoi.org/deloslectores/1106Barros.pdf>. Acessado em: 02/11/2016.
- Bellucci Junior J. A. & Misue Matsuda L. (2012) *Construção e validação de instrumento para avaliação do acolhimento com Classificação de Risco*. Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn.
- Blaas, L. (2012) *A tributação na agropecuária*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.safrasecifras.com.br>. Acessado em: 02/09/2016.
- Brasil, R. F. (2005) *LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acessado em: 18/04/2017.
- Brasil, R. F. (2006) *DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006*. Documento eletrônico. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-norma-actualizada-pe.html>. Acessado em: 19/04/2017.

- Brasil, R. F. (2008) *Imposto sobre a propriedade territorial rural*. Documento eletrônico. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/itr/2008/ITRManualPreenchimentoDITR2008.pdf>. Acessado em: 30/09/2015.
- Brasil, R. F. (2012) *Imposto sobre a propriedade territorial rural*. Documento eletrônico. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/itr/2012/PerguntaseRespostasITR2012.pdf>. Acessado em: 30/09/2015.
- Brasil, R. F. (2014) *Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil*. Documento eletrônico. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>. Acessado em: 25/04/2017.
- Brasil, R. F. (2016) *IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica*. Documento eletrônico. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos/IRPJ>. Acessado em: 30/09/2016.
- Brasil, R. F. (2017a) *Censo da educação superior 2016*. Documento eletrônico. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acessado em: 25/04/2017.
- Brasil, R. F. (2017b) *Cursos do Ensino Superior no Brasil*. Documento eletrônico. Ministério da Educação. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior>. Acessado em: 26/04/2017.
- Caetano Bacha, C. J. (2014) *Tributação no agronegócio: análise de seus impactos sobre preços, folha de pagamento e lucros* (2ª ed.). São Paulo. Alínea.
- Camargo Fabretti, L. (2005) *Legislação Tributária*. (9ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Caminho da Roça. (blog) (2009) *Produtos pecuários estão isentos de PIS e COFINS*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://eptv.globo.com/caminhosdaroca/NOT,0,0,282192,Produtos+pecuarios+estao+isentos+de+PIS+e+Cofins.aspx>. Acessado em: 15/09/2016.
- Campoy Aranda, T. J. (2016) *Metodología de La Investigación Científica: manual para elaboración de tesis y trabajos de investigación*. Asunción. Cervantes.
- Celina, C. (2011) *O Extensionista Rural semeia desenvolvimento e Mato Grosso colhe sustentabilidade*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.empaer.mt.gov.br/informativo/informativo.asp?cod=481>. Acessado em: 15/06/2016.

- Cepea, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. (2016) *Relatório PIB AgroBrasil*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acessado em: 31/06/2016.
- Corte de Oliveira, N. (2014) *Contabilidade do Agronegócio: Teoria e Prática*. (2ª ed.). Curitiba. Juruá.
- Crepaldi, S. A. (1998) *Contabilidade Rural: uma abordagem decisoria*. (2ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Crepaldi, S. A. (2012) *Contabilidade Rural: uma abordagem decisoria*. (7ª ed.). Atualizada conforme Leis nºs 11.638/07, 11.941/09 e IFRS. São Paulo. Atlas.
- Cunha Callado, A. A. (org) (2011) *Agronegócio* (3ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Diniz, G. (2014) *Agronegócio é trunfo geopolítico*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/artigo/agronegocio-e-trunfo-geopolitico>. Acessado em: 10/10/2016.
- Fava Neves, M. (org.) (2000) *Organização industrial no agribusiness*. São Paulo. Pioneira.
- Fava Neves, M. (org.) (2013) *Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia*. (6ª reimpr). São Paulo. Atlas.
- Fávaro, C. (2013) *Aprosoja avalia 2013 como um ano de grandes conquistas*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/publicacoes/>. Acessado em: 10/10/2016.
- Fernandes, R. (2015) *Valor Bruto da Produção Agropecuária em 2015 é de R\$ 459,4 bi*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/06/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-em-2015-e-de-rs-459-bi>. Acessado em: 06/07/2016.
- Flick, U. (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3ª ed.). Porto Alegre. Artmed.
- Franken, J.; Both, J. T. & Dhein Perini, K. I. (2012) *Tributos incidentes sobre atividades rurais: inconstitucionalidade e recuperação dos créditos do FUNRURAL*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Tributos-Incidentes-Sobre-Atividades-Agr%C3%ADcolas-e/434345.html>. Acessado em: 29/07/2016.
- Gardin, D. (2011) *Planejamento na Sala de Aula*. (11ª ed.). Petrópolis. Vozes.

- Gil, A. C. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Gil, A. C. (2012) *Metodologia do ensino superior*. (4ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Godos Urcia, L. A. (2011) *Tipos de Estudio em Salud Publica*. Universidad Inca Garcilaso de la Vega. Estados Unidos.
- Gomes, R. (2004) A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. *Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade*. Petrópolis. Vozes.
- Grassi Mendes, J. T. & Batista Padilha, J. (2007) *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo. Pearson Prentice Hall.
- Hegenberg, L. (1976) *Etapas da Investigação Científica: Observação, Medida, Indução*. (2ª ed.). São Paulo. EduSP.
- Hernandes Sampieri, R. (et all) (2013) *Metodologia de Pesquisa*. (5ª ed.). Porto Alegre. Penso.
- Hessen, J. (1999) *Teoria do Conhecimento*. São Paulo. Martins Fontes.
- Ibge, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) *Sinopse do Censo Demográfico 2010: Brasil*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>. Acessado em: 30/07/2016.
- Imea, Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. (2012) *Agronegócio em Mato Grosso*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2012_09_13_Apresentacao_MT.pdf. Acessado em: 06/10/2016.
- Jacob, E. K.; Shaw, D. (1998) *Sociocognitive perspectives on representation*. Annual Review of Information Science and technology, v. 33, p. 131-185.
- Janesick, V. J. (1998) *The dance of qualitative research design: methaphor, methodolaty, and meaning*. Thousand Oaks. Sage.
- Jarry Richardson, R. (1999) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Latorraca, N. (2000) *Direito Tributário: imposto de renda das empresas*. (15ª ed.). São Paulo. Atlas.

- Maier, A. D. (2012) *Planejamento tributário de uma empresa do Agronegócio*. Documento eletrônico. Disponível em: www.unicruz.edu.br/site/cursos/.../Amanda%20Denise%20Maier.doc. Acessado em: 02/09/2016.
- Maria Beuren, I. (2009) *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática* (3ª Ed) (4. reimpr.). São Paulo. Atlas.
- Marion, J. C. (2002) *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. (7ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Marion, J. C. (2009) *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. (10ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Marion, J. C. (2014) *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. (14ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Marion, J. C. (2004) *Contabilidade da Pecuária*. (7ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Mariz Oliveira, R. (2005) *Planejamento Tributário– teoria e prática perante os impostos de renda*. (2ª ed.). São Paulo. Dialética.
- Matias Pereira, J. (2012) *Manual de metodologia da pesquisa científica*. (3ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Mendonça Paro, G. (2015) *FETHAB– FACS/FABOV/FAMAD – Mato Grosso*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://tdn.totvs.com/pages/releaseview.action;jsessionId=204387B6C89A95F63E9C0948FF92687C?pageId=185748497>. Acessado em: 22/10/2016.
- Onubr, Nações Unidas do Brasil. (2013) *População mundial deve atingir 9,6 bilhões em 2050, diz novo relatório da ONU*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-atingir-96-bilhoes-em-2050-diz-novo-relatorio-da-onu/>. Acessado em: 30/07/2016.
- Perez, R. (2000) *Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0081.PDF. Acessado em: 15/08/2016.
- Piletti, C. (1999) *Didática geral*. (22ª ed.) São Paulo. Ática.
- Portal Educação. (2013) *Planejamento e Plano de Ensino na Educação Superior*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/42510/planejamento-e-plano-de-ensino-na-educacao-superior>. Acessado em: 10/11/2016.

- Portantiolo Kruger, L. (org.) (2010). *O planejamento tributário e o produtor rural*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/artigo/2092/o-planejamento-tributario-e-o-produtor-rural>. Acessado em: 18/08/2016.
- Rezende Moss, L. (2014) *O Fundo de Assistência ao Trabalhador rural (FUNRURAL)*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/6fua/o-fundo-de-assistencia-ao-trabalhador-rural-funrural-lucas-rezende-moss>. Acessado em: 16/08/2016.
- Ribeiro da Silva, A. C. (2003) *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo. Atlas.
- Rolim de Mendonça, I. (org.) (2004) *Manual do empreendedor rural*. Documento eletrônico. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/AE589F602BA3563083256F65004A2F80/\\$File/NT000A20BA.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/AE589F602BA3563083256F65004A2F80/$File/NT000A20BA.pdf). Acessado em: 29/09/2016.
- Rossales, M. P. (2010) *A importância da gestão tributária nas empresas rurais*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/a-importancia-da-gestao-tributaria-nas-empresas-rurais>. Acessado em: 28/10/2016.
- Sampaio, A. (2014) *Renda agropecuária de Mato Grosso cresce 4,2% em 2014, diz Mapa*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/09/renda-agropecuaria-de-mato-grosso-cresce-42-em-2014-diz-mapa.html>. Acessado em: 06/07/2016.
- Sampaio, H. (2000) *Ensino Superior no Brasil – o setor privado*. São Paulo. Hucitec.
- Santos Anceles, P. E. (2001) *Manual de tributos da atividade rural*. São Paulo. Atlas.
- Santos, G. J. & Marion, J. C. (2002) *Administração de custos na agropecuária*. (3ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Santos Rufino, J. L. (1999) Origem e conceito do agronegócio. *Em Revista de Informe agropecuário*. Vol. 20 Nº 199. Belo Horizonte. Epaming.
- Santos Vasconcellos, C. (1995) *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo. Libertad.
- Seagro, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Tocantis. (2010) *Legislação*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.seagro.to.gov.br/conteudo.php?id=54>. Acessado em: 16/08/2015.

- Sefaz, Secretaria de Estado da Fazenda. (S/D) *O que é FETHAB*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/AgenfaVirtual/?acao=openPage&codgConteudo=338>. Acessado em: 28/10/2016.
- Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso. (S/D) *Produtor Rural*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.sistemafamato.org.br/portal/senar/fpr_ps_snn.php?Cod=15&Tipo=1. Acessado em: 17/08/2016.
- Silveira Melo, J. (2009) *Qual é o determinante da expansão da fronteira agrícola Mato-grossense no período 2001/2007: produção agrícola ou pecuária?*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/file/adr/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jos%C3%A9Silveira%281%29.pdf. Acessado em: 29/09/2016.
- Sindirural. (2016) Agronegócio é o principal suporte da economia do país, segundo IBGE. *Em Revista Sindicato Rural*. Nº 1678. Disponível em: <http://revistasindirural.com.br/noticias/pag/1/ver/1678/agronegocio-e-o-principal-suporte-da-economia-do-pais-segundo-ibge>. Acessado em: 22/06/2016.
- Souza Zoccoli, M. M. (2009) *Educação Superior Brasileira: Política e Legislação*. Curitiba. Ibpe.
- Spudeit, D. (2014) *Elaboração do plano de ensino e do plano de aula*. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/ELABORAODOPLANOENSIÑOEDOPLANOEAULA.pdf>. Acessado em: 04/11/2016.
- Stake, R. E. (1999) *Investigación con estudio de casos*. (2ª ed.). Madrid. Morata.
- Torres González, J. A.; Hernández Fernández, A. & Barros Camargo, C. (2014) *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Asunción. Marben.
- Tributário, P. (S/D) *IRPJ - Lucro Presumido – Cálculo Do Imposto*. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/guia/lucro_presumido_irpj.html. Acessado em: 29/01/2017.
- Trindade, H. (2000) *Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira*. São Paulo. Estudos Avançados 14 (40).
- Valle, F. (1985) *Manual de contabilidade agrária*. São Paulo. Atlas.

Viera Marcondes, N. A. & Andrade Brisola, E. M. (2013) *ANÁLISE POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS: UM REFERENCIAL PARA PESQUISAS QUALITATIVAS*. Revista Univap. São José dos Campos. São Paulo. Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014.

Zafalon, M. (2013) *Carga tributária de MT é uma das maiores do país*. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.pedraagroindustrial.com.br/saladeimprensa2.php?id=2714>. Acessado em: 28/04/2017.

APÊNDICES

Apêndice A: Decreto nº. 1.261, de 30 de Março de 2000. Cria o FETHAB

(...)

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 10 O benefício do diferimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, previsto na legislação estadual para as operações internas com soja, gado em pé e madeira, fica condicionado a que os contribuintes, remetentes da mercadoria, contribuam para o FETHAB e, ainda, quando for o caso, para o Fundo de Apoio à Cultura da Soja – FACS, ao Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte – FABOV, ao Fundo de Apoio à Madeira – FAMAD, bem como para o Instituto Mato-grossense de Algodão – IMAmt. *(Nova redação dada pelo Dec. [1.950/09](#))*

§ 1º Para fins de efetivar a contribuição a que se refere o *caput*, o remetente da mercadoria deverá, na forma e prazos estabelecidos no presente decreto, recolher: *(Nova redação dada pelo Dec. [1.330/08](#))*

I – ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB;

a) 9,605% (nove inteiros e seiscentos e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de soja transportada; *(cf. inciso I do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))*

b) 11,76% (onze inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por cabeça de gado transportada para o abate; *(cf. inciso III do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))*

c) 9,305% (nove inteiros e trezentos e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por metro cúbico de madeira transportada; *(cf. inciso V do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))*

d) 10,235% (dez inteiros e duzentos e trinta e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de algodão transportada; *(cf. caput do art. 7º-A da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))*

II – ao Fundo de Apoio à Cultura da Soja – FACS: 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de soja transportada; *(cf. inciso II do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))*

a) *(revogada) (Revogada pelo Dec. [1.056/12](#))*

III – ao Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte – FABOV: 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por cabeça de gado transportada para o abate; (cf. inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))

a) (revogada) (Revogada pelo Dec. [1.056/12](#))

IV – ao Fundo de Apoio à Madeira – FAMAD: 1,855% (um inteiro e oitocentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) do valor da UPFMT, vigente no período, por metro cúbico de madeira transportada. (cf. inciso VI do § 1º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, com a redução determinada pelo art. 1º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Nova redação dada pelo Dec. [1.056/12](#))

a) (revogada) (Revogada pelo Dec. [1.056/12](#))

§ 1º-A Para fins do disposto no parágrafo anterior, as incidências serão realizadas, observando-se o seguinte valor da UPF/MT: (cf. caput do art. 7º-A-1 da Lei nº 7.263/2000, acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012) (Acrescentado pelo Dec. [1.056/12](#))

I – o seu valor vigente para o mês de janeiro de cada ano, a ser aplicado para fins de determinação da contribuição devida no período de janeiro a junho de cada ano; (cf. inciso I do caput do art. 7º-A-1 da Lei nº 7.263/2000, acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012)

II – o seu valor vigente para o mês de julho de cada ano, a ser aplicado para fins de determinação da contribuição devida no período de julho a dezembro de cada ano. (cf. inciso II do caput do art. 7º-A-1 da Lei nº 7.263/2000, acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 9.709/2012 – efeitos a partir de 29/03/2012)

§ 1º-A-1 A contribuição ao IMAmT a que se refere o caput e a mencionada na alínea d do inciso I do parágrafo anterior aplicam-se nas operações com algodão mencionadas no Capítulo III-A. (Acrescentado pelo Dec. [1.950/09](#), c/c Dec. [1.056/12](#), que reenumerou de § 1º-A para § 1º-A-1, mantido o texto)

§ 2º As importâncias devidas a que se refere este Decreto serão recolhidas por Documento de Arrecadação próprio. (Nova redação dada pelo Dec. [1.330/08](#))

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às transferências dos produtos mencionados nos incisos do § 1º, efetuadas por produtor primário, entre seus estabelecimentos, de idêntica atividade econômica preponderante, localizados no território do Estado. (cf. § 3º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, acrescentado pela Lei nº 9.218/2009 – efeitos a partir de 9 de outubro de 2009) (Nova redação dada pelo Dec. [2.218/09](#))

§ 4º Para fins do preconizado no § 2º, deverá ser utilizado, obrigatoriamente, o Documento de Arrecadação – modelo DAR-1/AUT, obtido por meio eletrônico, no endereço www.sefaz.mt.gov.br, observados os requisitos previstos em ato da Secretaria de Estado de Fazenda. (Nova redação dada pelo Dec. [2.190/09](#), efeitos a partir 1º/11/09)

§ 5º O recolhimento deverá ser efetivado junto à rede arrecadadora, informando o respectivo Código da Receita Estadual – Código de Arrecadação, conforme especificado em ato próprio. (Nova redação dada pelo Dec. [2.317/03](#))

§ 6º O recolhimento das contribuições de que trata este artigo ocorrerá de forma monofásica, não incidindo em mais de uma operação com a mesma mercadoria.

(cf. § 7º do art. 7º da Lei nº 7.263/2000, acrescentado pela Lei nº 9.180/2009 – efeitos a partir de 1º de julho de 2009) (Nova redação dada pelo Dec. [2.218/09](#))

§ 7º Para fins do disposto no § 3º deste artigo, consideram-se que apresentam idêntica atividade econômica preponderante, os estabelecimentos do produtor rural, localizados no território mato-grossense, enquadrados na mesma CNAE principal. *(Acrescentado pelo Dec. [2.218/09](#))*

(...)

Apêndice B: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade no Agronegócio da Faculdade de Sinop - FASIPE



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS	SEMESTRE: 5º - 2016/2
NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	
PROFESSORA: ANDRIELLI SILVA DOS SANTOS STANGHILIN	

2. EMENTA
Contabilidade Rural e seu campo de aplicação. Agronegócio. A Contabilidade Rural e sustentabilidade. Patrimônio da empresa rural. Gestão e escrituração contábil. Registro de operações típicas. Plano de contas das empresas rurais. Custo x Volume x Lucro. Natureza legal e tributária das empresas rurais. Planejamento, Execução e Controle nas Empresas Rurais.

3 OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>3.1. OBJETIVO GERAL Proporcionar aos acadêmicos de Ciências Contábeis a oportunidade de desenvolverem um raciocínio contábil próprio para a agropecuária, de modo que a aprendizagem seja suficiente para o aperfeiçoamento das tomadas de decisões nas empresas agropecuárias.</p> <p>3.2. OBJETIVO ESPECÍFICO Possibilitar a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade rural; Ressaltar a importância da Contabilidade no Agronegócio como área de conhecimento interdisciplinar, enquanto estratégia de formação e atuação profissional; Destacar e incentivar o desenvolvimento da atividade rural, de modo a formar um programa de pesquisa nesta área.</p>

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1º Bimestre</p> <p>1 – Atividade Rural Conceito de empresa rural, A importância da Contabilidade Rural; atividade agrícola e zootécnica; atividade agroindustrial. Conceito e aplicação do Agronegócio.</p> <p>2 – Contabilidade rural e seu campo de Aplicação Ano Agrícola X Exercício Social Características peculiares do setor rural</p> <p>3 – Gestão Cadeia de produção; conceitos gerais de planejamento; planejamento econômico</p>

no empreendimento rural; sistema de custo contábil e sistema de custo gerencial.

4 – Planejamento, Execução e Controle nas Empresas Rurais

5 - Contabilidade da Pecuária – Introdução

Sistema de produção;
Especialização das Empresas Rurais;
Pastagens;
Tipos de pastoreio;
Instalações
Alimentação
Reprodução: Formas de reprodução
Divisão do rebanho em categorias
Seleção para gado de corte
Avaliação da carne
Índices de desempenho do rebanho
Classificação no balanço patrimonial;
Método de custo x método a valor de mercado;
Técnica para utilização do custo histórico;
Variação patrimonial

2º Bimestre

6 – Fluxo Contábil na Atividade Agrícola

Culturas Temporárias: Lançamentos contábeis;
Custo x Despesa;
Fases da cultura temporária:
Culturas Permanentes: Lançamentos contábeis;
Registros contábeis

7 - Custo da Produção na Atividade Rural

Custos da produção
Planilhas de custos
Apropriação de custos
Estabelecimentos do Ciclo de Produção

8– Planificação Contábil na Atividade Agrícola

Registros de operações típicas;
Escrituração nas Empresas Rurais
Escrituração da Produção
Escrituração Financeira: fluxo de caixa, controle de custos, contabilidade

9 - Escrituração para a contabilidade

O Balanço Patrimonial: bens direitos e obrigações
Comparação de Balanço Patrimonial: Indústria x empresa agrícola

10 – Legislação Tributária, Fiscal e Ambiental para Empresas Rurais

11 - Operacionalização do Plano de Contas

5. CRONOGRAMA

Aula	Conteúdo
Aula 01 05/08/2016	Apresentação da ementa, discussão sobre a metodologia adotada, conceitos da contabilidade rural.

Aula 02 08/08/2016	Atividade
Aula 03 12/08/2016	Atividade Rural, Conceito de empresa rural, A importância da Contabilidade Rural;
Aula 04 19/08/2016	Atividade Rural Conceito de empresa rural, A importância da Contabilidade Rural; atividade agrícola e zootécnica; atividade agroindustrial.
Aula 05 26/08/2016	Contabilidade rural e seu campo de Aplicação Ano Agrícola X Exercício Social Características peculiares do setor rural
Aula 06 02/09/2016	Gestão Cadeia de produção; conceitos gerais de planejamento; planejamento econômico no empreendimento rural; sistema de custo contábil e sistema de custo gerencial.
Aula 07 09/09/2016	Planejamento, Execução e Controle nas Empresas Rurais
Aula 08 16/09/2016	Contabilidade da Pecuária – Introdução Sistema de produção; Especialização das Empresas Rurais; Pastagens; Tipos de pastoreio; Instalações Alimentação
Aula 09 23/09/2016	Contabilidade da Pecuária – Introdução Reprodução: Formas de reprodução Divisão do rebanho em categorias Seleção para gado de corte Avaliação da carne Índices de desempenho do rebanho
Aula 10 30/09/2016	Contabilidade da Pecuária Classificação no balanço patrimonial;
Aula 11 03/10/2016	Contabilidade da Pecuária Atividade
Aula 12 07/10/2016	Contabilidade da Pecuária Método de custo x método a valor de mercado; Técnica para utilização do custo histórico; Variação patrimonial
Aula 13 14/10/2016	Fluxo Contábil na Atividade Agrícola Culturas Temporárias: Lançamentos contábeis; Custo x Despesa; Fases da cultura temporária: Culturas Permanentes: Lançamentos contábeis; Registros contábeis
Aula 14 21/10/2016	Custo da Produção na Atividade Rural Custos da produção Planilhas de custos

Aula 15 28/10/2016	Custo da Produção na Atividade Rural Apropriação de custos Estabelecimentos do Ciclo de Produção
Aula 16 04/11/2016	Planificação Contábil na Atividade Agrícola Registros de operações típicas; Escrituração nas Empresas Rurais Escrituração da Produção
Aula 17 11/11/2016	Planificação Contábil na Atividade Agrícola Escrituração Financeira: fluxo de caixa, controle de custos, contabilidade
Aula 18 18/11/2016	Escrituração para a contabilidade O Balanço Patrimonial: bens direitos e obrigações Comparação de Balanço Patrimonial: Indústria x empresa agrícola
Aula 19 25/11/2016	Legislação Tributária, Fiscal e Ambiental para Empresas Rurais
Aula 20 02/12/2016	Operacionalização do Plano de Contas

6. METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será desenvolvido através de um processo participativo de produção, incluindo aulas com exposições dialogadas, trabalhos individuais ou em grupo, resoluções de exercícios práticos relacionado à ementa (individual ou em grupo), simulação de Estudo de Caso. Trabalhos de pesquisas e apresentados pelos discentes do conteúdo de aprendizagem. Poderá conter um debate com a participação de profissionais (Contadores, Mestres), na área do Agronegócio e Visitas Técnicas em empresas rurais circunvizinhas.

7. RECURSOS DE ENSINO

Indicação de livros, apostila parcial elaborada, pesquisas na biblioteca ou internet, livros e revistas na área, estudos de casos dirigidos a aula realizada, data show (recursos multimídia), quadro branco, exibição de palestras.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação a ser adotado consta dos seguintes itens:

1º Bimestre:

Nota 1 - Prova Integrada: de 0,0 a 10,0 pontos (objetivas).

Nota 2 - Prova bimestral: de 0,0 a 10,0 pontos (objetivas e subjetivas)

Nota 3 – Trabalhos Acadêmicos Extra sala de aula: 0,0 a 5,0 pontos

<p>Presença e atividade em sala de aula: 5,0 pontos.</p> <p>Média Bimestral: [(Nota 1 + Nota 2 + Nota 3)/3]</p> <p>2º Bimestre:</p> <p>Nota 1 – Prova Integrada: de 0,0 a 10,0 pontos (objetivas).</p> <p>Nota 2 – Prova Bimestral: de 0,0 a 10,0 pontos (objetivas e subjetivas).</p> <p>Nota 3 – Trabalhos Acadêmicos Extra sala de aula: 0,0 a 5,0 pontos</p> <p>Simulado - 0,0 a 5,0 pontos.</p> <p>Média Semestral: [(MB1 + MB2)/2]</p>

9. BIBLIOGRAFIA
Básica
<p>CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 12ex</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda - pessoa jurídica. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 12ex</p> <p>OLIVEIRA, Neuza Corte de. Contabilidade do agronegócio: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual. Curitiba - PR: Juruá Editora, 2012. 12ex</p>
Complementar
<p>SEGATTI, Sonia; MARION, José Carlos. Contabilidade da Pecuária: atualizada pelas leis 1.638/07 e 11.941/09. 9ª ed. São Paulo: Atlas 2010. 3ex</p> <p>ARAÚJO, Massilan. Fundamentos de agronegócio. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 12ex</p> <p>BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 12ex</p> <p>CALLADO, Antonio André Cunha. Agronegócio. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2011. 15ex</p> <p>LOPES DE SÁ, Ana Maria; LOPES DE SÁ, Antonio. Dicionário de contabilidade. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 6ex</p> <p>MENDES, Judas Tadeu Grassi. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2007. 5ex</p>

Apêndice C: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade Rural da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Sinop



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
MATO GROSSO CAMPUS SINOP
SUPERVISÃO DE APOIO ACADÊMICO
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS



- PROEG | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação -

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: SNP39D30 / CONTABILIDADE RURAL I	
CARGA HORÁRIA: 60.0 h/a	PERÍODO: 2016/2
Matriz Curricular: SNP39 / 3	CRÉDITOS: 0.1.0.1.2
PROFESSOR: WANDER BOSCO SOUZA DO PRADO	

EMENTA DA DISCIPLINA:

CONCEITOS BÁSICOS DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA. FLUXO CONTÁBIL NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA. PLANO DE CONTAS. PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E CONTROLE EM EMPRESAS AGROPECUÁRIAS. CONTABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. IMPOSTO DE RENDA NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.

OBJETIVOS:

A CONTABILIDADE RURAL POSSUI UM GRANDE CAMPO DE ATUAÇÃO EM NOSSA REGIÃO. NO ENTANTO NÃO É MUITO UTILIZADA EM VISTA DA DIFICULDADE DE CONTROLE E DESORGANIZAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS. O ALUNO, COM O ESTUDO DESSA MATÉRIA E CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL, TEM UM AMPLO MERCADO DE TRABALHO, PODENDO ATUAR NA MELHORIA ORGANIZACIONAL DESSAS EMPRESAS E DA SOCIEDADE COMO UM TODO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 ATIVIDADE RURAL

CONCEITO DE EMPRESA RURAL, A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL; ATIVIDADE AGRÍCOLA E ZOOTÉCNICA; ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL.

2 CONTABILIDADE RURAL E SEU CAMPO DE APLICAÇÃO

ANO AGRÍCOLA X EXERCÍCIO SOCIAL

CARACTERÍSTICAS PECULIARES DO SETOR RURAL

3 GESTÃO

CADEIA DE PRODUÇÃO; CONCEITOS GERAIS DE PLANEJAMENTO; PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO EMPREENDIMENTO RURAL; SISTEMA DE CUSTO CONTÁBIL E SISTEMA DE CUSTO GERENCIAL.

4 FLUXO CONTÁBIL NA ATIVIDADE AGRÍCOLA
ESCRITURAÇÃO NAS EMPRESAS RURAIS

CUSTO X DESPESA;
CULTURAS TEMPORÁRIAS;
CULTURAS PERMANENTES;
CONTABILIZAÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS;
CLASSIFICAÇÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS;

5 DEPRECIAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

CONCEITOS CONFORME A TEORIA DA CONTABILIDADE E FISCO;
DEPRECIAÇÃO NA AGRICULTURA;
DEPRECIAÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS;
DEPRECIAÇÃO NA PECUÁRIA;
EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO.

6 PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

ITENS QUE COMPÕE O BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA
EMPRESA AGRÍCOLA

ITENS QUE COMPÕE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE
UMA EMPRESA AGRÍCOLA

OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

7 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA INTRODUÇÃO

TIPOS DE ATIVIDADE PECUÁRIA;
CLASSIFICAÇÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL;
MÉTODO DE CUSTO X MÉTODO A VALOR DE MERCADO;
TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DO CUSTO HISTÓRICO;
VARIAÇÃO PATRIMONIAL.

8 - LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA, FISCAL E AMBIENTAL PARA
EMPRESAS RURAIS

9 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

REGISTROS DE OPERAÇÕES TÍPICAS;
ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO.

METODOLOGIA:

AS AULAS SÃO CONDUZIDAS DE MANEIRA A LEVAR O ALUNO A ATINGIR OS OBJETIVOS DEFINIDOS PARA A DISCIPLINA, POR MEIO DE DISCUSSÕES E PROBLEMATIZAÇÕES DOS ASSUNTOS, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS POTENCIAIS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. O PROFESSOR DEVE SER VISTO COMO UM ORIENTADOR DOS ALUNOS E NÃO COMO UM EXPOSITOR PERMANENTE DA MATÉRIA, POIS A TRANSMISSÃO PURA E SIMPLES DOS SEUS CONTEÚDOS TRAZ RESULTADOS BEM MENORES AO APRENDIZADO DO QUE A DISCUSSÃO DESTES. PORTANTO, É SOLICITADO EXERCÍCIOS PRÁTICOS BEM COMO TRABALHO DE PESQUISA REALIZADO DENTRO E FORA DA SALA DE AULA, DISCUSSÃO EM GRUPOS E A UTILIZAÇÃO DE OUTROS RECURSOS FACILITADORES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.

AULAS EXPOSITIVAS E DIALOGADA DO CONTEÚDO DA DISCIPLINA;

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS INDIVIDUAIS E EM GRUPOS;

ENVOLVIMENTO DOS ACADÊMICOS ATRAVÉS DE DEBATES SOBRE OS ASSUNTOS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO;
DISCUSSÃO E SIMULAÇÃO DE ESTUDOS DE CASOS;
RESOLUÇÕES DE EXERCÍCIOS SUPERVISIONADOS E EM GRUPOS;

NO DECORRER DAS AULAS A CHAMADA ORAL PARA CONTROLE DE FALTAS E PRESENÇAS DOS ALUNOS SERÁ REALIZADA COM UMA TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 15 MINUTOS APÓS O INÍCIO DAS AULAS, TRANSCORRIDO O TEMPO ESTIPULADO NA TOLERÂNCIA SERÁ LANÇADA FALTA PARA AQUELE ALUNO QUE NÃO ESTIVER EM SALA.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

O OBJETIVO DA AVALIAÇÃO É POSICIONAR O ALUNO QUANTO AO SEU NÍVEL DE APRENDIZADO NA DISCIPLINA. SERÁ ADOTADA TAMBÉM UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO CONTINUADA, A QUAL SERÃO VALORIZADOS TODOS OS MOMENTOS DE INTERAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM, UTILIZANDO RECURSOS DE FEEDBACK PARA AUXILIAR A AVALIAÇÃO EM SALA NO DECORRER DAS AULAS.

1- ATIVIDADES DE PESQUISA:

1) PLANO DE CONTAS PARA EMPRESA AGROPECUÁRIA;

2) ARTIGO : FORMALIZAÇÃO, TRIBUTOS E ÓRGÃOS REGULADORES PARA EMPRESAS RURAIS.

3) ATIVIDADES DE PESQUISA COMPLEMENTARES;

2 - AVALIAÇÕES ESCRITAS;

3 - AVALIAÇÕES ORAIS;

4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO : SERÁ AVALIADO E QUANTIFICADO POR NOTAS DE 0 A 10 O TAMBÉM DESENVOLVIMENTO DO ACADÊMICO DURANTE O SEMESTRE TENDO COMO PARÂMETROS A FREQUÊNCIA, PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES EM SALA, ATIVIDADES COMPLEMENTARES, INTERESSE, ORDEM E COERÊNCIA NA REALIZAÇÃO DAS TAREFAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CREPALDI, SILVIO APARECIDO. CONTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM DECISORIAL. 7ª ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2012.

OLIVEIRA, N. C. DE. CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO: TEORIA E PRÁTICA. 2º ED. CURITIBA: JURUÁ, 2012.

MARION, J. C.. CONTABILIDADE DA PECUÁRIA. 9º ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2010.

IUDÍCIBUS, S. DE, MARTINS, E., GELBCKE, E. R. MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES. 4º ED. SÃO PAULO: ATLAS, 1995

GOMES, A. R. CONTABILIDADE RURAL: AGRICULTURA FAMILIAR. RONDONÓPOLIS, 2002.

RODRIGUES, A. O., BUSCH, C. M., TODA, W. H., A NOVA CONTABILIDADE RURAL. 1º ED . SÃO PAULO: IOB, 2011.

Apêndice D: Proposta Curricular da disciplina de Contabilidade do Agronegócio da Universidade de Cuiabá – UNIC/Sinop



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Plano de Ensino

Descrição:

Contabilidade do Agronegócio

Carga Horária:

Semanal: 3,00h Total: 60,00h Expositiva: 50,00h Em atividades práticas supervisionadas: 10,00h

Perfil do profissional

Atuar em todas as atividades da área de conhecimento contábil, registrando, controlando, analisando e produzindo relatórios para gestão e na tomada de decisões em organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos.

Ementa

Conceitos Básicos de Atividade Rural e agroindustrial; Patrimônio Rural; Fluxo Contábil na Atividade Rural; Planificação Contábil na atividade rural; Operacionalização Contábil; Financiamentos Agroindustriais; Imposto de Renda na atividade Rural.

Objetivo da Disciplina

Proporcionar aos alunos conhecimentos dos princípios contábeis fundamentais da Contabilidade Agroindustrial, bem como as aplicações práticas destes princípios, propiciando aos alunos os instrumentos conceituais indispensáveis para a administração contábil-financeira de empreendimentos rurais. Estimular o aluno a exercitar o pensamento estratégico, integrando técnicas e práticas de gestão particularizadas às cadeias produtivas, preferencialmente, viabilizando informação necessária para os profissionais que se encaminharão na área dos agronegócios, oferecendo ainda uma visão abrangente do universo rural.

Proposta Metodológica

O processo de ensino-aprendizagem na disciplina é estruturado com base em três momentos: pré-aula, aula e pós-aula. Em cada um dos encontros o acadêmico desenvolve diferentes atividades para cada um dos momentos da aula. O material da disciplina, composto pelo livro didático, webaulas e atividades (diagnósticas e de aprendizagem), estará disponível previamente para que o acadêmico se prepare para a aula. O professor é responsável por desenvolver os conteúdos trabalhados em todos os momentos da aula e o acadêmico é responsável por realizar as atividades e acompanhar os encontros de acordo com a sequência proposta. As estratégias de ensino-aprendizagem adotadas na disciplina utilizaram aulas

expositivas dialogadas, estudos de casos, estudos em grupo, seminários, debates, painéis integrados ou outras metodologias ativas pertinentes ao conteúdo e a proposta do encontro.

Proposta de Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

A avaliação do desempenho do acadêmico na disciplina é efetuada através de avaliações parciais e oficiais. As avaliações parciais são o resultado do rendimento do acadêmico por meio de uma nota expressa em valor numérico, de acordo com as regras de avaliação da Instituição de Ensino, obtida através da realização do conjunto de atividades previamente estabelecidas pelo professor. As avaliações oficiais são o resultado do rendimento do acadêmico expresso em valor numérico, de acordo com as regras de avaliação da Instituição de Ensino, obtida através da realização de provas bimestrais, dos conteúdos ministrados pelo professor, com data e valor previamente estabelecidos. Os demais encaminhamentos referentes ao processo de avaliação seguem as regras de avaliação da Instituição

Referências Básicas

1. Crepaldi, Silvio Aparecido. CONTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM DECISORIAL. 7. ed. São Paulo: ATLAS, 2012.
2. CARLOS, Marion, Jose. CONTABILIDADE RURAL: Contabilidade agrícola-contabilidade pecuária- imposto de renda pessoa jurídica. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. CARLOS, Marion, José. CONTABILIDADE DE PECUÁRIA: Generalidades da pecuária-manejo-teoria contábil na pecuária-custo e coleta de dados -plano de contas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Referências Complementares

1. OLIVEIRA, Neuza Corte de. CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO: TEORIA E PRÁTICA. Juruá: 2009.
2. SANTOS, Gilberto José Dos, MARION, José Carlos, SEGATTI, Sonia. Administração de custos na agropecuária. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SANTOS, José Odálio dos. ANÁLISE DE CRÉDITO: Segmentos: empresas, Pessoas físicas, varejo agronegócio e pecuária. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
4. BARROS, Mattos, Zilda Paes De. CONTABILIDADE FINANCEIRA RURAL: Agricultura, contabilidade financeira. São Paulo: Atlas, 1999.
5. HILARIO, Franco,. CONTABILIDADE INDUSTRIAL: Com apêndice de contabilidade agrícola de acordo com as normas contábeis. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ANEXOS

Anexo A: Entrevista Aplicada aos Alunos do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis do Município de Sinop/MT



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN PARAGUAY
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
PROGRAMA DE POSTGRADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Caro Aluno

Sou a Acadêmica Andrielli Silva dos Santos Stanghilin, do curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, na UAA – *Universidad Autónoma de Asunción* e venho através desta entrevista, levantar dados para minha pesquisa com o seguinte tema: “*A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis*”. Para alcançar os dados de campo, torna-se necessário que V. S. se disponha a responder as seguintes perguntas, abaixo referidas. Caso haja mais alguma dúvida quanto à finalidade de propositura desta investigação, coloco-me à disposição para esclarecê-las, ao passo que me resta agradecer pelo empenho e consideração a mim estendidos ressaltando que sua opinião e colaboração é muito importante para o êxito desta investigação.

1. O acadêmico já cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular? Se sim, em que semestre?

2. O conteúdo ministrado na disciplina explanou quais são os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?

3. Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?

4. Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?

5. Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área?

6. Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?

Anexo B: Entrevista Aplicada aos Profissionais Contábeis que atuam na Área da Contabilidade do Agronegócio no Município de Sinop/MT



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN PARAGUAY
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
PROGRAMA DE POSTGRADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Caro Profissional

Sou a Acadêmica Andrielli Silva dos Santos Stanghilin, do curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, na UAA – *Universidad Autónoma de Asunción* e venho através desta entrevista, levantar dados para minha pesquisa com o seguinte tema: “*A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis*”. Para alcançar os dados de campo, torna-se necessário que V. S. se disponha a responder as seguintes perguntas, abaixo referidas. Caso haja mais alguma dúvida quanto à finalidade de propositura desta investigação, coloco-me à disposição para esclarecê-las, ao passo que me resta agradecer pelo empenho e consideração a mim estendidos ressaltando que sua opinião e colaboração é muito importante para o êxito desta investigação.

1. Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?

2. Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?

3. Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?

4. Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?

5. Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?

6. Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?

7. Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?

Anexo C: Formulários de Validação das Entrevistas (Alunos e Profissionais Contábeis)



Curso: Mestrado en Ciencias de la Educación
Mestranda: Andrielli Silva dos Santos Stanghilin
Orientador: Dr. Luis Ortiz Jiménez
Universidad Autónoma de Asunción

VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA (Alunos e Profissionais Contábeis)

Prezado Professor Dr. Dr^a.

Este formulário destina-se a **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **coerência entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias. Na coluna II está a numeração (1 à 5), que devem ser assinaladas com **(X)** referente a coerência e clareza das questões aplicadas. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

- Identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no Estado de Mato Grosso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Identificar os tributos Nacionais, do Estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;
- ✓ Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas universidades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, Estado de Mato Grosso;
- ✓ Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 1:

INSTRUMENTO: Análise da revisão da literatura

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Acervo bibliográfico que possibilita a identificação dos tributos incidentes no setor do agronegócio para as entidades que desenvolvam suas atividades no município de Sinop Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 2:

INSTRUMENTO: Análise Plano de Ensino / Proposta Curricular

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: 03 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial.

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Alunos do 7º Semestre do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
Questionário do Aluno	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1. O acadêmico Quando e em que semestre que você cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?					X					X
2. O conteúdo ministrado na disciplina explicou quais eram os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?					X					X
3. Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?					X					X
4. Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?					X					X
5. Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área? Se não, Por quê?					X					X
6. Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?					X					X

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Profissionais Contábeis que atuam no setor do Agronegócio.

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Profissional Contábil										
1. Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?					X					X
2. Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?					X					X
3. Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?					X					X
4. Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?					X					X
5. Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?					X					X
6. Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?					X					X
7. Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?					X					X

DADOS DO AVALIADOR:

Nome Completo: Marlete Dacroce

Formação: Dns em Ciências da Educação

Instituição de Ensino: IEPES - Sinop/MT e UTIC - Guianã/Py.

Assinatura do avaliador (a): 

Observações: _____



Curso: Mestrado en Ciencias de la Educación
Mestranda: Andrielli Silva dos Santos Stanghilin
Orientador: Dr. Luis Ortiz Jiménez
Universidad Autónoma de Asunción

VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA (Alunos e Profissionais Contábeis)

Prezado Professor Dr. Dr^a.

Este formulário destina-se a **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **coerência entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias. Na coluna II está a numeração (1 à 5), que devem ser assinaladas com (X) referente a coerência e clareza das questões aplicadas. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

- Identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no Estado de Mato Grosso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Identificar os tributos Nacionais, do Estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;
- ✓ Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas universidades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, Estado de Mato Grosso;
- ✓ Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 1:

INSTRUMENTO: Análise da revisão da literatura

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Acervo bibliográfico que possibilita a identificação dos tributos incidentes no setor do agronegócio para as entidades que desenvolva suas atividades no município de Sinop Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 2:

INSTRUMENTO: Análise Plano de Ensino / Proposta Curricular

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: 03 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial.

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Alunos do 7º Semestre do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Aluno										
1. Quando e em que semestre que você cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?					X					X
2. O conteúdo ministrado na disciplina explanou quais eram os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?					X					X
3. Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?					X					X
4. Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?					X					X
5. Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área?					X					X
6. Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?					X					X

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Profissionais Contábeis que atuam no setor do Agronegócio.

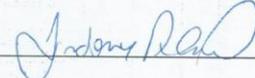
Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Profissional Contábil										
1. Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?					X					X
2. Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?					X					X
3. Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?					X					X
4. Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?					X					X
5. Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?					X					X
6. Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?					X					X
7. Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?					X					X

DADOS DO AVALIADOR:

Nome Completo: Nindomar Poggiani Damiel

Formação: Doutor em Economia Aplicada

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa - UFV

Assinatura do avaliador (a): 

Observações: _____



Curso: Mestrado en Ciencias de la Educación
Mestranda: Andrielli Silva dos Santos Stanghilin
Orientador: Dr. Luis Ortiz Jiménez
Universidad Autónoma de Asunción

VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA (Alunos e Profissionais Contábeis)

Prezado Professor Dr. Dr^a.

Este formulário destina-se a **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **coerência entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias. Na coluna II está a numeração (1 à 5), que devem ser assinaladas com (X) referente a coerência e clareza das questões aplicadas. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

- Identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no Estado de Mato Grosso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Identificar os tributos Nacionais, do Estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;
- ✓ Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas universidades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, Estado de Mato Grosso;
- ✓ Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 1:

INSTRUMENTO: Análise da revisão da literatura

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Acervo bibliográfico que possibilita a identificação dos tributos incidentes no setor do agronegócio para as entidades que desenvolva suas atividades no município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 2:

INSTRUMENTO: Análise Plano de Ensino / Proposta Curricular

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: 03 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial.

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Alunos do 7º Semestre do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Aluno										
1. Quando e em que semestre que você cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?				X						X
2. O conteúdo ministrado na disciplina explanou quais eram os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?			X							X
3. Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?				X						X
4. Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?					X					X
5. Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área?					X					X
6. Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?			X						X	

OBJETIVO 3:

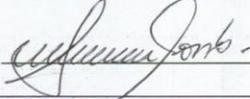
INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Profissionais Contábeis que atuam no setor do Agronegócio.

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Profissional Contábil										
1. Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?				X						X
2. Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?					X					X
3. Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?		X						X		
4. Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?		X						X		
5. Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?					X					X
6. Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?		X								X
7. Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?		X								X

DADOS DO AVALIADOR:

Nome Completo: GEOVANE PAULO SORNBERGER
 Formação: DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNISINOS
 Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Assinatura do avaliador (a): 
 Observações: _____



Curso: Mestrado en Ciencias de la Educación
Mestranda: Andrielli Silva dos Santos Stanghilin
Orientador: Dr. Luis Ortiz Jiménez
Universidad Autónoma de Asunción

VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA (Alunos e Profissionais Contábeis)

Prezado Professor Dr. Dr^a.

Este formulário destina-se a **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A COERÊNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A PROPOSTA CURRICULAR FORNECIDA PELAS FACULDADES DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT: um estudo de caso na disciplina de Contabilidade do Agronegócio do curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **coerência entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias. Na coluna II está a numeração (1 à 5), que devem ser assinaladas com (X) referente a coerência e clareza das questões aplicadas. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

- Identificar a eficiência e eficácia das propostas curriculares das disciplinas de Contabilidade do agronegócio frente às leis aplicadas a prática da atividade rural estabelecida no Estado de Mato Grosso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Identificar os tributos Nacionais, do Estado de Mato Grosso e do município de Sinop, que regem de alguma forma o andamento de uma entidade que tenha como ramo de mercado a atividade do agronegócio;
- ✓ Apontar os dados que indicam a estrutura curricular da disciplina de contabilidade rural/agronegócio, apresentadas pelas universidades que ofertam o curso de Bacharel em Ciências Contábeis no município de Sinop, Estado de Mato Grosso;
- ✓ Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 1:

INSTRUMENTO: Análise da revisão da literatura

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Acervo bibliográfico que possibilita a identificação dos tributos incidentes no setor do agronegócio para as entidades que desenvolva suas atividades no município de Sinop Estado de Mato Grosso.

OBJETIVO 2:

INSTRUMENTO: Análise Plano de Ensino / Proposta Curricular

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: 03 (três) instituições de ensino superior na modalidade presencial.

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Alunos do 7º Semestre do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Questionário do Aluno										
1. Quando e em que semestre que você cursou a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?					X					X
2. O conteúdo ministrado na disciplina explanou quais eram os tributos aplicados as atividades do agronegócio e sua importância? Com que intensidade?					X					X
3. Cite os principais tributos aplicados ao setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?				X						X
4. Em uma nota de 0 a 10, qual você daria a seu conhecimento real sobre os tributos aplicados ao setor de agronegócios?				X						X
5. Se você fosse trabalhar (na área de contabilidade) em uma empresa que tivesse como ramo de atividade o agronegócio, você conseguiria desenvolver suas atividades sem a necessidade de realizar uma especialização na área?					X					X
6. Do seu ponto de vista o que a faculdade deveria fornecer para auxiliar na preparação do profissional para atender as exigências do mercado de trabalho, dentro do setor do agronegócio?					X					X

OBJETIVO 3:

INSTRUMENTO: Entrevista Enfocada

POPULAÇÃO QUE SE DIRIJE: Profissionais Contábeis que atuam no setor do Agronegócio.

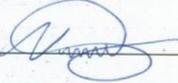
Relacionar dados sobre a coerência entre a legislação rural e a proposta curricular das universidades no âmbito da atividade do agronegócio desenvolvida no município de Sinop, Estado de Mato Grosso	3º. OBJETIVO ESPECÍFICO									
	Coerência					Clareza				
Questionário do Profissional Contábil	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1. Enquanto acadêmico recorda-se de cursar a disciplina de Contabilidade no Agronegócio ou Contabilidade Rural em sua ementa curricular?				X						X
2. Se a resposta da questão 1 for sim, elenque tópicos ministrados na disciplina que contribuíram para sua vida profissional?				X					X	
3. Quais são os tributos mais incidentes na contabilidade do setor de agronegócio para o produtor rural (PF) e/ou empresa rural (PJ) que desenvolvam suas atividades no Estado de Mato Grosso?					X					X
4. Para que você pudesse desenvolver suas atividades nesse setor necessitou-se de algum tipo de treinamento fora da faculdade? Ou conseguiu aplicar tudo que foi ministrado em sala no cotidiano da atividade rural?					X					X
5. Você conhece ou trabalha com o livro caixa da atividade rural disponibilizado pela Receita Federal do Brasil?					X					X
6. Utiliza ou já teve acesso a algum tipo de software desenvolvimento especificamente para o setor rural?				X						X
7. Se a resposta da questão 6 for sim, o que esse sistema auxilia no cálculo dos tributos incidentes na atividade do agronegócio?				X						X

DADOS DO AVALIADOR:

Nome Completo: Katiuskine Lande

Formação: Doutor em Desenvolvimento Regional

Instituição de Ensino: Universidade Santa Cruz do Sul

Assinatura do avaliador (a): 

Observações: _____